Câmara dos Deputados

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA

PATRIARCA DA NACIONALIDADE

José Theodoro Mascarenhas Menck

Prefácio de Lafayette de Andrada
Posfácio de João Alfredo dos Anjos

A memória de José Bonifácio de Andrada e Silva evocada nesta obra é uma inspiração para todos aqueles que trabalham para a unidade e soberania do Brasil. Muitas de nossas aspirações atuais, como a de um Legislativo forte e representativo dos interesses do povo, já afligiam uma das mentes mais ilustradas do século XIX.

Formado em direito, filosofia e ciências naturais pela Universidade de Coimbra, especializou-se em mineralogia e metalúrgica na Alemanha, não sem antes passar pela França e estudar química e geologia. Durante seus anos na Europa, conviveu com Humboldt, Priestley, Volta e Lavoisier. Na Suécia, descobriu e nomeou quatro espécies de minerais. Era especialista em agricultura, ciências florestais, filosofia clássica, etnologia indígena, economia e sociologia.

Já no Brasil, despertado de seu descanso pelo assombro dos retrocessos que resultariam da Revolução Liberal do Porto, Bonifácio não se omitiu, tornando-se conselheiro do príncipe regente e maior aliado na hora de sua máxima provação.

As decisões históricas de D. Pedro I, no episódio do Fico e do Grito do Ipiranga, que conduziram a nação a sua independência, ocultam em seu cerne as vigorosas e resolutas cartas de José Bonifácio, que respaldaram as ações do jovem imperador e alicerçaram a soberania da nação.

Defendeu com afinco a criação de uma universidade e de escolas pelo país, a extinção da escravidão e a adesão ao trabalho assalariado, o tratamento digno aos índios brasileiros, a reforma agrária, a livre entrada de imigrantes no país, a preservação ambiental e a mudança da capital do Brasil para o interior.

Com a dissolução da Constituinte em 1823, Andrada viu-se no exílio. Só voltou ao serviço da nação após a abdicação do imperador, quando atuou como tutor de D. Pedro II.

Só voltaria ao serviço da nação como tutor dos filhos do imperador, que havia abdicado. Destituído da função por adversários políticos, julgado e absolvido, morreu em Niterói em 1838, aos 74 anos.

Deputado Enrico Misasi

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA

PATRIARCA DA NACIONALIDADE

Obra comemorativa dos 200 anos do retorno de José Bonifácio de Andrada e Silva ao Brasil

Câmara dos
Deputados

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA

PATRIARCA DA NACIONALIDADE

Obra comemorativa dos 200 anos do retorno de José Bonifácio de Andrada e Silva ao Brasil

José Theodoro Mascarenhas Menck

Prefácio de Lafayette de Andrada

Posfácio de João Alfredo dos Anjos

José Bonifácio não foi um homem de ordinária medida. Ele foi o maior dos brasileiros de todos os tempos, incomparável nos seus valores, virtudes, e que nos deu, a todos os brasileiros, a posse de nós mesmos, e ao Brasil a liberdade nacional e a independência.

José Honório Rodrigues[1]

Cada dia encontro novos motivos para ver em José Bonifácio a maior, a mais alta, a mais completa figura brasileira de todos os tempos.

Gilberto Freyre – Sociólogo

Seu país deveria erguer estátuas que possam perpetuar a memória imortal de um dos maiores sábios de uma época tão fecunda em grandes homens.

Fredéric Le Play – Sociólogo francês, 1855

---

1 José Honório Rodrigues. *Independência: revolução e contrarrevolução. A liderança nacional*, vol. 4, São Paulo: Francisco Alves, 1975, pág. 35.

Ele [José Bonifácio] foi o maior Brasileiro de todos os tempos, incomparável nos seus valores, virtudes, e que nos deu a todos os brasileiros, a posse de nós mesmos, e ao Brasil a liberdade nacional e a independência.

José Honório Rodrigues – Historiador

Patriarca respeitável da nossa regeneração política cujos serviços relevantes o Brasil nunca saberá reconhecer e a quem a posteridade se mostrará mais agradecida que seus contemporâneos o têm feito.

José Clemente Pereira – Estadista, 1838

Ali, no Rio, um só homem, José Bonifácio de Andrada e Silva, com a energia de seu caráter improvisa forças de mãos e ferro, acha recursos em abundância, e nos põe pela porta fora com maior sem cerimônia possível.

Borges Carneiro – Deputado português nas Cortes de Lisboa, 1822

Nada se teria feito aqui, se dois homens de grande talento não estivessem à testa do governo: José Bonifácio e seu irmão [Martim Francisco]. Todo bem que se operou foi obra sua.

August de Saint Hilaire – Botânico francês, 1822

Sem contestação fundada a maior cabeça política do Brasil de seu tempo, foi José Bonifácio, a quem cabe mais do que a ninguém o nome de Fundador do Império.

Otávio Tarquínio de Souza – Historiador

Como Estadista Bonifácio pensou à nação de uma maneira global, formulou proposta e procurou, na medida do possível, implementá-las. De seus escritos emerge um projeto nacional coerente e articulado.

Miriam Dolhnikoff – Historiadora

O apelo a José Bonifácio [a chefiar o Governo] se explica facilmente: ninguém mais que ele estava então em condições de desempenhar a tarefa.

Caio Prado Júnior – Historiador

Pai da Pátria, o Patriarca da Independência Nacional.

General Labatut – 1822

José Bonifácio é a figura central na formulação que o Brasil teria de si mesmo como Nação [...] Por sua ação na construção do País, comandando o reconhecimento das atividades do governo no território, acabou sendo considerado o Patriarca da Independência.

Jorge Caldeira – Historiador

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Esta publicação inclui-se no conjunto de ações realizadas na Câmara dos Deputados para celebrar os Duzentos Anos da Independência do Brasil. No plano editorial, decidiu-se pela publicação de biografias de personagens ilustres de nossa história que, de alguma forma, contribuíram para a emancipação nacional.

Em 2017, foi recordado o bicentenário da chegada ao Brasil de D. Maria Leopoldina, esposa de D. Pedro I, em obra que narra particularidades de sua vida pessoal e das ações que realizou em prol da Independência. Em 2018, foi comemorado o bicentenário da aclamação de D. João VI como soberano do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Desta feita, celebra-se o marco dos 200 anos do retorno ao Brasil do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, cuja habilidade política e intensa participação em defesa da soberania e unidade nacionais contribuíram para que viesse a ser singularizado, com imensa justiça, como o “Patriarca da Independência”.

Se D. Pedro I, no arrojo de sua mocidade, foi o motor que levou à independência, se D. Leopoldina foi a

personalidade que teceu como ninguém os fios da nossa emancipação política, José Bonifácio foi o arquiteto que delineou o grande monumento da construção do Brasil independente.

Unidade, plena emancipação política e ordem eram os três valores que nortearam a fugaz, mas fundamental e indelével participação do estadista José Bonifácio em nossa vida pública.

Estudar melhor a vida e a obra desse brasileiro ilustre constitui-se tarefa imprescindível; significa aperfeiçoar a educação sobre a própria história brasileira. Por sinal, revela-se constrangedor não apenas a pouca divulgação nas escolas desses fatos decisivos, senão sobretudo o seu incipiente conhecimento pela grande maioria da população brasileira.

Esta iniciativa trata da memória de um lustrado homem de Estado, que dedicou a vida à edificação e à consolidação da nação brasileira. Incansável na luta contra a fragmentação do país, bateu-se ardorosamente contra a escravidão e os latifúndios improdutivos, antecipou a necessidade de interiorização administrativa, cultivou intensamente o saber científico e reuniu sua experiência e lucidez para tornar viável e irreversível a emancipação da Colônia em relação a Portugal.

Acerca do “Patriarca da Independência”, há uma particular história, narrada pelo conselheiro Antônio de Menezes Vasconcellos Drummond, seu grande amigo,

que bem descreve o ambiente e espírito daqueles homens que ajudaram D. Pedro I a assentar as bases da nossa nacionalidade. Assim nos fala o cronista:

> Os ministros da Regência de D. Pedro reduziram seus ordenados à metade do que eram em tempo de D. João VI. Ficaram com 4:800$ (quatro contos e oitocentos mil réis) anuais pagos mensalmente. José Bonifácio, recebendo 400 mil réis em bilhetes do banco de um mês do seu ordenado, meteu-os no fundo do chapéu, e no teatro lhe roubaram o chapéu e o conteúdo.
>
> O primeiro ministro do Império do Brasil achou-se, no dia seguinte, sem ter com que mandar comprar o jantar. Não possuía nem um vintém mais, e seu sobrinho Belchior Fernandes Pinheiro foi quem pagou as despesas do dia.
>
> Em conselho José Bonifácio referiu esta ocorrência e a extrema necessidade a que ela o reduzira e a sua família.
>
> O Imperador entendeu que o ministro, vista a penúria em que se achava, devera ser indenizado, pagando-se-lhe outro mês de ordenado, e neste sentido deu ali as ordens ao ministro da Fazenda.
>
> Martim Francisco (irmão de José Bonifácio e ministro da Fazenda) não obedeceu. Disse ao Imperador que não havia lei que pusesse a cargo do Estado os descuidos dos empregados públicos; que o ano tinha para todos 12 meses, e

> não 13 para os protegidos; e finalmente pedia a S. Majestade retirasse a sua ordem, porque não era exequível. Que ele, Martim Francisco, repartiria com seu irmão o seu ordenado, e que viveriam ambos com mais parcimônia naquele mês, o que era melhor do que dar ao país o funesto exemplo de se pagar ao ministro duas vezes o ordenado de um só mês.
>
> Este incidente não foi mais adiante. Martim Francisco repartiu com seu irmão o dinheiro que tinha, e José Bonifácio daí por diante tomou mais cuidado no chapéu e no dinheiro que recebia.[2]

Esse breve relato visa assim a irradiar elementos sobre o caráter e os objetivos que nortearam a vida desse notável homem ora homenageado. Que esta publicação sirva de estímulo para que mais obras e depoimentos contribuam para enaltecer a memória do "Patriarca da Independência".

Rodrigo Maia
Presidente

---

2 Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond. *Anotações de A. M. V. de Drummond a sua biografia.* Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1890, pág. 87.

PREFÁCIO

A sã política é filha da moral e da razão.

José Bonifácio

A presente obra, comemorativa dos 200 anos do retorno de José Bonifácio ao Brasil, para se tornar a seguir, entre nós, o "Patriarca da Independência", reveste-se de singular importância nessa quadra em que os grandes vultos da nossa história vão sendo esquecidos.

É parte do ciclo comemorativo do bicentenário da Independência, em que seguimos os passos das personagens e dos eventos determinantes para a consolidação de nossa nacionalidade.

Fruto de persistente e detalhada pesquisa do prof. José Theodoro Mascarenhas Menck, mostra com exatidão o perfil do Andrada, o amor que devotava ao Brasil, à causa da Independência, e seu esforço, precocemente interrompido, para construir uma nação pujante nos trópicos.

Justa homenagem a um de nossos maiores, que mais meditou sobre os problemas nacionais, tendo ideias, formação científica, experiência e sobretudo ideais. José Bonifácio – o Patriarca da Independência, deixou-nos,

em suas manifestações de pensador político e de ministro do Reino e do Império durante dezoito meses, orientações que são, ainda hoje, plenamente atuais.

Assim, o retrato geopolítico do Brasil encontra-se no discurso proferido em junho de 1819, na sua despedida da Academia de Ciências de Lisboa, sendo repetido, mais tarde, em versões semelhantes, no manifesto às nações amigas, de 6 de agosto de 1822, e na representação à Assembleia Constituinte sobre a abolição do tráfico africano e a libertação dos escravos. São suas estas palavras:

> É esta a derradeira vez, sim, a derradeira vez, com bem pesar o digo que tenho a honra de ser o historiador de vossas tarefas históricas e patrióticas pois é forçoso deixar o antigo, que me adotou, por filho, para ir habitar o novo Portugal onde nasci...
>
> E que país esse, senhores, para uma nova civilização e um novo assento das ciências... Que terra para um grande e vasto Império... Banhadas suas costas em triângulo pelas ondas do Atlântico, com um sem número de rios e caudais e ribeiras empoladas, que o retalham em todos os sentidos, não há parte alguma do sertão que não participe mais ou menos do proveito que o mar pode dar para o trato mercantil e para o estabelecimento de pescarias.

> Seu assento central quase no meio do globo, defronte e à porta da África, que deve senhorear, qual outra região se lhe pode igualar?

É o geógrafo e o economista falando, cujas lições, apenas agora vamos aproveitando. São conceitos geopolíticos, antes de Ratzel e Kjellén, Mackinder e Haushofer, profeticamente confirmados pela importância estratégica do triângulo nordestino.

"Riquíssimo nos três reinos da natureza com o andar do tempo nenhum outro país poderá correr parelhas com a nova Lusitânia" e, ainda, "consola-me igualmente a lembrança de que de vossa parte pagareis a obrigação em que está todo Portugal com a filha emancipada, que precisa de pôr casa".

São os sonhos do primeiro geólogo e mineralogista brasileiro já conhecido em toda Europa científica, antecipando o que o estadista da Independência vai realizar, justificando-se mais tarde:

> Brada-me a consciência que fiz à minha pátria todo bem que pude e estava ao meu alcance. Se não foi possível dar a última mão de estuque ao magnífico salão nacional, ao menos embocei a parede. Se não achei fulcro sólido para apoiar a alavanca de Arquimedes, paciência!

Quanto às nossas instituições, o gênio político do Patriarca se revela na forma como foi realizada a

Independência após baldados os esforços de preservação da unidade luso-brasileira, salvaguardando a unidade nacional pela constituição de "um centro de força e união" em torno da pessoa do príncipe D. Pedro.

Espírito liberal, testemunhou em Paris os excessos da Revolução Francesa, tornou-se intolerante à demagogia e ao despotismo, e, realista, viu a solução de nosso problema nacional, na época, pela monarquia constitucional representativa.

Entretanto, tendo que focar suas atenções em vencer a guerra na Bahia e os movimentos rebeldes em outras províncias e conhecendo as naturais dificuldades de uma Assembleia Constituinte formada de patriotas, mas inexperientes, retardou o quanto pôde a sua convocação, realizando a mediação entre o povo e o soberano, pela criação do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias "até que o Brasil livre de inimigos e facções pudesse constituir-se sem baionetas".

Impediu a República porque percebia que seria ineficiente para manter a unidade do Brasil. Mais tarde, no exílio, defender-se-á: "Acusam-me alguns que plantei a Monarquia. Sem a Monarquia não haveria um centro de força e união e sem este não se poderia resistir às cortes de Portugal e adquirir a Independência nacional".

Sua vivência indicava que vagas fórmulas políticas, simples reivindicações liberais, não solucionariam o problema institucional do Brasil em 1822. Urgia lutar por

ordem econômica e social mais justa. Tinha alto apreço pela liberdade, “bem que se não deve perder senão com sangue”, procurando conciliá-la com a razão e a lei.

Mais preocupado com os homens do que com as coisas, sabia ser “vã e fútil a máxima de que as leis fazem tudo”. Experiente, vaticinava:

> Não há governo se a lei não é obedecida, mas não há liberdade se essa obediência combate sempre a nossa vontade e, ainda menos, se revolta a razão. Cumpre, pois, que as instituições sejam tais, que a razão as possa seguir ou pelo menos tolerar e que o interesse particular possa sofrê-las.

Sua preocupação obsessiva com a unidade da pátria aparece em seus documentos: nas *Lembranças e Apontamentos aos deputados de São Paulo* às cortes de Lisboa, de outubro de 1821; na representação ao príncipe para que ficasse no Brasil, de 24 de dezembro de 1821; no ofício de mesma data à província de Minas e às demais províncias do Brasil; e, finalmente, no manifesto de 6 de agosto, quando repete por quatro vezes a expressão “sem esse centro de força e união”.

Logo se apressa em formar o Exército para a campanha de libertação da Bahia e em organizar a Marinha nacional; para isso, o ministro da Fazenda, Martim Francisco, levanta subscrição pública. Reconhecendo seus

serviços, o francês general Labatut, em ofício de 26 de dezembro de 1822, já o chamava "Pai da Pátria e Patriarca da Independência Nacional", e a Marinha brasileira, com carinho, venera sua memória.

Quanto à integridade nacional, é fácil ver que uma das diferenças mais importantes entre a Constituição projetada pela Assembleia Constituinte de 1823 e a Constituição outorgada em 1824 reside no *status* especial dado à Banda Oriental. O art. 21 daquela, após citar as províncias brasileiras, menciona o "Estado Cisplatino" como federação, fórmula política inteligente, inspirada pelo Patriarca – talvez, se continuada, houvesse assegurado o velho sonho da política colonial da posse da boca setentrional do Rio da Prata.

Ainda quanto à integração nacional da nascente nação, dominada economicamente por latifundiários escravocratas e por traficantes de carne humana, lutou pelo término do comércio nefando e pela prudente, metódica e progressiva abolição da escravatura.

Por isso disse dele Joaquim Nabuco: "Até que ponto as ideias conhecidas de José Bonifácio sobre a escravidão concorreram para fechar ao estadista que planejou e realizou a Independência a carreira política em seu próprio país, é um ponto que merece ser estudado". O visconde de Taunay chamou-o Patriarca da Abolição.

Também a incorporação dos índios à civilização foi outra constante preocupação, o que levou o benemé-

rito marechal Rondon, ao criar o serviço de proteção aos índios, a colocá-lo sobre o patronato do Patriarca.

Por sua inspiração o projeto da Constituinte consagra nobres intenções, que muito honram o nosso primeiro e tão injustiçado corpo Legislativo, ao "criar estabelecimentos para a catequese dos índios, emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e industrial" (art. 254), dispositivo infelizmente omitido na Carta outorgada. Dizia o Patriarca, "Mas, como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos?".

Preocupava-se em

> [...] formar uma nação homogênea sem o que nunca seremos verdadeiramente livres e felizes [...] ir acabando tanta heterogeneidade física e civil [...] amalgamar tantos metais diversos para que saia um todo homogêneo e compacto que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política [...] destruindo o peçonhento cancro que o rói e que enfraquece a sua força militar tão necessária nas atuais circunstâncias, [sem o que] nunca [o Brasil] formará, como imperiosamente o deve, um Exército brioso e uma Marinha florescente.

Também não lhe foi estranha a necessidade da integração interna do Brasil pela mudança da capital – cujo nome, por ele lembrado, seria Brasília, "na latitude de

pouco mais ou menos 15 graus" –, a criação de povoados interioranos, a construção de estradas interligando-os e nova legislação sobre terras e reservas florestais.

Todos os escritos e atos oficiais inspirados pelo Patriarca evidenciam a atenção para o progresso efetivo como constante luta de sua vida em Portugal e no Brasil, quase sempre contra um meio conservador e atrasado.

A conservação do solo, a proteção aos mananciais, as práticas agrícolas evoluídas, o aumento da produtividade econômica, a conservação das matas, a introdução de aparelhos agrícolas mais evoluídos, a extinção do regime de sesmarias, o incentivo à pesca, imunização pela vacina, proteção à infância e à maternidade mesmo dos escravos, a instituição de caixas de piedade para a libertação destes, tudo, tudo consta de sua pregação, concluindo:

> [...] a natureza fez tudo a nosso favor, nós porém pouco ou nada temos feito a favor da natureza. Nossas terras estão ermas, nossas numerosas minas desconhecidas ou mal aproveitadas, nossos preciosos matos vão desaparecendo... Nossos montes e encostas escalvando-se e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes que favoreçam a vegetação e alimentem nossas fontes e rios [...] sem o que o nosso belo Brasil em menos de dois séculos ficará reduzido aos páramos e desertos áridos da Líbia.

Também alertava para a urgente necessidade da proibição da pesca da baleia em nosso litoral. É um pioneiro no ambientalismo e da justiça social.

Em suas cartas a Brant, representante do Brasil em Londres, solicita que faça o contrato de marinheiros, oficiais de marinha, artilharia e engenharia, a compra de fragatas e, o que é mais interessante, a compra de vapores. Solicita também que estimule empreendedores armadores ingleses a vir construí-los no Brasil, mediante concessão de benefícios. Pedia-lhe, ainda, trabalhadores rurais ingleses para os estabelecer no Brasil, a fim de que nossa gente tivesse a demonstração prática da superioridade do trabalho livre. Demonstrou assim visão tecnológica e pioneirismo na necessidade da imigração.

A preocupação com a educação dos brasileiros aparece nas instruções aos deputados paulistas às cortes de Lisboa e depois novamente no projeto da Constituinte de 1823: “Haverá no Império escolas primárias em cada termo, ginasiais em cada comarca, e universidades nos mais apropriados locais (art. 250)”; “É livre a cada cidadão abrir aulas para o ensino público, contanto que responda pelos abusos (art. 252)”. Infelizmente na Constituição outorgada de 1824, que vigorou durante todo Império, essas intenções são definidas com menos clareza.

Revelando a feição prática do seu espírito, quer que os códigos civil e criminal sejam adaptados às circunstâncias tão heterogêneas do Brasil em 1822. E quer que os

colégios a serem estabelecidos em cada província tenham cadeiras de medicina teórica e prática, cirurgia e obstetrícia, arte veterinária, elementos de matemática, física, química, botânica e horticultura experimental, zoologia e mineralogia. Nada de cultura livresca. Deseja a universidade em S. Paulo com quatro faculdades: a primeira de filosofia, incluindo as ciências naturais e as matemáticas pura e aplicada, a segunda de medicina, a terceira de jurisprudência e a quarta de economia, fazenda e governo.

A paz social é destacada em toda a extensão da representação sobre a escravatura e dos *Apontamentos sobre a civilização dos índios*. O Patriarca a compreendia, sobretudo, como obra da Justiça.

Foi ele, no Brasil, o primeiro político a adjetivar a Justiça como social: "na verdade, senhores, se a moralidade e a justiça social de qualquer povo se fundam, parte nas instituições religiosas e políticas e parte na filosofia, para dizer assim, doméstica de cada família".

Finamente, a defesa da soberania transparece em toda a sua ação. Percebia que a diplomacia eficiente era o melhor instrumento da política externa do Império nascente. Dele são as instruções aos nossos primeiros embaixadores destacados no Prata, em Washington, em Londres, em Paris e em Viena, visando ao reconhecimento da Independência. Sabendo das dificuldades face à Santa Aliança, assim é prudente e firme em relação à Europa. Prosseguindo a política sábia de outro santista, o grande

Alexandre Gusmão, à primeira vista impressiona sua preocupação pan-americanista, anterior à doutrina Monroe. A 30 de maio de 1822, recomenda a Correa de Câmara que faça ver "as utilidades incalculáveis, que poderiam resultar de fazerem aqueles governos uma confederação ou tratado ofensivo-defensivo ao Brasil para se oporem, com outros governos da América aos cerebrinos manejos da política europeia". Acrescentava: "O Brasil grande, rico e poderoso precisava de vizinhos abastados e venturosos para comerciar e defender-se com eles".

Em junho escreve a Rivadavia:

> [...] o príncipe Regente não desejava nem podia adotar outros sistemas que não fosse o americanismo por estar convencido de que os interesses de todos os governos da América, quaisquer que fossem, deviam ser homogêneos, derivados todos de um mesmo princípio, que era a justa e firme repulsão contra as imperiosas pretensões da Europa.

Em 13 de outubro, diante da ameaça de possível expedição militar luso-espanhola contra o Brasil, alerta os governos do Prata "do quanto urge apressarem-se a fazer uma federação com o Brasil [pois] não precisaria ser muito iluminado para perceber que seria, também, uma tentativa espanhola de retomada das ex-colônias".

Na presença de Vasconcelos Drummond, assim se dirigiu ao representante de Londres no Rio, o cônsul Chamberlain – aliás, mais tarde defensor de sua biblioteca – quando exilado: "O Brasil que vive em paz e amizade com todas as nações há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros, mas jamais consentirá que intervenham nos negócios internos do país". E mais positivo ainda: "O Brasil não pretende imiscuir-se na *politique tortuese* da Europa e não permitirá que esta tenha aqui a menor ingerência".

É por essas razões que o representante da França no Rio de Janeiro, o barão Roussin, a 19 de maio, informa ao governo que "José Bonifácio é o representante do *systeme brasilien pur* e que o objetivo de suas especulações políticas é a formação de uma confederação de todos os estados americanos". Já o barão Mareschal da Áustria, a 10 de agosto, assinalava a seu governo, fazendo-lhe restrições, o seu entusiasmo pan-americanista. E foi em consequência dessas diretrizes políticas na consolidação de nossa Independência que o barão do Rio Branco determinou fosse José Bonifácio escolhido para representar o Brasil na galeria dos Heróis da União Pan-americana, precursora da OEA.

José Bonifácio foi o estadista que definiu a "sã política como filha da moral e da razão" e cuja preocupação máxima foi sempre "conservar unida e sólida esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social desde o Prata

até o Amazonas, qual a formara a mão onipotente e sábia da Divindade" e assim o declarou na primeira entrevista dada a jornal por homem público brasileiro, em 2 de setembro de 1825, mais conhecida como a fala do Velho do Rossio.

Foi desse estadista que José Clemente Pereira, seu constante adversário, em artigo disse, "ser seguramente o único apontado então como possuidor das qualidades necessárias para dirigir a revolução [pois] reunia vasto saber, imaginação viva, atividade sem igual e intrepidez remarcável". E continua: "[...] Patriarca respeitável da nossa regeneração política cujos serviços relevantes o Brasil nunca saberá reconhecer e a quem a posteridade se mostrará mais agradecida que seus contemporâneos o têm feito"; a quem o visconde de Sapucaí, como presidente da comissão, votou a consagração pública pela edificação do monumento do largo de São Francisco e a quem Acaiaba de Montezuma, ao lhe dedicar sua obra *A liberdade das repúblicas*, chama de "Patriarca da Independência Brasileira", repetindo o que doze anos antes já afirmava o francês general Pierre Labatut.

O francês Frédéric Le Play, um dos pais da sociologia, referindo-se a José Bonifácio, diz, em 1855, que "seu país lhe deveria erguer estátuas que possam perpetuar a memória imortal de um dos maiores sábios de uma época tão fecunda em grandes homens".

E Gilberto Freyre, o maior de nossos sociólogos, o que mais soube compreender o espírito do povo brasileiro ao longo de nossa história, assim se expressou: "Cada dia encontro novos motivos para ver em José Bonifácio a maior, a mais alta, a mais completa figura brasileira de todos os tempos".

Entretanto, após seu retorno ao Brasil para passar tranquilamente o resto de seus dias estudando, José Bonifácio sofreu prisão, insultos, seis anos de exílio, nova prisão e confinamento na pequena Paquetá. Dos 75 anos de sua vida, apenas 33 passou no Brasil. Em seus serviços, recusou comendas e títulos. Primeiro-ministro, permaneceu pobre e honrado; teve inimigos implacáveis que, mesmo após sua morte, continuaram a odiá-lo. Foi também injustiçado por alguns historiadores. Todavia, o Brasil e o bem comum foram sempre o princípio e o fim de suas cogitações. Filosofando, em Paquetá, no fim da vida, escreve: "É preciso sacrificar-se para o bem do Brasil e tu não verás esse bem; os campos estão cheios de sementeiras de flores e tu não as gozarás..."

Deputado Lafayette de Andrada
Membro da Comissão Especial Curadora Destinada às Comemorações dos 200 Anos da Independência do Brasil

I

ANOS DE FORMAÇÃO

CAPÍTULO I

Anos de formação

Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria.

Platão[3]

Volta à casa

Há duzentos anos, na segunda metade de 1819, desembarcava na cidade do Rio de Janeiro José Bonifácio de Andrada e Silva, um emérito cientista, cujos trabalhos eram conhecidos e reconhecidos nos principais centros científicos de então – fora, inclusive, o fundador do curso de geologia em Portugal. Recém jubilado da Universidade de Coimbra, voltava ao Brasil para gozar, na terra onde nascera, Santos, São Paulo, uma almejada e merecida aposentadoria.

O destino, no entanto, o predestinaria a postergar ainda por alguns anos sua aposentadoria. Os eventos logo o chamaria a ser um dos grandes artífices da construção

3 "Se o que fazemos não é útil, vã é a nossa glória", epígrafe tirada de Platão, do livro Fedro, e que figura em vários trabalhos de José Bonifácio. A frase bem retrata a concepção de que a ciência dever-se-ia colocar ao serviço do bem-estar e do aperfeiçoamento da sociedade. Manoel de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pág. 608.

do Brasil como nação autônoma e país independente: em pouco tempo, após a partida de D. João para Portugal, viria a ser o inspirador e conselheiro do príncipe D. Pedro, seu principal ministro, o responsável e o executor da política inflexível que caminhou, passo a passo, para a independência a todo custo. Fez guerras, enfrentou o ódio português, defendeu reformas que entendia fundamentais, afrontando o rancor dos grandes proprietários de terras e de escravos.

Em verdade, atuou por pouco tempo: dois anos, quatro meses e doze dias (de 23 de junho de 1821 a 12 de novembro de 1823). Entretanto, nenhum outro protagonista da história do Brasil fez tanto em tão pouco tempo, nem foi mais relevante naquela quadra decisiva na construção da nacionalidade brasileira.

José Bonifácio de Andrada e Silva,[4] o viajante, vinha acompanhado de sua família: da mulher, D. Narcisa Emília O'Leary de Andrada, de sua filha Gabriela Frederica de

4 José Bonifácio assinava seus prenomes como *Jozê Bonifacio*, ou seja, com "z" e com acento circunflexo no "e" de "José", e sem acento algum em "Bonifácio". Já seus sobrenomes grafava ora "d'Andrada e Silva", ora "de Andrada e Silva", vindo "Silva" usualmente abreviado.

Andrada[5] e de "uma filha de mama".[6] Acompanhavam a família, ainda, duas criadas, uma delas com seu marido.

Em sua bagagem trazia uma "numerosa livraria, um pouco mais ou menos seis mil volumes, sem falar nos manuscritos" e uma "considerável coleção mineralógica",[7] das melhores do mundo, conforme o orgulhoso juízo de seu proprietário.

Deixava em Portugal sua filha mais velha, Carlota Emília, que se casara com Alexandre Antônio Vandelli, auxiliar de José Bonifácio na Intendência Geral das Minas e Metais e na Academia de Ciências de Lisboa desde 1813.

Portugal não dispunha de quadros a ponto de deixar passar aquele afamado cientista. Mal desembarcara no Rio de Janeiro, foi sondado pelo ministro Tomás Antônio de Vila-Nova Portugal para ser seu assistente na

---

5 Gabriela Frederica de Andrada mais tarde se casaria com o tio Martim Francisco Ribeiro de Andrada, irmão mais novo de José Bonifácio.

6 Essa "filha natural", companheira de sua velhice, José Bonifácio batizou como Narcisa Cândida, cujo prenome lhe foi dado em homenagem à esposa. Segundo Octávio Tarquínio de Sousa, "dissimulava-se nessa criança, atribuída a outros pais, o fruto da última aventura romântica de José Bonifácio, que não só de ciências e serviços públicos cuidava e foi homem de aventuras, espadachim a quem se atribuem quatro mortes em duelo". Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 106.

7 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos Fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 265.

condução do Reino Unido.[8] Ao convite seguiu-se uma recusa formal. Não satisfeito com a recusa, o soberano, D. João VI, mandou oferecer-lhe o posto de reitor do Instituto Acadêmico, espécie de universidade que naquela ocasião se cogitava fundar no Rio de Janeiro. Nova recusa. O, para a época, já provecto cientista manteve-se firme em seu propósito de se instalar em sua cidade natal.

José Bonifácio de Andrada e Silva voltava para casa. Partira em 1783, então jovem rapaz de 20 anos de idade, para estudar em Coimbra, como tantos dos rapazes filhos da elite econômica do Brasil. Retornava com 56 anos. Partira estudante, voltava consagrado homem de ciências e aposentado.

No Rio de Janeiro, José Bonifácio teve uma acolhida excepcional. Além da honrosa lembrança real, visitas não lhe faltaram. Tão numerosas e demoradas foram que, em missiva a seu amigo e colega da Academia das Ciências de Lisboa, Joaquim José da Costa de Macedo, datada de Santos, se queixou com uma objetividade e crueza vocabular que chega a chocar os leitores hodiernos, mas que ajudam a compreender seu caráter direto e objetivo: as

8 Nos anos de 1818 a 1821, o desembargador Tomás Antônio de Vila-Nova Portugal reuniu sob sua direção as secretarias do Reino, o Erário Régio, os Negócios Estrangeiros e a Guerra, tendo mesmo chegado, no início de 1818, a também acumular a Marinha. Nas palavras de Oliveira Lima, o onímodo ministro, ao concentrar em si todo o mecanismo governativo, "tornou-se o ministro universal de um rei absoluto". Manoel de Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil*, 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, pág. 152.

visitas eram tantas que o impediam de "descarregar o intestino reto".[9]

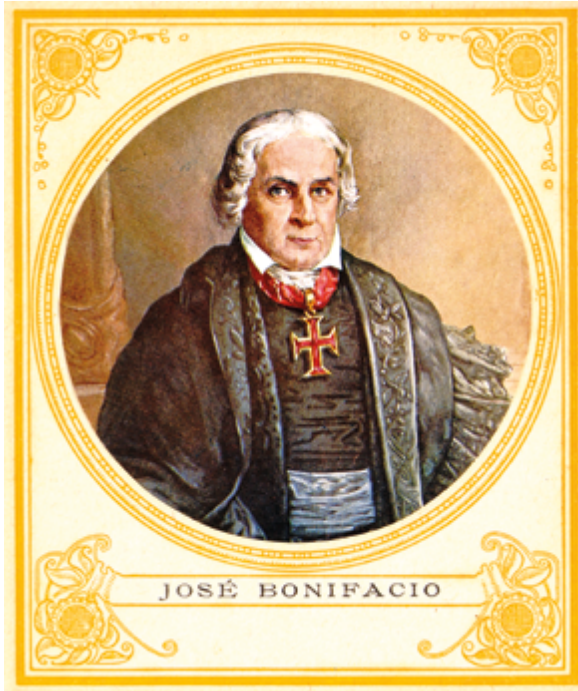
Família

Aos 13 de junho de 1763, dia da festa de Santo Antônio, nasceu o segundo filho do casal Bonifácio José de Andrada e de D. Maria Bárbara da Silva. A criança foi batizada com o nome de José Antônio, e apenas no recenseamento de 1776 apareceu, pela primeira vez, o nome de José Bonifácio para o "estudante, de 13 anos de idade" na lista dos moradores de Santos. Incorporava, assim, o prenome que tanto seu pai quanto um tio já portavam, e que se tornaria tradicional entre seus descendentes. A família era grande, foram seis filhos homens e três mulheres.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, seu irmão, assim definiu José Bonifácio:

> Era de estatura menos que ordinária, de figura regular, branco e loiro na sua mocidade, de olhos pequenos e vivos, que descobriam a delicadeza de suas sensações, e finura de seu espírito. Sua conversa era amena e jovial e recheada de labaredas de espírito, cheia de alusões finas

9 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 109.

e engraçadas. [...] Não procurou inimizades senão por bem do Brasil.[10]

José Bonifácio de Andrada e Silva

Fonte: Imagem em Os grandes vultos da independência brasileira*, 1922.*[11]

Não obstante o porto de Santos tivesse decaído muito ao longo do século XVIII, pois raros eram os navios

---

10 *Apud* José Honório Rodrigues. *Independência: revolução e contrarrevolução. A liderança nacional*, vol. 4. São Paulo: Francisco Alves Editores, 1975, pág. 23.

11 *Os grandes vultos da independência brasileira* de Affonso de Escragnolle Taunay, 1922.

que o frequentavam,[12] a família em que José Bonifácio nasceu era financeiramente muito bem aquinhoada. Seu pai, Bonifácio José de Andrada, no censo de 1765, foi tido como detentor da segunda maior fortuna da cidade de Santos. Possuía oito contos de réis vivendo "dos seus negócios de mercador".[13]

Eram tios paternos de José Bonifácio: José Bonifácio de Andrada (homônimo do sobrinho), bacharel em ciências físicas e médicas, médico do presídio de Santos, tendo, depois de viúvo, tomado as ordens sacras; padre Tobias Ribeiro de Andrada, doutor em cânones, tesoureiro-mor da sé episcopal de São Paulo, que chegou a angariar fama como jurisconsulto; e padre João Floriano Ribeiro de Andrada, poeta sacro. Os dois primeiros graduaram-se em Coimbra.

Em 1777, tendo José Bonifácio concluído sua formação primária em casa com auxílio dos pais e tios, aos catorze anos, seguiu para a cidade de São Paulo para estudar com frei Manuel da Ressureição, bispo de São Paulo. A primeira intenção era que se ordenasse padre.

---

12 No recenseamento de 1765, a cidade de Santos não contava com mais de duas mil almas espalhadas em treze ruas. São Paulo, no mesmo censo, alcançou a cifra de 14.760 habitantes. O Rio de Janeiro, 30 mil. Já Salvador, no censo de 1750, possuía 40 mil indivíduos. Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 17.

13 Godin da Fonseca. *A revolução francesa e a vida de José Bonifácio,* 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1976, pág. 108.

Em 1779, então com dezesseis anos de idade, juntamente com seu irmão mais velho, Patrício Manuel Bueno de Andrada, chegou a requerer a habilitação *de genere*, requisito para o sacerdócio, porém aquela não era a sua vocação. Desde cedo manifestara interesse pela literatura e pelas mulheres. Seria um poeta amador por toda sua vida, e um de seus temas prediletos sempre seria as desídias do amor. Sua vida seria recheada por numerosos flertes e casos amorosos. Em São Paulo já revelava essa sua faceta, a ponto de seu tio, o padre João Floriano, certa feita ter sentenciado: “Para padre não dá”.[14]

Coimbra

Concluídos os estudos em São Paulo, em 1783, obteve do pai autorização para continuar seus estudos em Portugal. Do pai, seria a derradeira despedida, pois este faleceria em 1789; da mãe, seria uma separação de 37 anos, reencontrando-a em seus últimos anos de vida. Aos 30 de outubro de 1783, encontrava-se matriculado como acadêmico de direito na Universidade de Coimbra.

Naquele ano de 1783, matricularam-se em Coimbra vinte e três brasileiros. Aquela geração iria encontrar os estudos coimbrãos profundamente alterados pelas reformas pombalinas de 1772.

---

14 *Idem*, pág. 151.

Com o objetivo de pôr fim à influência dos jesuítas na sociedade lusitana e, principalmente, junto à mocidade, Pombal não apenas proibiu que os inacianos dessem aulas, como também determinou que o ensino não mais tivesse por base qualquer texto de Aristóteles.

Como a base do ensino jesuítico era Aristóteles, justificava-se, assim, essa campanha contra o estagirita. Em ofício ao reitor da Universidade de Coimbra, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho – responsável por implantar a reforma e, por sinal, nascido no Brasil –, Pombal chegou mesmo a ordenar que o "abominável" nome de Aristóteles fosse esquecido nas lições de Coimbra.

É indubitável que havia nessa atitude muito de paixão negadora, de cegueira facciosa, mas não há como negar que o ensino anterior à reforma se alimentava em uma cultura formalista e repetitiva. Em várias porções da Europa ocidental, a observação e o empirismo já haviam substituído o exercício intelectual da sutileza escolástica, sempre apegada aos *possibili et de impossibili*. Foi no tempo em que o padre Luís António Verney publicou o livro *Verdadeiro método de estudar*, e quando a Congregação do Oratório introduziu em Portugal o estudo da filosofia moderna, com métodos experimentais.

A reforma do ensino, por conseguinte, atendia aos reclamos de renovação intelectual em Portugal no "século das luzes". Trocava-se o ensino livresco pela necessidade

da observação direta da natureza. Todos os raciocínios deveriam assentar-se na física, matemática, química, botânica, farmacologia e anatomia.

Dentro do espírito dos novos tempos criaram-se duas novas faculdades: a de matemática e a de filosofia, essa última em substituição à medieval faculdade de artes, com estudos de filosofia racional e moral, aos quais se juntou o estudo de filosofia natural, com museu, jardim, observatório e gabinetes experimentais, nos quais se buscou desenvolver as ciências exatas.

Já a faculdade de direito trocou o que alguns doutores da época chamaram de “ruminação estupefaciente”[15] do *Corpus Iuris Civilis* do imperador Justiniano I[16] estudado pela óptica de Bartolo,[17] pelo método humanista

---

15 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 61.

16 O *Corpus Iuris Civilis* é uma obra jurídica fundamental do Ocidente, publicada entre os anos 529 e 534, por ordens do imperador bizantino Justiniano I. Sua capital importância está no fato de que foi por meio dela que o ordenamento jurídico romano chegou até nós. Considera-se que o renascimento do direito, tal como o entendemos hoje, se deu quando as recém-criadas universidades europeias passaram a estudar seu texto.

17 Bartolo de Sassoferrato (1314-1357), italiano, considerado por muitos o maior jurista medieval, foi o expoente da escola jurídica denominada dos “comentaristas”, que se caracterizava exatamente por comentar os textos do *Corpus Iuris Civilis*, ou seja, entender o conteúdo dos textos do direito romano.

pregado por Cujácio.[18] A história aliou-se à jurisprudência. O direito romano continuou a ser o esteio dos estudos, mas agora era analisado ao lado da história civil do povo romano. Criou-se a cadeira de direito pátrio, "esclarecido" pela história nacional, além da cadeira de direito público e das gentes.

Foi nessa renovada universidade que José Bonifácio fez seus estudos universitários. Novos tempos, novas leituras. Nos poemas que então escrevia, citava Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Locke, Alexandre Pope; mas também os clássicos Virgílio, Horácio e Camões. Em seus escritos da época declarava abominar o despotismo e a intolerância, aliando o culto da liberdade ao amor da natureza. José Bonifácio refletia as ideias de seu tempo.

Matriculado inicialmente nos cursos jurídicos, logo começou a seguir, simultaneamente, cadeiras nos cursos de matemática e filosofia, onde cedo demonstrou grande vocação para as pesquisas científicas. A marca da cultura setecentista não se apagaria nunca do espírito de José Bonifácio. Recebeu dos filósofos da ilustração a crença na racionalidade da natureza e de suas leis. Aprendeu com eles que o homem é um ser dotado de razão, que tem direito à felicidade e pode ser feliz em uma sociedade organizada

18 Cujácio (1522-1590) foi um jurista francês que revolucionou os estudos de direito ao sair da mera literalidade dos textos do *Corpus Iuris Civilis*, como se fazia até então, procurando chegar, pelos estudos históricos e filológicos, à lógica que regeria os textos e os institutos jurídicos presentes no *Corpus Iuris Civilis*.

em bases racionais. Hauriu neles a noção de que existem direitos naturais comuns a todo ser humano, derivados das necessidades inerentes à própria condição humana.

Cursando as aulas de três faculdades diferentes, ao que parece, não se contentava com o que lhe ensinavam. Lia muito mais do que lhe sugeriam, "estudava com a ânsia e o apetite dos que nasceram para a vida do pensamento", na poética descrição de Octávio Tarquínio de Sousa.[19]

Já nessa época, duas preocupações fundamentais, intimamente vinculadas ao Brasil, afloravam em seu espírito: a civilização dos índios e a abolição do tráfico e escravidão dos negros, questões sociais que nunca deixariam de atormentá-lo.

Aos 16 de junho de 1787, concluiu José Bonifácio o curso de filosofia. Aos 5 de julho do ano seguinte obtinha seu diploma em letras jurídicas.

Viagem filosófica pela Europa

O caminho natural para o jovem recém-graduado estudante de leis teria sido a magistratura. Esse teria sido o destino de José Bonifácio, tanto que, aos 8 de julho de 1789, fez, perante o Desembargo do Paço, a "leitura" que o habilitava a exercer a magistratura. No entanto, cinco

19 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 63.

meses antes, José Bonifácio fora admitido como sócio livre da Academia das Ciências de Lisboa.

Mal tomara assento na Academia, José Bonifácio apresentou seu primeiro trabalho: *Memória sobre a pesca das baleias e extração do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias.* O objetivo da dissertação era apontar os erros da pesca tal como se praticava então. Tratava-se preponderantemente de uma memória econômica. Publicada nos anais da Academia, o estudo chamou atenção do duque de Lafões, culto primo da rainha D. Maria I, fundador da Academia, que ofereceu a seu autor a possibilidade de realizar uma longa viagem de estudos pela Europa.

No início de 1790, o governo português oficialmente comissionou três estudantes para, por conta do Real Erário, empreenderem uma excursão científica por diversos centros mineralógicos europeus. O objetivo era que os estudantes adquirissem "por meio de viagens literárias e explorações filosóficas os conhecimentos mais perfeitos da mineralogia e mais partes da filosofia e história natural". Os selecionados para a viagem foram José Bonifácio, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, ambos nascidos no Brasil, e Joaquim Pedro Fragoso.

Feitos os preparativos, em junho de 1790, os estudantes deixavam Portugal em direção à França. Aos 31 de maio, o ministro dos Estrangeiros e da Guerra baixava uma minuciosa "instrução" na qual um longo itinerário era

prescrito. A “instrução” declarava que, na cidade de Paris, os estudantes seguissem “um curso completo de química com Mr. Fourcroy,[20] e outro de mineralogia docimástica (estudo que tem como objetivo determinar a proporção dos metais contidos nos minérios) com Mr. Le Sage[21] ou com quem fizesse as suas vezes” e que esses cursos deveriam durar um ano pelo menos.[22]

Ainda que seguindo as lições “com assiduidade e zelo”, conforme certificava o atestado que lhe foi conferido, a coincidência de datas fez com que José Bonifácio chegasse a Paris, com a obrigação de ali estudar por pelo menos um ano, justamente quando havia eclodido a Revolução Francesa. Essa experiência o marcaria profundamente e refletiria posteriormente, quando de suas gestões políticas no Brasil como conservador partidário do regime monárquico e da ordem social.

Em Paris, José Bonifácio também frequentou, “com a maior exatidão”, curso na Escola Real de Minas. Nessa

---

20 Antoine François de Fourcroy, então com 35 anos, era destacado professor de química. Membro da Academia de Ciências da França e da Sociedade de Medicina Francesa, viu-se envolvido pela Revolução Francesa. Napoleão o agraciaria com o título de conde de Fourcroy.

21 Provavelmente a “instrução” refere-se a Georges-Louis Le Sage (1724-1803), físico suíço conhecido por sua teoria gravitacional e pela antecipação da teoria cinética dos gases. Foi membro da Academia de Ciências de Paris e da Royal Society.

22 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, págs. 67 e 68.

estada em Paris, José Bonifácio teria aproveitado para entrar em contato com vários cientistas de escol, tanto que, em fins de janeiro de 1791, foi eleito sócio correspondente da Sociedade Filomática de Paris e, dois meses mais tarde, membro da Sociedade de História Natural da França. Para essa última sociedade escreveu uma memória sobre os diamantes no Brasil.

Terminada a fase parisiense, a "instrução" determinava que seguissem para Freiberg, na Saxônia, onde deveriam receber lições teóricas e práticas, seguir o curso completo de minas e "assentar praça de mineiro", ou seja, trabalhar como operários nas minas locais. Em Freiberg, além de mestres eminentes, existiam em exploração grandes minas de prata, cobre, zinco e arsênico, bem como uma próspera indústria metalúrgica em funcionamento.

Tendo-se matriculado em 1792, dois anos depois José Bonifácio recebia seu certificado de conclusão de cursos, assinado por Werner.[23] No documento atestava-se que José Bonifácio acompanhara um curso completo de orictognosia (ciência que ensina a conhecer e distinguir os minerais e os fósseis) e outro de geognosia (ramo da geologia que estuda a parte sólida da Terra e a composição das rochas), "demostrando conhecimentos profundos".

23 Abraham Gottlob Werner (1749-1817), mestre a quem José Bonifácio prestaria homenagem, dando seu nome a um minério que viria a descobrir, foi o criador de um método científico para classificação dos minérios. Foi autor da obra clássica na área, *Caracteres dos minerais*.

Também em Freiberg, José Bonifácio aproveitou para manter contatos com vários nomes da ciência de então. Como colega de estudos teve a companhia de Alexandre von Humboldt, tido por muitos como o mais importante naturalista do século XIX. Freiberg tornar-se-ia sua referência e centro de estudos. Para lá voltaria em 1798, após ter feito numerosas viagens e descobertas mineralógicas, certamente para poder discutir com seus antigos mestres as questões surgidas no curso de suas pesquisas científicas.

A "instrução" dispunha que, depois de acabado o curso em Freiberg, os bolsistas deveriam visitar diversas outras localidades, espalhadas pela Europa, todas vinculadas à mineralogia. Nem todo o ambicioso programa seria executado. No entanto, José Bonifácio percorreu as minas do Tirol, da Estíria e da Caríntia. Foi à Itália onde em Pavia ouviu lições de Volta[24] e em Pádua estudou a constituição geológica dos Montes Eugâneos, escrevendo, em 1794, o texto *Viagem geognóstica aos Montes Eugâneos*, publicado em 1812.

Em setembro de 1796, seguiu para a Suécia e Noruega, onde faria seu grande feito científico, mostrando-se um cientista maduro. Estudando as jazidas e minas de Arendal, Sahla, Krageroe e Laugbansita, José Bonifácio identificou quatro novas espécies minerais e

24 Alessandro Giuseppe Antonio Anastasio Volta (1745-1827), físico italiano conhecido pela invenção da bateria elétrica, a chamada pilha de Volta.

oito variedades de minerais que se incluíam em espécies já conhecidas.[25]

A propósito dessas descobertas, Le Play escreveu:

> *Mr. d'Andrada a fait de telles découvertes que son pays devrait lui dresser des statues qui puissent perpetuer la mémoire immortelle d'un des plus grands savants d'une époque si féconde en grands hommes.*[26]

Assim que fazia suas descobertas, José Bonifácio se preocupava em comunicá-las às diversas sociedades científicas, escrevendo artigos às revistas especializadas, fossem elas francesas, inglesas ou alemãs.

Além de sócio da Academia de Ciências de Lisboa e da Sociedade Filomática e de História Natural de Paris, José Bonifácio se tornou, em razão de seus estudos e artigos, membro da Sociedade dos Investigadores da Natureza, de Berlim, da Sociedade Mineralógica de Iena, da Academia

25 Segundo Octávio Tarquínio de Sousa, as espécies novas descobertas por José Bonifácio foram: a petalite, a espondumène, a escapolite e a criolite. Já as variedades que José Bonifácio descreveu pela primeira vez na história da ciência, sempre segundo Octávio Tarquínio de Sousa, foram: a acanticone, a salite, a cocolite, a ictiofalma, a indicolite, a afrigite, a alocroite, e a wernerite, a derradeira em óbvia homenagem ao seu mestre Werner. À exceção da criolite, cuja amostra lhe foi trazida da Groenlândia, todas as demais amostras foram, por José Bonifácio, extraídas do solo.

26 O Sr. d'Andrada fez tantas descobertas que seu país lhe deveria erguer estátuas que possam perpetuar a memória imortal de um dos maiores sábios de uma época tão fecunda em grandes homens. *Apud* Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio,* vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 73.

de Ciências de Estocolmo, da Sociedade Geológica de Londres e de Edimburgo, e membro correspondente do Instituto da França. Uma verdadeira consagração científica.

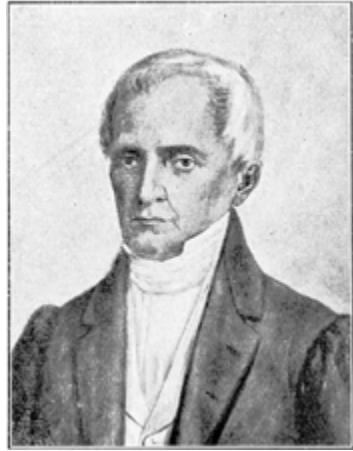
Em setembro de 1800, José Bonifácio regressava a Portugal. Foram dez anos e três meses de viagens por terras e países os mais diversos.

A serviço d'el rey

Logo que voltou a Lisboa, José Bonifácio foi chamado a exercer um sem número de tarefas administrativas, para as quais sua capacitação científica parecia indicá-lo.

Em novembro de 1800, apenas dois meses após seu regresso, José Bonifácio, foi comissionado para uma viagem de exploração mineralógica pelas regiões portuguesas da Estremadura e parte da Beira. Dessa feita, parte na companhia de seu irmão menor Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que reencontrara recém-graduado em filosofia e em direito em Coimbra, e que se tornaria seu grande amigo, companheiro e, posteriormente, genro.

Em Portugal, José Bonifácio também teve a oportunidade de rever seu outro irmão, dois anos mais velho que Martim Francisco, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, igualmente graduado em filosofia e em direito, então empregado pelo governo na tradução de obras inglesas de interesse para a agricultura. Era a primeira oportunidade em que os irmãos se reencontravam

desde a saída de José Bonifácio de Santos em 1783, há 17 anos.

Antônio Carlos e Martim Francisco, irmãos de José Bonifácio

Fonte: Imagem em O movimento da independência*, 1922.*[27]

27 Lima, Oliveira, 1867-1928. O movimento da independencia : 1821-1889 / Oliveira Lima. São Paulo : Comp. Melhoramentos de S. Paulo, Weiszflog Irmãos Incorporado, 1922. 376, [1] p. : il., retrs., fots ; 23 cm

Recém-chegado da viagem à Estremadura e à Beira, recebeu nova incumbência, não sem antes apresentar memória ao governo, publicando-a, também, no *Jornal de Minas*, de Freiberg. Dessa vez deveria examinar os pinhais de Almada e Sesimbra. Foi nesse período que o ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, o futuro conde de Linhares, conheceu José Bonifácio, nascendo entre os dois uma amizade alimentada pela admiração mútua. Dessa amizade e admiração teriam origem as numerosas designações, incumbências, cargos e nomeações que recheariam os próximos anos de José Bonifácio.

Por intermédio de Carta Régia de 15 de abril de 1801, José Bonifácio foi designado para criar a cadeira de metalurgia em Coimbra, tendo, na mesma ocasião, recebido o capelo de doutor em filosofia e em direito.

Ainda em 1801, aos 18 de maio, por outra Carta Régia, foi nomeado intendente geral das minas e metais do Reino e membro do Tribunal de Minas, com o encargo de dirigir as Casas da Moeda, Minas e Bosques de todos os domínios, com as vantagens pecuniárias iguais às recebidas em suas viagens de estudo.

Também aos 18 de maio de 1801, por intermédio de terceira Carta Régia, recebeu o encargo de administrar as antigas minas de carvão de Buarcos e restabelecer as abandonadas fundições de ferro de Figueiró e Avelar (alguns desses encargos já eram mencionados em Carta Régia anterior).

Por intermédio de decreto datado aos 12 de novembro de 1801, foi nomeado diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa, com a obrigação de instalar nele trabalhos de química e de docimasia metalúrgica, além de ser encarregado de dar aulas teóricas dessas duas matérias.

Em 1º de julho de 1802, por intermédio de nova Carta Régia, recebeu o encargo de superintender e ativar as sementeiras de pinhais nos areais das costas marítimas.

Pelo alvará de 13 de julho de 1807, foi nomeado superintendente do Rio Mondego, das obras públicas de Coimbra e dos serviços hidráulicos e provedor da Finta de Magalhães.

É difícil imaginarmos como seria possível a um só homem exercer tantos cargos. Isso porque não se falou dos cargos para os quais, embora tenha sido nomeado "com exercício nos empregos de que se acha encarregado", jamais chegou a ocupar: Desembargo do Tribunal da Relação do Porto (designação em 5 de março de 1805) e Casa do Porto (designação em 8 de agosto de 1806).

Em suma, logo após sua volta da viagem de estudos pela Europa, multiplicaram-se as funções nas áreas magisterial, científica, técnica, administrativa e fiscal, a serem exercidas nas mais diversas partes do Reino.

Tantas nomeações deixavam patente o prestígio do nomeado. No entanto, a dispersão de esforços a que José Bonifácio se viu compelido não lhe possibilitou dedicar-se

especialmente a qualquer delas. Ademais, a rotina burocrática impunha-lhe obstáculos a toda hora, mormente quando se tratava de criar novos procedimentos, sem falarmos da carência total de recursos, indispensáveis para qualquer gestão. Nem mesmo em Coimbra, como professor, José Bonifácio se realizou.

Contrafeito e desanimado, em missiva endereçada ao ministro Antônio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca, escreveu:

> [...] estou convencido por própria e triste experiência que a vida da universidade me não pode convir, por muito tempo [...] devo confessar a V. Ex. que não deixo de ter amor à minha cadeira, pelas utilidades que dela podem vir à nação, se se regular de outro modo o seu exercício, mas no estado presente é-me impossível ser lente útil [...]. Nunca tive medo ao trabalho e de boa mente sacrifico o meu repouso e saúde ao bem da pátria, quando vejo que as fadigas e trabalhos lhe podem ser úteis [...] desejaria promover seriamente tais estudos, que tão atrasados vejo nesta universidade, mas quando reflito no péssimo estado em que de propósito conservam a minha faculdade, não posso deixar de lamentar amargamente o meu tempo perdido [...].[28]

28 *Apud* Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 81.

Em função de seus múltiplos encargos, José Bonifácio apresentou várias petições ao longo dos anos, sempre pedindo, ou sugerindo, providências várias que nunca eram plenamente atendidas. Pode-se dizer que nessa campanha contra a modorrenta burocracia estatal gastou José Bonifácio vários anos. Quando o conde de Linhares estava no governo, podia contar com sua boa vontade e auxílio, mas nem sempre ele esteve à frente dos negócios públicos.

Em razão dessas dificuldades, José Bonifácio começou a acalentar o pensamento de voltar ao Brasil.

> Estou doente, aflito e cansado, e não posso com tantos dissabores e desleixos. Logo que acabe meu tempo de Coimbra e obtenha a minha jubilação, vou deitar-me aos pés de S.A.R. para que me deixe ir acabar o resto de meus cansados dias nos sertões do Brasil a cultivar o que é meu.[29]

Invasão francesa e o Corpo Militar Acadêmico

José Bonifácio encontrava-se nessa situação quando o impasse político internacional em que o governo do príncipe regente D. João caíra, quando oscilava entre a França e a Inglaterra, foi resolvido pela decisão francesa de invadir

---

29 Missiva datada aos 26 de maio de 1806, na quinta do Amegue, e endereçada a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, *apud* Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 83.

militarmente o Reino português. A resposta lusa foi a transferência do aparelho burocrático para além-oceano, com a transferência da capital para a cidade do Rio de Janeiro.

A corte fugira, e o Reino fora ocupado. Logo teria início a Guerra Peninsular, em que, à frente de um batalhão de acadêmicos, o professor-doutor José Bonifácio tomaria em armas contra o invasor.

A revolta contra a primeira ocupação, ocorrida ainda em 1808, encontrou José Bonifácio em Tomar, no desempenho de suas funções. Ao saber do início da revolta e da sublevação de Coimbra, procurou reunir homens e armas, enviando-os a Coimbra. Logo se organizou um Corpo Militar Acadêmico, que entrou em luta e conquistou o forte de Santa Catarina de Figueira da Foz, libertando Condeixa, Ega, Soure, Pombal, Leiria e Nazaré. Nessa fase, José Bonifácio cuidou da fabricação de munições de guerra.

Já na resposta à segunda invasão francesa, ocorrida em janeiro 1809, criou-se o Corpo Militar Acadêmico, comandado pelo professor de matemática Tristão Álvares da Costa Silveira. José Bonifácio ingressou nesse Corpo no posto de major. Logo subiria para tenente-coronel.

Durante essa campanha, José Bonifácio exerceu funções de engenheiro militar (coordenou a construção de uma ponte), foi presidente do Conselho de Polícia e Segurança da divisão do general Nicolau Trant, governador militar de Coimbra. Foi encarregado de controlar

documentos, dirigir o serviço secreto e decidir todas as contendas entre os membros da tropa. Com a tomada da cidade do Porto, passou a exercer a intendência de polícia da cidade do Porto, além da superintendência da sua alfândega e de marinha.

Em 1810, recebeu o aviso de 22 de outubro que lhe ordenava reunir o Corpo Militar Acadêmico e marchar imediatamente para Peniche, dessa feita como seu comandante. No desempenho de suas funções militares, José Bonifácio recebeu diversos elogios de todos os seus comandantes. Apenas depois de afastado completamente o perigo francês, foi dissolvido o Corpo Militar Acadêmico, voltando José Bonifácio às suas funções civis.

Produção científica

Passada a onda militar, na qual pôde contribuir pessoalmente para a derrota do inimigo francês, voltou José Bonifácio à lida diária com suas numerosas funções. No entanto, sua incompatibilidade para com o aparelho estatal, somada ao largo número de anos em que já se submetia àquela luta, aguçou-lhe sobremaneira a vontade de se aposentar e voltar aos "sertões" brasílicos.

José Bonifácio sempre teve um enorme senso de autonomia, não aceitando facilmente limites e entraves administrativos que, a seu juízo, não se justificassem. Esse espírito de rebeldia criou-lhe, ao longo da vida, uma

série de dissabores que, no entanto, nunca o levaram a procurar uma acomodação – pelo contrário.

Como exemplo desses dissídios para com o aparelho administrativo do Estado, podemos citar o sério problema em que se viu envolvido em fins de 1818, quando mandou realizar reparos em um dos estabelecimentos que dirigia, não pelo órgão próprio, mas pelo que lhe pareceu mais fácil e pronto – o feitor dos Reais Fornos da Fábrica de Cal de Alcântara. Armou-se um verdadeiro conflito de jurisprudência. Correu tinta, gastou-se papel. José Bonifácio foi repreendido e teve de recorrer ao rei em busca de justiça. Não era o primeiro caso, o que representava sua incompatibilidade para com o funcionamento burocrático do Estado.

Refugiava-se na Academia de Ciências. Passado o perigo francês, voltara a frequentá-la com assiduidade. Logo, José Bonifácio foi escolhido por seus pares para o cargo de secretário. A princípio, em caráter temporário; em seguida, perpétuo. Como secretário perpétuo da instituição, José Bonifácio pronunciou diversos discursos nos quais relatava as atividades da Academia e fazia apresentações críticas das diversas obras, científicas ou literárias, que eram enviadas à corporação.

Também se preocupou em apresentar numerosas memórias, sempre realçando o caráter prático da ciência,

seja na mineralogia,[30] na economia[31] ou como diretor da Sementeira de Pinhais nos areais das costas marítimas.[32]

Preocupou-se ainda em classificar as coleções do Real Museu da Ajuda. Em uma memória apresentada à Academia, arrolou todas as inscrições romanas que encontrou espalhadas pelo Reino em diversas pedras e monumentos, com a devida tradução, fruto das incontáveis viagens que fez por todo o Reino. Elaborou projetos para a criação de novas repartições públicas mormente vinculadas a área da mineralogia, tendo previsto, inclusive, a criação de uma academia de mineralogia no Brasil.

Retorno ao Brasil

Impedido de voltar ao Brasil, pois não lograva obter a dispensa régia de suas múltiplas tarefas, sentia-se proscrito,

30 Destacam-se *Sobre as minas de carvão-de-pedra em Portugal*; *Sobre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo, chamada Príncipe Regente*; *Sobre as pesquisas e lavra dos veios de Chacim, Souto, Ventozelo e Vilar de Rei – na província de Trás os Montes*; *Sobre a minerografia da serra que decorre do monte de Santa Justa até Santa Comba*; *Sobre o distrito metalífero entre os rios Ane e Zêzere*; e *Descrição minuciosa das Minas de Sahla* (essa memória foi publicada em revistas alemãs, francesas e inglesas).

31 Destacam-se *Instruções práticas e econômicas para mestres e feitores das minas de ouro de desmonte e lavagem*; *Há terrenos que pelo arado não dão fruto, mas sendo cavados com o picão sustentam mais do que se fossem férteis*; e *Experiências químicas sobre a quina do Rio de Janeiro, comparada com outras.*

32 Destaca-se *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de pinhais nos areais de beira-mar; seu método de sementeira, custeamento e administração.*

forçado a desempenhar funções para as quais não tinha mais gosto, e já sofrendo os efeitos da idade – para a época, considerada avançada, pois passara dos 50 anos.

Em todos aqueles anos, José Bonifácio jamais perdera o contato com sua família. Em seus papéis, são numerosas as referências a pequenas remessas de café, goiabada e açúcar com que a mãe, D. Maria Bárbara, que então se encaminhava para seus 80 anos de idade, se fazia presente na vida do filho. Após uma ausência de mais de 30 anos, era natural que José Bonifácio ansiasse pela oportunidade de poder voltar à casa paterna.

Aos 26 de agosto de 1816, dirigiu a D. João uma longa petição na qual, ao lado da enumeração dos serviços prestados, queixou-se de sua saúde – das "moléstias de natureza crônica e já envelhecidas, a que a medicina não sabe curar mas só quando muito paliar com dieta e sossego"[33] – e pediu aposentadoria. Era sua segunda tentativa. Em março de 1818, em carta a um amigo, reiterou sua sofreguidão em deixar Portugal, afinal já era um homem com 55 anos de idade.

Aos 29 de outubro de 1818, recebeu licença para voltar ao Brasil com os vencimentos de três dos cargos que ocupava. Não era exatamente a aposentadoria inte-

33 José Bonifácio sofreu por toda sua vida adulta de reumatismo e de hemorroidas, citando essas doenças em várias de suas cartas. Esta última doença, certamente era agravada pelo seu hábito de sempre se alimentar com comida fartamente apimentada.

gral que solicitara. Era, no entanto, o que lhe bastava. Iniciaram-se os preparativos para a volta.

Em seus anos de Europa, casou-se com a irlandesa D. Narcisa Emília O'Leary, com quem teve duas filhas, às quais juntaria uma "filha natural".

Em 1819, fez seu discurso de despedida na Academia de Ciências de Lisboa. Nele apresentou um relato de sua trajetória, atribuindo à Academia, aos homens mais sábios do governo e a D. Maria I as oportunidades que tivera para se tornar um cientista, ressaltando como procurara, em retribuição, colocar seus conhecimentos a serviço do Império colonial português.

Ao fim, prometia esforçar-se em continuar a ser útil a Portugal e cobrava de seus pares igual esforço com relação ao Brasil:

> Consola-me igualmente a lembrança de que de vossa parte pagareis a obrigação em que está todo Portugal para com a sua filha emancipada, que precisa de pôr casa, repartindo com ela vossas luzes, conselhos e instruções.[34]

"Filha emancipada" porque, desde 1815, o Principado do Brasil fora alçado à categoria de Reino e associado, em igualdade de dignidade e condições, ao de

34 Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 89.

Portugal, criando-se a figura do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Um país muito diferente daquele que deixara esperava por José Bonifácio. Um Brasil completamente transformado pela transmutação da corte e pela ingente obra administrativa levada a cabo por D. João VI e seus ministros.

Ambiente intelectual em fins do século XVIII

Antes de terminarmos o presente capítulo, e para bem podermos avaliar a figura e atuação de José Bonifácio, seja como cientista, seja como político, é de bom alvitre refletir um pouco sobre o especial ambiente intelectual em que ele se formou e atuou.

A geração que fez os estudos em Coimbra depois das reformas do ensino da segunda metade do século XVIII encontrou oportunidades de formação científica até então inusitadas. Estudando aquela geração, tem-se a impressão de que os brasileiros agarraram essas oportunidades com notável sofreguidão, pois era proporcionalmente grande o número dos nascidos na América que seguiram cursos de medicina, de matemática, bem como de filosofia – matérias então entendidas como "ciências naturais". Além disso, teve início o costume de irem completar seus estudos nos centros universitários europeus mais avançados, tais como Edimburgo e Montpellier.

Antônio Cândido, em artigo publicado na *História geral da civilização brasileira,*[35] chama atenção ao fato de que eram médicos formados em Montpellier: Jacinto José da Silva, um dos principais acusados no processo da conjuração do Rio de Janeiro, ou da Sociedade Literária,[36] e o padre Manuel de Arruda Câmara, mentor dos liberais pernambucanos[37] enquanto um dos líderes da inconfidência mineira, José Álvares Maciel, estudava ciências naturais e química em Coimbra e na Inglaterra.

O mesmo autor aponta para a quantidade de jovens, "bem-dotados e de boa formação" que, não obstante, se perderam para a vida científica, ou não tiraram dela todos os frutos possíveis. Logo em seguida adianta que "a multiplicidade das tarefas, que então se apresentam, os solicitam para outros rumos", ao mesmo tempo em que a pobreza do meio condenava suas atividades "ao

35 Antônio Cândido de Mello e Sousa. *Letras e ideias no Brasil colonial, in História geral da civilização brasileira*, obra coordenada por Sérgio Buarque de Holanda, tomo I, vol. 2, 7ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand, 1993, pág. 100 e segs.

36 A conjuração do Rio de Janeiro foi objeto de devassa ordenada pelo vice-rei, conde de Resende, em dezembro de 1794. Apurava-se a atuação de um pequeno grupo de intelectuais fluminenses que se haviam organizado na chamada Sociedade Literária. Segundo a denúncia que foi formulada, os membros da Sociedade estariam tecendo críticas ao regime e estariam preparando uma revolta. Os implicados foram todos soltos em 1797, não tendo sido apurado qualquer crime.

37 Padre Manuel de Arruda Câmara (1752-1810), figura central do Areópago de Itambé, cujo proselitismo se prolongou com o padre João Ribeiro Pessoa, seu discípulo, e que formou os quadros das rebeliões pernambucanas de 1817 e 1824.

praticismo, ou ao abafamento pela falta de repercussão", realidade que se repetiria tanto para os que se radicassem na metrópole, como para os que optassem por residir em qualquer rincão do Império colonial. Exatamente o caso de José Bonifácio.

Na estrutura social do Estado português estaria a razão da inviabilidade de se fazerem evoluir os estudos científicos em Portugal, pois a inexistência de estratos intermediários entre o homem culto e o homem comum, bem como a falta de preparação dos estratos superiores, forçavam-nos a ocupar posições de liderança, fossem elas administrativas ou profissionais. Eram, por assim dizer, absorvidos pelos postos de responsabilidade, quaisquer que fossem. Via-se, por conseguinte, a mesma pessoa ocupar os postos de oficial militar, professor universitário, escritor, doutrinador e político – isso quando não era chamada a ser também desembargador, químico e administrador de repartições públicas várias.

Os que resistiam ao chamado e logravam ficar nos limites de suas especialidades, como Alexandre Rodrigues Ferreira, viam seus trabalhos relegados ao esquecimento, permanecendo inéditos por desinteresse do meio ou dispersos pela desídia burocrática.

De toda forma, aquela geração representou um triunfo, ainda que relativo, das luzes, e muitos marcaram o tempo em que viveram. Se atentarmos para o fato de que o Brasil possuía uma escassa população – cerca de

2 milhões de indivíduos, em sua larga maioria analfabetos –, poucas vezes aqui se terão produzido, no relativamente curto espaço de tempo de um quarto de século, tantos cientistas, e com tal envergadura.

Honraria qualquer nação ter entre seus filhos pessoas tais como: Alexandre Rodrigues Ferreira, Francisco Luís de Lacerda e Almeida, Francisco de Melo Franco, José Vieira Couto, Manuel Ferreira da Câmara de Bethencourt e Sá, seu irmão José de Sá Bethencourt Câmara, José Mariano da Conceição Veloso, Leandro do Sacramento, além da nossa personagem, José Bonifácio de Andrada e Silva – para citar os nomes de maior vulto, deixando de fora, como realça Antônio Cândido, uma "excelente segunda linha de estudiosos e divulgadores, que se contam por dezenas".

Todos aqueles homens tinham uma noção muito pragmática e imediatista da atividade científica. Acreditavam que a ciência tinha de reverter, imediatamente, em benefício da sociedade, como proclamou tanto Alexandre Rodrigues Ferreira, no último quartel do século XVIII, quanto o matemático Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, em 1813, na apresentação da sua revista *O Patriota*.[38]

---

38 Fundada no Rio de Janeiro, em 1813, tendo durado um ano, a revista *O Patriota* foi a primeira de caráter cultural a funcionar regularmente no Brasil. O empreendimento, lançado pelo matemático Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, estabeleceu o padrão que regeria outras revistas culturais século afora: textos de ciência pura e aplicada ao lado de memórias literárias e históricas, traduções, poemas e notícias.

A eles devemos os primeiros reconhecimentos sistemáticos do território, em larga escala, seja do ponto de vista geodésico (Luís de Lacerda e Almeida), etnográfico e zoológico (Alexandre Rodrigues Ferreira), botânico (José Mariano da Conceição Veloso e Leandro do Sacramento), bem como as primeiras tentativas de exploração e utilização científica das riquezas minerais (José Vieira Couto, José de Sá Bethencourt Câmara e seu irmão Manuel Ferreira da Câmara de Bethencourt e Sá).

Entre eles foram recrutados alguns dos quadros mais importantes da Independência e do Primeiro Reinado, cujo exemplo maior é o naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva, mas podendo-se ainda citar os matemáticos Vilela Barbosa e Ribeiro de Resende. Como já dissemos, muitos deles passaram da ciência à política, da especulação à administração pública, consequência natural de um meio pobre em homens capazes e da ânsia em verem suas descobertas reverterem em benefício para a sociedade em geral.

Em seu artigo, Antônio Cândido lembra que, outrossim, ao lado daquele insigne grupo de intelectuais, avultava um segundo grupo, ao qual muitos dos já citados também pertenciam, igualmente formados sob o influxo das reformas do sistema de ensino pelo qual passou a Universidade de Coimbra. São aqueles a quem denominou de "publicistas". Estudiosos da realidade social, doutrinadores dos problemas por ela apresentados.

Podem-se arrolar nesse grupo personalidades tais como José da Silva Lisboa – o visconde de Cairu (1756-1835), divulgador da ciência econômica liberal – e Hipólito José da Costa Pereira (1774-1823), que, a partir de 1808, empreendeu no mensário *Correio Braziliense*, publicado em Londres, uma esclarecida campanha a favor da modernização da sociedade brasileira, sugerindo uma série de medidas do maior alcance, tais como: liberdade de imprensa; reconhecimento do direito de associação e de petição; garantia da propriedade privada; publicação dos orçamentos e contas do Erário Régio; acesso de todos a cargos públicos por mérito, sem favoritismos; abolição dos foros especiais e das penas infamantes; abolição da escravidão, de forma controlada e gradual; imigração de colonos, artífices e técnicos europeus; transferência da capital para o interior; instalação de altos-fornos no Brasil, precursores da siderurgia, etc.

II

EM SÃO PAULO

CAPÍTULO II

Em São Paulo

> No Brasil, a virtude, quando existe, é heroica, porque tem de lutar com a opinião e o governo.
>
> ***José Bonifácio***[39]

Retorno a São Paulo

Depois de desembarcar no Rio de Janeiro em 1819 e dispensar os cargos com que D. João e seu onímodo ministro, o desembargador Tomás Antônio de Vila-Nova Portugal, quiseram prendê-lo ao Rio de Janeiro, o Patriarca aceitou o título de conselheiro em 1820. Logo após ter feito e recebido as várias visitas que a cortesia e o trato social o obrigavam a fazer e a receber, o que durou cerca de dois meses, José Bonifácio seguiu para Santos.

Conforme missiva que escreveu para seu amigo Costa Macedo, pretendia dedicar-se apenas aos estudos e ao convívio com a família. Segundo José Bonifácio, os primeiros dias foram:

---

39 José Bonifácio de Andrada e Silva. *Projetos para o Brasil*; organização Miriam Dolhnikoff, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pág. 190.

> [...] um tropel de sensações e afetos novos para minha alma. As árvores debaixo de cuja sombra outrora descansara da caça, fontes em que na meninice matara a sede, a casa, alguns amigos e parentes do meu tempo, que encontrei vivos e que me reconheceram logo, [...] tudo me transportava de modo que andei [...] reduzido a ser todo sentidos e coração.[40]

Em Santos, José Bonifácio reencontrou seus familiares, dentre os quais seu irmão e amigo Martim Francisco, que, no ano seguinte, 1820, desposaria sua segunda filha, D. Gabriela Frederica. Passada a primeira fase de reencontro, a presença do irmão revelou-se providencial: "Martim Francisco é o único homem com quem posso conversar em ciências, porque o resto está apagado em trevas cimérias", escreveu.[41]

Viagem mineralógica por São Paulo

Em Santos, José Bonifácio recebeu a visita do barão Eschwege, também mineralogista e seu antigo auxiliar em Portugal. O barão trabalhava para Portugal desde 1803. Em 1809, se transferiu para o Brasil com a incum-

40 Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 94.

41 *Idem*, pág. 96.

bência de desenvolver a exploração mineralógica em Minas Gerais e em São Paulo.

D. João havia determinado, em 1810, a exploração do Morro da Fábrica de Ferro de Ipanema, em Sorocaba, visando dar ao Brasil autonomia na produção desse importante minério. A fábrica, então sob a direção do barão Eschwege, sempre foi deficitária, não conseguindo concorrer com o minério importado, mais barato e de melhor qualidade.

O barão deixou-nos uma curiosa descrição dessa fase de seu convívio com José Bonifácio. Declarou que este mantinha intensa correspondência com seus colegas europeus, dentre os quais Von Humboldt, que havia prometido a José Bonifácio vir visitá-lo em Santos; que naquele tempo José Bonifácio estava decidido a não participar de qualquer atividade pública, razão pela qual havia declinado das diversas ofertas que D. João lhe fizera; que se sentia feliz em meio a sua numerosa família e que em sua casa havia sempre alegres reuniões, com conversa, música e dança. Eschwege chegou a escrever que presenciou o respeitável cientista, com seus mais de cinquenta anos, dançar lundu, a dança predileta dos escravos. “E dançou maravilhosamente bem.”[42]

42 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 111.

Em função de suas conversas com seu antigo assessor, José Bonifácio resolveu fazer uma exploração mineralógica pela capitania de São Paulo, saindo de Santos em direção a Sorocaba. Como já fizera em Portugal, convidou para acompanhá-lo seu irmão Martim Francisco.

Deixaram Santos aos 23 de março de 1820. A viagem, que durou pouco mais de cinco semanas, foi perenizada na memória que os irmãos Andrada produziram e que publicaram tanto no Brasil como na Europa. O texto deixa claro a seriedade e rigor com que os dois irmãos empreenderam o trabalho. A par de seu caráter eminentemente técnico, não se furtaram a apresentar uma série de observações sociológicas, o mais das vezes críticas, sobre as localidades que visitaram. Criticam, sobremaneira, a incúria dos administradores, o instituto da escravidão, e os maus tratos sofridos pelos indígenas.

Especificamente com relação à mina do Morro da Fábrica de Ferro de Ipanema, que visitaria uma segunda vez em 1821, José Bonifácio escreveu uma *Memória econômica e metalúrgica* na qual tece sérias críticas à "má administração antiga e nova" do estabelecimento, nas quais sobejam não poucas farpas ao alemão tenente-coronel

de engenharia Frederico Luís Guilherme de Varnhagen,[43] que estava à frente do empreendimento.

As desabusadas críticas contra Frederico Varnhagen, típicas do temperamento explosivo, autoritário e impaciente de José Bonifácio, seriam "vingadas" pelo filho Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro, um dos maiores historiadores brasileiros.[44]

Revolução Constitucionalista do Porto de 1820

O processo emancipador do Brasil efetivamente teve início com a vinda da família real em 1808 e passou por várias fases. Começou com a abertura dos portos, ainda em 1808, e, em 1815, atingiu a fase da elevação do Brasil

---

43 Miriam Dolhnikoff denomina o diretor da fábrica Frederico Luís Adolfo (*José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 100). No entanto, Francisco Adolfo apresenta seu pai sob o nome Frederico Luís Guilherme (*História geral do Brasil*, tomo V, São Paulo: Melhoramentos, 1953, pág. 187 e segs.).

44 Nos livros que publicou a partir de 1850, Francisco Adolfo de Varnhagen, nascido em 1816, na própria fábrica, apresenta José Bonifácio de forma negativa. Varnhagen escreveu que o viu uma única vez e que se recordava de sua voz rouquenha, acompanhada de alguns borrifos de perdigotos. (*História da Independência*, 1ª ed., Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 79, 1916; 2ª ed., t. 173, 1938, pág. 155). Ainda assim, como nota a seção "LIII – Minas de ferro, primeiras fundições", de sua obra magna *História geral do Brasil*, Varnhagen publicou a memória de José Bonifácio (*História geral do Brasil*, tomo V, São Paulo: Melhoramentos, 1953, pág. 207 e segs.)

à categoria de Reino, unido em igualdade de dignidade ao de Portugal.

Se a transferência da corte se deu em função das vicissitudes militares criadas por Napoleão Bonaparte, sua volta a Lisboa não se deu com o fim das hostilidades, porque D. João gostou do Brasil. De todos os portugueses que se viram forçados a atravessar o Atlântico, nenhum, talvez, teria melhor se adaptado ao clima brasileiro que o monarca. Os anos passados no Rio de Janeiro seriam, com certeza, os melhores de sua vida. Rei sem pompa, simples, pacato, pouca falta sentia dos palácios de Lisboa ou de Sintra. Comodista, amando o novo Reino que estava construindo e sendo amado por ele, deixava-se ficar.

Por outro lado, a porção europeia da monarquia vegetava sob o governo de uma regência que mal disfarçava uma curatela estrangeira, representada pela figura do general inglês Beresford. A Guerra Peninsular deixara Portugal prostrado economicamente, e o povo atribuía suas dificuldades, em larga medida, ao fato de o rei se recusar a voltar. Os reclamos pela volta do monarca intensificaram-se a partir de 1815 e atingiram seu momento crítico com a eclosão da Revolução Constitucionalista do Porto de 24 de agosto de 1820.

Vitoriosa a Revolução Constitucionalista do Porto, não tardaram os movimentos de adesão nas mais diversas capitanias brasileiras. A primeira foi a do Grão-Pará. Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, acadê-

mico de direito em Coimbra, no seu quarto ano, tendo sido testemunha dos eventos, regressou imediatamente a sua terra e, lá chegando, conseguiu que, em 1º de janeiro de 1821, fosse instituída a primeira Junta Governativa Provisória, nos termos da que tomara o poder em Portugal. Ao Grão-Pará logo se seguiria a Bahia, aos 10 de fevereiro do mesmo ano, e depois outras juntas governativas iriam impondo-se nas mais diversas capitanias.

No Rio de Janeiro, a notícia produziu alvoroço. D. João, fiel a seu temperamento, procurou evitar resoluções precipitadas. Os acontecimentos, no entanto, iam tomando caráter revolucionário. Os ministros discutiam o que fazer. O desembargador Tomás Antônio de Vila-Nova Portugal defendia a permanência do rei no Brasil. O conde de Palmela defendia a volta imediata do monarca. Possíveis alternativas eram sopesadas. Por fim, a tropa estacionada na capital, majoritariamente portuguesa, que via com simpatia a Revolução Constitucionalista do Porto, aos 26 de fevereiro de 1821, sublevou-se.

O pronunciamento militar foi controlado graças a uma intervenção do príncipe D. Pedro e resultou na publicação de um decreto, antedatado de 24 de fevereiro, em que D. João aceitava cumprir a Constituição que as cortes de Lisboa votassem. O expediente, no entanto, não impediu que o monarca fosse compelido a comparecer pessoalmente perante as tropas para jurar previamente obediência à ainda inexistente Constituição.

Contrariado em seu íntimo, D. João baixou, aos 7 de março, decreto determinando o juramento prévio em todo o Brasil, ao tempo em que baixava instruções para a eleição de deputados brasileiros às cortes de Lisboa. Jungia a essas determinações o anúncio de seu regresso a Lisboa, em obediência às solicitações das cortes.

Retorno de D. João a Portugal

Após muitas delongas, ao entardecer do dia 24 de abril de 1821, um contrariado D. João embarcou de volta para Portugal. Seguiam-no cerca de 4 mil pessoas.

Fato muito lembrado na historiografia foi o saque – e suas graves consequências econômicas para o Brasil – do numerário existente no Brasil que D. João mandou levantar e levar consigo para Portugal. Varnhagen diz que foram embarcados valores consideráveis, provenientes dos tesouros públicos e até mesmo de fundos de estabelecimentos de caridade. Segundo ele, os que acompanharam D. João VI, em seu regresso, levaram consigo 50 milhões de cruzados, ou seja, 20 mil contos, menos de 6 milhões de libras esterlinas. Nessa mesma direção, João Alfredo dos Anjos nos recorda que, para o almirante francês Jurien, que na época se encontrava no Rio de Janeiro, as dificuldades financeiras enfrentadas pelo

Brasil deviam ser creditadas à retirada que D. João fizera do Banco do Brasil.[45]

Acerca desse fato histórico, Roberto Simonsen, em sua clássica obra *História econômica do Brasil*, escreveu que:

> [...] não deixa de ser profundamente injusta a alegação que se faz comumente sobre os prejuízos causados ao país pela apropriação, pela Coroa, de bens e tesouros brasileiros. Entre o que trouxe e o que levou D. João VI, o saldo, e considerável, foi a favor do Brasil.[46]

Em seguida Roberto Simonsen transcreve o historiador português Francisco Antônio Correia em sua *História econômica de Portugal, in litteris*:

> Uma das causas do agravamento da crise econômica em que Portugal se debateu durante a estada da corte no Rio de Janeiro, era a que derivava das constantes remessas de numerário para o rei e fidalgos que o acompanharam ao Brasil e ali gastavam o produto de suas rendas.[47]

Ou seja, o impacto desse saque teria sido ínfimo. A escassez de meio circulante metálico e a desvalorização

45 João Alfredo dos Anjos. *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*, Brasília: Funag, 2008, pág. 69.

46 Roberto Cochrane Simonsen. *História econômica do Brasil (1500-1820)*, 8ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, pág. 393.

47 *Idem.*

crescente do mil-réis eram decorrentes do *deficit* crônico da balança de pagamentos.

> A importação no Brasil foi sempre maior que a exportação de 1808 a 1846, quando a política tarifária de Alves Branco principiou a atuar disciplinadoramente sobre esses excessos, para cujos pagamentos não tínhamos poder aquisitivo para saldar.[48]

Junta Governativa de São Paulo

Em todas as capitanias foram-se formando juntas governativas provisórias, com o pensamento voltado para as cortes de Lisboa, o novo centro de convergência do mundo lusitano. Em São Paulo, também ecoou a Revolução Constitucionalista de 1820. O governador e capitão-general João Carlos Augusto de Oeynhausen-Gravenbourg, o futuro marquês de Aracaty, por intermédio de um bando,[49] anunciou o advento da nova ordem.

No entanto, não bastava apenas anunciar a nova ordem constitucional, fazia-se mister organizá-la. Ao anúncio sucederam-se motins militares, causados principalmente pela demora no pagamento de soldos, que

48 *Idem*, pág. 434.

49 "Bando" era a forma de anúncio público que se fazia então. Luís Edmundo. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, Brasília: Senado Federal, 2000, págs. 123 e 124.

foram majorados. Em busca do restabelecimento da ordem, tentou-se formar um novo governo que contasse com a mais larga base de apoio possível.

Três meses e onze dias depois da proclamação do bando, aos 23 de junho, verificou-se, diante do prédio do Senado da Câmara da cidade de São Paulo, reunião de grande massa do povo, à qual se juntou o batalhão de caçadores e os corpos de milícia, montados e a pé. Montaram-se duas comissões: a primeira, composta por três capitães com a incumbência de convidar o ouvidor e o Senado da Câmara para assistirem à eleição do governo provisório; a segunda, para convidar José Bonifácio a presidir o ato.

José Bonifácio, na ocasião, encontrava-se em São Paulo para tomar parte na junta dos eleitores paroquiais, para a qual fora eleito, aos 20 de maio de 1821, juntamente com Martim Francisco, pelas paróquias de Santos e São Vicente. Iniciava-se assim a participação de José Bonifácio nos negócios públicos brasileiros.

Como não havia sido previsto o sistema de eleição, José Bonifácio optou pelo da aclamação:

> Esta eleição só pode ser feita por aclamação unânime; descei, senhores, à praça e eu da janela vos proporei aquelas pessoas que, por seus conhecimentos e opinião pública já por

> vós manifestada, me parecem dignas de serem aceitas.[50]

Da janela, José Bonifácio indicou para presidente da Junta Governativa de São Paulo o nome do antigo governador, João Carlos Augusto de Oeynhausen--Gravenbourg. Em seguida ofereceu seu próprio nome para vice-presidente. Em seguida foram indicados os vogais representantes das diversas classes: eclesiástica, militar, comercial, literária, pedagógica e agrícola. Após, vieram os três secretários do governo: Interior e Fazenda, Guerra e, por fim, Marinha. Martim Francisco foi escolhido para secretário do Interior e Fazenda.

O liberalismo constitucionalista lusitano, momentaneamente vitorioso em 1820, ainda que não pensasse em negar aos portugueses d'além mar (os brasileiros) os direitos políticos e as garantias constitucionais que reivindicavam para os da metrópole, visava combater a prostração econômica em que Portugal se encontrava mergulhado. Para isso procurou reagir contra a mudança de posição que se operara entre Portugal e o Brasil. Ainda que não fosse pública, a intenção era de desforra, de reconquista, de uma volta aos velhos moldes pombalinos em que a existência da colônia justificar-se-ia apenas

50 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 123.

como campo de exploração para enriquecer a metrópole. Tudo sob o disfarce de um discurso liberal.

Entretanto, enquanto as cortes não tornaram óbvios seus intentos, continuou o engano no Brasil, bem como a adesão maciça das capitanias à novel causa constitucional.

O governo de São Paulo, ainda que nominalmente presidido por Oeynhausen-Gravenbourg, sofreu, desde o início, forte influência de José Bonifácio. Ao contrário do geral das juntas governativas então criadas, que se deixaram atrair por Lisboa e olhavam com desconfiança o governo central do Rio de Janeiro, a de São Paulo foi a primeira a reconhecer e a defender a autoridade do príncipe regente D. Pedro.

José Bonifácio cedo percebeu a ação desagregadora das cortes de Lisboa, compreendendo o grave risco de fragmentação do recém-formado Reino do Brasil. Para ele, reconhecer a autoridade de D. Pedro como príncipe regente do Reino do Brasil era o remédio ideal para impedir a fragmentação do país. Reconhecer a autoridade do príncipe regente, no entanto, não significava abrir mão da que lhe cabia para tratar exclusiva e livremente dos negócios internos da capitania. O próprio príncipe regente, em carta a seu pai, reconhecia a influência benfazeja de José Bonifácio em São Paulo: "A vice-presidência

foi confiada a José Bonifácio de Andrada, a quem se deve a tranquilidade atual da província de São Paulo".[51]

Lembranças e apontamentos para os deputados de São Paulo

Para tomar parte no "soberano Congresso", as diversas capitanias deveriam eleger seus deputados, que deveriam seguir para Lisboa. São Paulo elegeu seis deputados, dentre os quais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio; padre Antônio Diogo Feijó, futuro regente do Império; e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, futuro senador e membro da Regência Trina Provisória de 1831.

Visando orientar seus representantes na confecção daquela que seria a lei maior do Reino e impedir que perdessem o rumo em meio às inevitáveis discussões que surgiriam, José Bonifácio cuidou de redigir as *Lembranças e apontamentos do governo provisório de São Paulo para os deputados da província.*[52] Subscreveram a peça todos os membros do governo de São Paulo. A importância do documento está no fato de que nele, pela primeira vez,

51 *Missiva do príncipe regente D. Pedro encaminhada a seu pai el rey D. João VI, datada do Rio de Janeiro, aos 17 de julho de 1821, in* Eugênio Egas, organizador. *Cartas de D. Pedro príncipe regente do Brasil a seu pai D. João VI rei de Portugal (1821-1822)*, São Paulo: Typographia Brasil, de Rothschild & Cia., 1916, pág. 13.

52 Paulo Bonavides e Roberto Amaral. *Textos políticos da história do Brasil*, vol. 1, Brasília: Senado Federal, 2002, pág. 503.

José Bonifácio torna clara sua concepção das necessidades que um governo nacional deveria ter. Ou seja, por intermédio desse documento pode-se conhecer o pensamento político de José Bonifácio.

O texto, precedido por um introito no qual o autor explicitou haver "oficiado às Câmaras da província" previamente, era dividido em três partes: "Negócios da União" (assuntos comuns aos três reinos: Portugal, Brasil e Algarves), "Negócios do Reino do Brasil" e "Negócios da província de São Paulo".

As *Lembranças* constituíam um programa completo em que as necessidades primordiais do Brasil vinham objetivamente expostas, de forma clara e sem rebuços. Fica óbvio, pela simples apresentação dos capítulos, que, quando de sua redação, a opinião dominante era de que teria continuidade o Reino Unido, iniciado em 1815 por ocasião da elevação do Brasil a Reino. Não se vislumbrava ainda a necessidade de se cortarem os vínculos com Portugal.

Em sua primeira parte – acerca dos negócios da União –, o texto iniciava proclamando a integridade e indivisibilidade do Reino Unido. Seguia discutindo onde se deveria instalar sua sede, e aventava a ideia de uma sede dupla, ou móvel, ora no Brasil, ora em Portugal. Lembrava ainda: a necessidade de "leis orgânicas da União", regulamentando os "negócios de paz e guerra e seus tratados"; o comércio tanto externo quanto interno;

e a fundação de um "Tesouro Geral da União" para financiar a casa real, bem como eventuais guerras.

Continuava defendendo a necessidade de eleições de "censores", Poder eletivo que fiscalizasse a ação dos três Poderes do Estado, conhecesse da inconstitucionalidade dos atos, verificasse as eleições dos deputados em cortes e dos membros do Conselho de Estado e pronunciasse a suspensão dos ministros do Poder Executivo e dos magistrados. Quase que uma antevisão de um Poder Moderador, mas coletivo, e visando os assuntos comuns aos três reinos.

Por fim, advogava que, para o futuro, fosse assegurada a igualdade numérica nas representações do Reino de Portugal e de ultramar nas cortes gerais e ordinárias.

A parte que dizia respeito ao Brasil, a mais longa, iniciava-se abordando a necessidade de a Constituição declarar "das atribuições e poderes que lhe competem" dentro do Império português.

Dizia ser necessária a existência de um governo geral executivo para o Reino do Brasil, a cujo governo central se submeteriam os governos provinciais, devendo a Constituição determinar os limites dessa subordinação sob a direção do monarca, ou, quando a sede estivesse na Europa, de uma regência dirigida pelo príncipe herdeiro do trono. O Executivo brasileiro teria de ter poderes para discutir e determinar os limites das capitanias entre si, bem como os do Reino com a América espanhola. As cortes brasileiras

deveriam ter liberdade de promulgar uma legislação própria tanto civil quanto penal, pois a diversidade dos reinos solicitava essa adaptação.

O item seguinte, o sexto do capítulo dedicado ao Reino do Brasil, trazia duas preocupações que seriam caras a José Bonifácio, razão pela qual transcrevemos *in litteris*:

> [...] Que se cuide de legislar e dar as providências mais sábias e enérgicas sobre dois objetos da maior importância para a prosperidade e conservação do Reino do Brasil:
>
> O 1º sobre a catequese geral e progressiva dos índios bravos que vagam pelas matas e brenhas, sobre cujo objeto um dos membros deste governo [referia-se a si próprio] dirige uma pequena memória às cortes gerais por mão de seus deputados;
>
> O 2º requer imperiosamente iguais cuidados da legislatura sobre melhorar a sorte dos escravos, favorecendo a sua emancipação gradual e conversão de homens imorais e brutos em cidadãos ativos e virtuosos, vigiando sobre os senhores dos mesmos escravos para que estes os tratem como homens e cristãos, e não como brutos animais como se ordenara nas cartas régias de 23 de março de 1688, e de 27 de fevereiro de 1798, mas tudo isto com tal circunspecção que os miseráveis escravos não reclamem estes direitos com tumultos e insurreições,

> que podem trazer cenas de sangue e de horrores. Sobre este assunto o mesmo membro deste governo oferece alguns apontamentos e ideias ao soberano Congresso.[53]

Em seguida, o texto defendia a necessidade de os deputados lutarem pela abertura de escolas primárias "em todas as cidades, vilas e freguesias", ginásios em todas as capitanias em que "se ensinassem as ciências úteis", bem como pela criação, nas diversas capitais, das cadeiras de medicina, teórica e prática; de cirurgia e arte obstétrica; de veterinária; de matemática; de física e química; de botânica e horticultura experimental e de zoologia e mineralogia. Deveriam, igualmente, bater-se pela criação de ao menos uma universidade no Brasil.

O texto também defendia a transferência da capital para o interior do Brasil, e que na nova capital tivesse assento não apenas a corte, ou a regência, mas também um Tribunal Supremo de Justiça e demais órgãos da administração do Estado.

Preocupava-se em defender uma reorganização agrária, no "espírito da lei do Sr. D. Fernando sobre essa matéria que serviu de fonte ao que está determinado na Ordenação Liv. 40, T 43 [Ordenação Filipina, Livro 40, Título 43]". E, por fim, declarava que as cortes gerais e extraordinárias deveriam debruçar-se sobre a questão das

53 Paulo Bonavides e Roberto Amaral. *Textos políticos da história do Brasil*, vol. 1, Brasília: Senado Federal, 2002, pág. 506.

minas, que, se fossem sabiamente exploradas, prometiam muitas riquezas ao Reino do Brasil e, por conseguinte, ao Reino Unido como um todo.

Com relação aos negócios de São Paulo, o texto fazia referência "às lembranças e petições das diferentes Câmaras, que lhe hão de ser entregues".

Ainda que publicadas e distribuídas em Lisboa à generalidade dos deputados e assumidas como orientação de conduta por deputados de diversas outras capitanias brasileiras, nenhuma dessas considerações foi discutida. Acompanhando-se os debates, pode-se constatar que as cortes mal escondiam o ressentimento contra a relevância econômica e política que a antiga colônia havia alcançado. O programa desenvolvido nas *Lembranças e apontamentos* encontrava-se em completa oposição ao que pretendiam as cortes constituintes lisboetas.

Miriam Dolhnikoff, em sua excelente biografia de José Bonifácio, lembra que "nem a liberdade de comércio nem o estatuto de Reino Unido foram questionados pelas cortes. Por isso não se pode falar em recolonização".[54] Para ela, o pomo da discórdia entre brasileiros e portugueses estava na centralização do aparato imperial integralmente em Lisboa, o que seria uma consequência lógica do tipo de liberalismo que os deputados portugueses defendiam. Já os deputados brasileiros pugnavam pela existência de

54 Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 106.

dois reinos autônomos, com aparelhos burocráticos e administrativos distintos, em paralelo.

Ocorre que, ao desmontar o aparelho estatal criado por D. João, e é indiscutível que tentaram fazê-lo, as cortes estavam recolonizando o Brasil. Se não economicamente, que é o prisma principal da citada historiadora, ao menos sob o prisma político. Ademais, ao desmontarem o governo regencial de D. Pedro, vinculando as capitanias diretamente a Lisboa, desfaziam o Reino do Brasil, enquanto ente autônomo, e, por conseguinte, o próprio Reino Unido, em sua essência. E esse processo foi visto e sentido por todo o Brasil, naquela época, como uma tentativa das cortes de recolonização.

III

ATUAÇÃO POLÍTICA – MINISTÉRIO

CAPÍTULO III

Atuação política – ministério

> Quando me lembro do que me tem custado a mania de querer endireitar o mundo, e fazer felizes os homens, amaldiçoo-me a mim e a eles.
>
> ***José Bonifácio***[55]

Decretos das Cortes Constituintes 124 e 125

Foram eleitos 94 deputados para representar as diversas capitanias brasileiras. Apenas 45 tomaram efetivamente assento em Lisboa. Como já foi dito, apesar das diversidades, os representantes das várias capitanias encontraram nas *Lembranças e apontamentos* pontos de convergência que possibilitaram uma atuação em comum.

Enquanto as divergências entre os deputados europeus e americanos não se mostravam irremediáveis, José Bonifácio seguia administrando São Paulo. Sua principal preocupação era o desenvolvimento econômico. No entanto, o jogo político nacional logo reclamaria sua

55 José Bonifácio de Andrade e Silva. *Projetos para o Brasil*; organização Miriam Dolhnikoff, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pág. 369.

atenção, levando-o a se engajar nos acontecimentos que levariam à independência.

A oposição entre brasileiros e portugueses em Lisboa começou a se radicalizar. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, deputado por São Paulo, porém nascido em Portugal, foi o primeiro a manifestar no seio das cortes a possibilidade de afinal não haver um acordo se os deputados portugueses não cedessem à manutenção da autonomia brasileira: "o Brasil está pronto a unir-se com Portugal, mas não segundo a marcha deste congresso". Essas palavras foram seguidas por um "imenso mal-estar entre os constituintes".[56]

Por fim, em setembro de 1821, as cortes promulgaram decreto, exigindo que D. Pedro retornasse a Portugal. Outro decreto extinguia todos os tribunais criados por D. João a partir de 1808. Os decretos lisboetas chegaram ao Brasil em dezembro. Não havia mais dúvidas. O desmonte da estrutura do Reino do Brasil estava em pleno andamento.

D. Pedro, um jovem de 23 anos, incerto quanto aos rumos dos acontecimentos, foi aconselhado por seus ministros a obedecer.[57] Dentro de dois meses deveriam efetuar-se as eleições para a junta governativa do Rio de

56 Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 128.

57 D. João, antes de partir de volta a Portugal, havia organizado o ministério que deveria auxiliar D. Pedro a governar o Reino do Brasil. A figura chave do primeiro ministério de D. Pedro era o conde dos Arcos, último vice-rei do Brasil.

Janeiro e a fragata União, que deveria conduzir o príncipe à Europa, começou a receber os aprestos necessários para a viagem.

A reação não se fez esperar. Quando se soube no Rio de Janeiro do próximo fim da Regência, com a partida de D. Pedro, grande foi o alarme. O repúdio aos decretos foi total. Imediatamente teve início uma articulação em torno da figura de D. Pedro solicitando sua permanência no Brasil. Havia aqueles que vislumbravam na partida do príncipe o estopim para insurreições revolucionárias de caráter nativista e, eventualmente, republicano. A ordem era um valor a ser defendido.

Das reuniões secretas da Maçonaria ia se passar para os atos ostensivos da praça pública, para as petições firmadas por milhares de pessoas em que súplicas se misturavam com ameaças. O Clube da Resistência, com sede na casa de José Joaquim da Rocha logo se pôs em funcionamento. Ganhar D. Pedro à causa da independência passou a significar dar à causa emancipadora um caráter nacional, resguardando a unidade e o máximo de ordem possível.

Sondado por Gordilho de Barbuda, seu guarda-roupa, sobre como reagiria ao pedido dos povos do Rio de Janeiro, das Minas Gerais e de São Paulo (as capitanias mais próximo e de mais fácil consulta) para que ficasse no Brasil, D. Pedro declarou que, diante de similar quadro, aquiesceria e ficaria no Brasil.

A partir de então o Senado da Câmara da cidade do Rio de Janeiro iniciou o processo de recolher assinaturas em representação que rogaria ao príncipe regente não partir. A Câmara mandou emissários a São Paulo e às Minas Gerais, a fim obter apoio das capitanias centrais à causa da permanência de D. Pedro.

Antes mesmo da chegada do emissário do Rio de Janeiro, São Paulo se agitava, em um sincronismo que muito facilitaria a evolução dos acontecimentos. Desde o dia 21 de dezembro, ao tomar conhecimento dos decretos das cortes pela *Gazeta Extraordinária* do Rio de Janeiro, datada aos 11 de dezembro de 1821, o Governo de São Paulo, por unanimidade de seus membros, resolvera que "se escrevesse a Sua Alteza Real e se lhe rogasse suspendesse a execução de tais decretos, enquanto não fossem chegados à Corte do Rio de Janeiro seus deputados, que sobre esses dois objetos iam representar por parte deste governo".[58]

Antecipando-se ao governo da capitania, o Senado da Câmara da cidade de São Paulo, no dia 19 de dezembro, adotara o mesmo alvitre. Naquela mesma sessão do dia 21 de dezembro, a Junta Governativa de São Paulo também deliberou oficiar o governo das Minas Gerais e as demais capitanias para preparem uma reação conjunta.

---

58 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 134.

Na sessão do dia 22 de dezembro, foram escolhidos os membros da deputação incumbida de ir encontrar-se com o príncipe. O emissário do Senado da Câmara do Rio de Janeiro enviado a São Paulo, Pedro Dias Paes Leme, chegou a São Paulo no dia 23, encontrando os paulistas já adiantados em seus preparativos.

Nesse período José Bonifácio residia com seu irmão, Martim Francisco, na fazenda Santana, situada nos arredores da cidade de São Paulo. Estava doente, atacado de erisipela. Entretanto, fazia três dias, desde quando tomara ciência dos decretos lisboetas, que vibrava de indignação, com toda a força de seu exaltado temperamento. Era uma indignação tanto mais profunda quanto demostrava quão ludibriado estivera quanto às reais intenções das cortes. Como homem orgulhoso que era, brioso de ser um sábio, doía-lhe verificar que estivera tão errado.

Na sessão do dia 21 de dezembro da Junta Governativa de São Paulo, ninguém fora tão exaltado, ninguém estivera mais indignado. José Bonifácio confiara no projeto do Reino Unido. Desmanchar as estruturas do Reino do Brasil criadas por D. João era uma traição. Chegara a hora da energia, das grandes decisões. Era necessário evitar que o Brasil se esfacelasse. E o grande instrumento político da integridade nacional só poderia ser solidificar o governo de D. Pedro, no Rio de Janeiro. A regência do príncipe D. Pedro significava, também, a garantia da manutenção da ordem.

Saber que no Rio de Janeiro pensava-se de igual maneira deve ter dado a José Bonifácio grande satisfação, pois acreditava que todas as resoluções de São Paulo certamente seriam seguidas pelas demais capitanias habitadas "pelos filhos e netos de paulistas": Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso.

Os termos do requerimento da Junta Governativa endereçado ao príncipe D. Pedro marcariam o início dos desentendimentos entre Oeynhausen-Gravenbourg e José Bonifácio. O antigo capitão-general os teria achado excessivos, violentos. Já José Bonifácio, tomado por profunda indignação, argumentou que era necessário que o príncipe sentisse claramente a disposição em que estavam os brasileiros. Venceu o ponto de vista de José Bonifácio, tendo sido ele o autor da missiva.

> [...] apenas fixamos nossa atenção sobre o primeiro decreto das cortes acerca da Organização dos Governos das Províncias do Brasil, logo ferveu em nossos corações uma nobre indignação, porque vimos nele exarado o sistema da anarquia e da escravidão; mas o segundo, pelo qual V.A.R. deve regressar para Portugal, [...] causou-nos um verdadeiro horror.
>
> [...] Nada menos se pretende do que desunir-nos, enfraquecer-nos e até deixar-nos em mísera orfandade, arrancando [...] o único pai comum,

> que nos restava depois de terem esbulhado o Brasil do benéfico fundador deste Reino [...].
>
> [...] como agora esses deputados de Portugal, sem esperarem pelos do Brasil, ousam já legislar sobre os interesses mais sagrados de cada Província e de um Reino inteiro? Como ousam desmembrá-lo em porções desatadas, e isoladas, sem lhes deixar um centro comum de força e união? [...] Como querem despojar o Brasil do Desembargo do Paço, e da Mesa da Consciência e Ordens, Conselhos de Fazenda, Junta de Comércio, Casa de Suplicação e de tantos outros estabelecimentos? [...]
>
> [...] Este inaudito despotismo, este horroroso perjúrio político, de certo não o merecia o bom e generoso Brasil.

E em um apelo direto à pessoa do príncipe regente, em um pedido que mal disfarçava uma verdadeira ameaça, concluía:

> [...] É impossível que os habitantes do Brasil, que forem honrados e se prezarem de ser homens e mormente os paulistas, possam jamais consentir em tais absurdos e despotismos: sim augusto senhor, Vossa Alteza Real deve ficar no Brasil quaisquer que sejam os projetos das cortes constituintes não só para o nosso bem geral, mas até para a independência e prosperidade futura do mesmo Portugal. Se V. A. Real

> estiver (o que não é crível) pelo deslumbrado e indecoroso Decreto de 29 de setembro, além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, terá também de responder perante o céu, do rio de sangue que de certo vai correr pelo Brasil com sua ausência [...].[59]

Difícil imaginar recado mais claro e enfático. A representação chegou às mãos de D. Pedro no dia 1º de janeiro de 1822, as oito horas da noite. D. Pedro, conforme a resposta que dera a Gordilho de Barbuda, estava inclinado a assumir a defesa do Brasil, mas ainda não estava inteiramente convencido de que esse seria o melhor caminho.

Não obstante os termos duros da representação, que tanto desagradaram Oeynhausen-Gravenbourg, esta deve ter calado fundo no espírito de D. Pedro. Toda a segunda quinzena de dezembro de 1821 fora para o príncipe de dúvidas e de hesitação. Deveria submeter-se ou não às determinações das cortes? O ofício de São Paulo lhe mostrava que o movimento pela sua permanência não se circunscrevia ao Rio de Janeiro, era bem mais amplo.

---

59 Representação dirigida ao príncipe regente do Brasil pela Junta Provincial de São Paulo em 24 de dezembro de 1821, em anexo à *Missiva do príncipe regente D. Pedro encaminhada a seu pai el rey D. João VI, datada do Rio de Janeiro, aos 2 de janeiro de 1822, in* Eugênio Egas, organizador, *Cartas de D. Pedro príncipe do Brasil a seu pai D. João VI rei de Portugal (1821-1822)*, São Paulo: Typographia Brasil, de Rothschild & Cia., 1916, pág. 45.

D. Pedro, logo no dia seguinte, chamou o intendente geral de polícia, Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, forneceu-lhe uma cópia do ofício da Junta Governativa de São Paulo, e pediu-lhe que, como quem estivesse a revelar um grande segredo, a fosse mostrando em vários grupos e rodas da cidade do Rio de Janeiro, sondando a opinião pública. Contudo, não deveria permitir que a mandassem imprimir. Drummond dirigiu-se à livraria de Evaristo da Veiga, ponto de confabulações políticas da cidade. Em seguida, dirigiu-se ao quartel do 1º Regimento de Cavalaria, onde se encontrou com os oficiais militares da cidade. Por fim, dirigiu-se à alfândega, ponto de encontro dos comerciantes. No final do dia, toda a cidade estava ciente do ofício que os paulistas haviam enviado solicitando a permanência de D. Pedro no Brasil.

A comunicação de São Paulo chegou a Vila Rica, em Minas Gerais, em 8 de janeiro de 1822. Foi respondida logo no dia seguinte. Diante da "firme tenção" que estavam os paulistas em não cumprir os decretos das cortes:

> [...] os mineiros, considerando-se, como se consideram, irmãos dos paulistas, jamais terão outros intentos que não sejam os de cooperar com eles ainda mesmo com sacrifício de sua

> fazenda e vidas, para tudo o que for necessário a sacudir o jugo, que se lhes prepara.[60]

Antes do recebimento do ofício paulista, já a Junta Governativa das Minas Gerais enviara ao Rio de Janeiro seu vice-presidente, para declarar de viva voz ao príncipe regente que os habitantes das Minas Gerais "não admitem mais os ferros e jugo que outrora os oprimiram".

Em carta a D. João, D. Pedro narrava os últimos eventos:

> Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1822.
>
> Meu pai e meu senhor.
>
> Ontem, pelas 8 horas da noite, chegou de S. Paulo um próprio com ordem de me entregar em mão própria o ofício, que ora remeto incluso, para que Vossa Majestade conheça e faça conhecer ao soberano congresso quais são as firmes tenções dos paulistas, e por elas conhecer quais são as gerais do Brasil.
>
> Ouço dizer que as representações desta província [Rio de Janeiro] serão feitas no dia 9 do corrente; dizem mais que São Paulo escreveu para Minas; daqui sei que há quem tem escrito para todas as províncias, e dizem que tudo se há de fazer debaixo de ordem.

60 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 138.

> Farei todas as diligências por bem para haver sossego, e para ver se posso cumprir os decretos 124 e 125, o que me parece impossível, porque a opinião é toda contra, por toda parte.
>
> Deus guarde a preciosa vida, e saúde de Vossa Majestade, [...]
>
> Pedro[61]

Dia do "fico"

Entre o velho Reino de Portugal e o novo Império do Brasil, se não pudessem ficar juntos, D. Pedro ia-se decidindo. Certamente influenciado pela astuta observação que o próprio D. João lhe fizera, dois dias antes de voltar à Europa, e que D. Pedro recordaria ao pai na carta datada aos 19 de junho de 1822:

> Eu ainda me lembro, e me lembrarei sempre, do que Vossa Majestade me disse, antes de partir dois dias, no seu quarto (Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros). Foi chegado o momento da quase separação, e estribado eu nas eloquentes e singelas palavras expressadas

61 *Missiva do príncipe regente D. Pedro encaminhada a seu pai el rey D. João VI, datada do Rio de Janeiro, aos 2 de janeiro de 1822, in* Eugênio Egas, organizador, *Cartas de D. Pedro príncipe do Brasil a seu pai D. João VI rei de Portugal (1821-1822)*, São Paulo: Typographia Brasil, de Rothschild & Cia., 1916, pág. 43.

> por Vossa Majestade, tenho marchado adiante do Brasil, que tanto me tem honrado.[62]

No dia 9 de janeiro de 1822, José Clemente Pereira, juiz de fora e, por conseguinte, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro e influente maçom, fez ao príncipe regente D. Pedro a entrega da representação fluminense, solicitando a sua permanência no Brasil. D. Pedro descreveu, suscintamente, os acontecimentos ao pai da seguinte maneira:

> Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1822.
>
> Meu pai e meu senhor.
>
> Dou parte a Vossa Majestade que no dia de hoje ás dez horas da manhã recebi uma participação do Senado da Câmara pelo seu procurador, que as câmaras nova e velha se achavam reunidas, e me pediam uma audiência; respondi que ao meio dia podia vir o Senado, que eu o receberia; veio o Senado, que me fez uma fala mui respeitosa, de que remeto copia (junta com o auto da Câmara) a Vossa Majestade e em suma era que, logo que desamparasse o Brasil, ele se tornaria independente; e ficando eu, ele persistiria unido a Portugal. Eu respondi o seguinte:

---

62 *Missiva do príncipe regente D. Pedro encaminhada a seu pai el rey D. João VI, datada do Rio de Janeiro, aos 19 de junho de 1822, in* Eugênio Egas, organizador, Cartas de D. Pedro príncipe do Brasil a seu pai D. João VI rei de Portugal (1821-1822), São Paulo: Typographia Brasil, de Rothschild & Cia., 1916, pág. 104.

> Como é para bem de todos, e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico.
>
> O presidente do Senado o fez, e o povo correspondeu com imensos vivas, cordialmente dados a Vossa Majestade, a mim, à união do Brasil a Portugal, e à Constituição: depois de tudo sossegado, da mesma janela em que estive para receber os vivas, disse ao povo: Agora só tenho a recomendar-vos união, e tranquilidade; e assim findou este ato. [...]
>
> Pedro[63]

Seguia em anexo à carta de D. Pedro a seu pai cópia da "Representação do Povo do Rio de Janeiro, dirigida ao Senado da Câmara, de 29 de dezembro de 1821, assignada por mais de oito mil pessoas", bem como cópia da "Fala que o juiz de fora desta cidade, José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara, dirigiu a Sua Alteza Real, no ato em que ele apresentou ao mesmo senhor as representações do povo da mesma cidade, datada de 9 de janeiro de 1822".

63 *Missiva do príncipe regente D. Pedro encaminhada a seu pai el rey D. João VI, datada do Rio de Janeiro, aos 9 de janeiro de 1822, in* Eugênio Egas, organizador, *Cartas de D. Pedro príncipe do Brasil a seu pai D. João VI rei de Portugal (1821-1822),* São Paulo: Typographia Brasil, de Rothschild & Cia., 1916, págs. 47 e 48.

D. Leopoldina

Conforme o ofício do governo de São Paulo prometia, a 31 de dezembro de 1821, partiu de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro uma delegação que visava levar, de viva voz, os sentimentos de São Paulo. Faziam parte dela: José Bonifácio; o coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo; o marechal José Arouche de Toledo Rendon; e o padre Alexandre Gomes de Azevedo. Os dois primeiros falariam em nome da Junta Governativa, o terceiro pela Câmara da capital e o quarto pelo Clero. Seguiu a comitiva João Evangelista de Faria Lobato, antigo colega e amigo de José Bonifácio dos tempos de estudante em Coimbra.

Octávio Tarquínio diz que a presença de Faria Lobato poderia ser explicada "com todas as possibilidades, em missão política, para demonstrar a necessidade da presença no Rio de seu antigo colega. Estaria aí talvez o motivo da inclusão de José Bonifácio na lista dos delegados paulistas, no lugar de seu irmão Martim Francisco, que antes fora designado".[64]

Os delegados de São Paulo viajaram por mar de Santos ao porto de Sepetiba, onde desembarcaram no dia 17 de janeiro de 1822. Sepetiba está próximo da antiga Fazenda Real de Santa Cruz, que, como local de recreio, tanto agradava a D. João como a D. Pedro. Na ocasião do

64 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 140.

desembarque, D. Leopoldina com seus dois filhos de então, D. Maria da Glória e D. João Carlos, encontravam-se refugiados na fazenda real, em consequência de motins das tropas portuguesas aquarteladas no Rio de Janeiro, insatisfeitas com o "fico".

D. Maria Leopoldina Carolina Josefa Francisca Fernanda, Habsburgo-Lorena por nascimento e Bragança por casamento, ou mais simplesmente Maria Leopoldina, a primeira mulher de D. Pedro, dotada de educação esmerada e de perspicácia política superior à da maioria de seus contemporâneos, naquela altura dos acontecimentos já se convencera da inevitabilidade da emancipação brasileira e pugnava que seu marido tomasse a frente da causa. Convencida da importância do apoio paulista à causa brasileira, esperava ansiosa a chegada da delegação. No dia anterior, 16 de janeiro, estivera em Sepetiba à espera da delegação. D. Leopoldina Fazia, no dia seguinte, a mesma viagem a cavalo da Fazenda Real de Santa Cruz ao porto de Sepetiba quando, no meio do caminho, cruzou com a delegação paulista que já havia desembarcado e marchava em direção do Rio de Janeiro.

O encontro foi muito cordial, a princesa não escondendo seu "sumo contentamento". Precedido por sua fama de sábio, José Bonifácio fora, à sua revelia, nomeado pelo príncipe regente D. Pedro ministro das pastas do Reino, Justiça e Negócios Estrangeiros, do Reino do Brasil.

D. Leopoldina soube como conquistar os paulistas. Em carta a Martim Francisco, que ficara em São Paulo, José Arouche de Toledo Rendon, narrou o encontro:

> Entre outras expressões dela capazes de arrancar lágrimas aos homens de sentimentos honrados, foi dizer que estimaria muito que víssemos seus brasileirinhos, além dos quais tinha um terceiro (apontou para o ventre), que entregaria aos cuidados dos honrados paulistas.[65]

Conversando em alemão,[66] D. Leopoldina, além de narrar os últimos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, comunicou a José Bonifácio sua nomeação como ministro de Estado. José Bonifácio inicialmente declinou do convite, mas dada a insistência de D. Leopoldina, aceitou conversar primeiro com D. Pedro, antes de se decidir.

Foi assim, agradavelmente impressionados pela acolhida de D. Leopoldina e pela lembrança dos seus "pequenos brasileirinhos", que a delegação paulista seguiu para o Rio de Janeiro.

O fato de se ver forçado a enviar D. Leopoldina e os filhos repentinamente para Santa Cruz representou

---

65 D. Leopoldina estava repetindo o gesto de sua bisavó, a grande imperatriz Maria Thereza do Sacro Império Romano Germânico, que em 1741, em meio a turbulências políticas, apresentou-se aos irascíveis húngaros, com o filho e herdeiro nos braços, colocando-se, voluntariamente, sob proteção dos mesmos, fazendo-os, assim, defensores do trono imperial.

66 Octávio Tarquínio de Sousa declara que a conversa ocorreu em francês.

evento que marcaria definitivamente D. Pedro. O segundo filho do casal, D. João Carlos, príncipe da Beira, que estava doente, piorara sobremaneira na viagem. O jovem príncipe não mais se recuperaria vindo a falecer, após longo padecimento, no dia 4 de fevereiro de 1822. Tanto D. Leopoldina quanto D. Pedro passaram a culpar a insurreição das tropas portuguesas do Rio de Janeiro pela morte do infante.

> Uma violenta constipação cortou o fio de seus dias. Este infortúnio é o fruto da insubordinação e dos crimes da divisão auxiliadora.
>
> [...] O príncipe já estava incomodado quando a soldadesca rebelde tomou as armas contra os cidadãos pacíficos desta cidade; a prudência exigiu que eu fizesse partir imediatamente a princesa e as crianças para a fazenda de Santa Cruz [...]
>
> [...] Essa viagem violenta, sem as comodidades necessárias, o tempo que era mui úmido depois de grande calor do dia, tudo, enfim, se reuniu para alterar a saúde de meu caro filho, e seguiu-se-lhe a morte. A divisão auxiliadora, pois, foi a que assassinou o meu filho e neto de Vossa

> Majestade. Em consequência, é contra ela que levanto minha voz.[67]

Qualquer respeito que D. Pedro tinha às cortes constituintes, morreu com seu filho. A partir daquele momento D. Pedro cedeu às pressões de sua mulher e passou a ser incisivo em suas decisões.

Ministro do Reino, Justiça e Negócios Estrangeiros

No mesmo dia da chegada, pelas nove horas da noite, ainda com as roupas da viagem, e introduzidos por uma porta particular, foi a delegação paulista recebida por D. Pedro, que comunicou a José Bonifácio sua nomeação. A resposta foi uma recusa formal. Entretanto, o príncipe insistiu de tal maneira que não foi possível a José Bonifácio manter sua recusa.

Eram dois homens muito distintos que as circunstâncias políticas juntavam para realizar uma grande obra. Duas personalidades com muitas diferenças, mas com alguns traços em comum.

67 *Missiva do príncipe regente D. Pedro encaminhada a seu pai el rey D. João VI, datada do Rio de Janeiro, aos 14 de fevereiro de 1822, in* Eugênio Egas, organizador, *Cartas de D. Pedro príncipe do Brasil a seu pai D. João VI rei de Portugal (1821-1822),* São Paulo: Typographia Brasil, de Rothschild & Cia., 1916, págs. 79 e 80.

D. Pedro contava então com 23 anos. O príncipe era um rapaz de poucas letras.[68] Filho de pais desavindos, criado no Rio de Janeiro à solta. Desde cedo habituado a satisfazer todos os seus caprichos em meio a serviçais de vida pouco decorosa. Ambicioso, amante da glória, da aventura e do perigo, tendo como modelo seu concunhado, Napoleão Bonaparte. Embebido de um liberalismo constitucionalista retórico e romântico.

Já o ministro era um homem que estava chegando aos seus 60 anos. Dono de vasta cultura. Com uma carreira pública de cientista de sucesso já concluída. Era um homem renomado nos grandes círculos científicos da Europa. Consciente do próprio valor e muito pouco amigo da modéstia.

Preocupar-se-ia em construir um governo apoiando-se, o mais possível, na realidade dos fatos. Tendo vivenciado *in loco* os efeitos da Revolução Francesa, tornara-se intransigente amigo da ordem. Era completamente avesso a insurreições e motins militares, mas, nem por isso, deixava de ser cônscio da necessidade imediata de reformas profundas no Estado e na sociedade brasileiros.

---

68 Ainda que pouco educado, com poucas letras, pelas cartas que D. Leopoldina escreveu pode-se ver que D. Pedro procurava ilustrar-se. Leitor das obras políticas de Henri-Benjamin Constant de Rebecque e de Gaetano Filangieri, logo passou a flertar com um liberalismo romântico. Já D. Leopoldina tinha uma percepção diversa dos movimentos sociais que espocavam em seu tempo. Sua família fora vítima da Revolução, e o fantasma de Maria Antonieta, tia-avó de D. Leopoldina, era uma lembrança constante de até onde aquelas insurreições poderiam chegar.

Ao primeiro lance de olhos, não poderiam se entender. No entanto, alguns traços em comum existiam.

José Bonifácio, ainda que com cinquenta e oito anos, era de um espírito alegre e brincalhão. Zombeteiro. Sem a gravidade ou compostura sisuda que costumamos associar aos sábios letrados. Falador, conversava por horas, sempre, porém, com uma franqueza crua, sem preocupação em filtrar as palavras, ou mesmo de ser polido. Apesar de encanecido pelos anos, era ainda um apaixonado, irreverente, capaz de se indignar com violência, exaltando-se, ocasiões em que se tornava parcial, maledicente e agressivo.

O príncipe e o ministro, não obstante suas diferenças, eram ambos pessoas suscetíveis, orgulhosas, impetuosas e ardentes. Trabalhariam juntos, não por muito tempo, mas por um período crucial para a formação do Brasil como país independente.

Primeiras providências

Para José Bonifácio, a primeira preocupação como ministro foi a preservação da ordem pública, ainda ameaçada pela Divisão Auxiliadora, comandada pelo tenente-general Jorge de Avilez Juzarte de Sousa Tavares, cujo aquartelamento fora transferido para Niterói. Um ataque dessa tropa, fiel às cortes de Lisboa, para forçar o príncipe a reverter o "fico", não teria sido qualquer surpresa.

Destarte, logo se pôs a providenciar o embarque dos soldados de volta a Portugal. Não se tratava de tarefa simples, e o perigo pairava no ar. Aos 6 de fevereiro de 1822, correu a notícia de que a Divisão estava cruzando a baía da Guanabara para ocupar o Rio de Janeiro. José Bonifácio montou a cavalo e se dispôs a combater, tal como fizera em Portugal, quando das invasões francesas.

O tenente-general Avilez e seus soldados foram embarcados de volta a Portugal em fevereiro de 1822.

A segunda preocupação do ministro foi com a manutenção da integridade territorial do Brasil.

O risco de fragmentação do país era real e impulsionado por características econômicas desagregadoras. Em 1822, o Brasil dispunha de cinco portos internacionais principais: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís e Belém. Cada um deles ligado a uma zona de produção econômica de exportação própria. João Alfredo dos Anjos, em seu estudo sobre a política exterior de José Bonifácio, apresenta-nos, como exemplo comparativo, o caso do Vice-Reinado do Prata que, na mesma época, se fragmentou.[69]

O Vice-Reinado do Prata dispunha apenas do porto de Buenos Aires. As comunicações do interior platino com seu porto eram dificultadas pela distância e precariedade do transporte terrestre, enquanto as comunicações entre os principais portos brasileiros se davam com

69 João Alfredo dos Anjos. *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*, Brasília: Funag, 2008, pág. 75.

relativa rapidez com a Europa. Ou seja, as províncias platinas dependiam do porto de Buenos Aires, enquanto as capitanias brasileiras não dependiam do Rio de Janeiro.

Considerando-se apenas a situação econômica do Brasil, sua fragmentação territorial era muito mais natural do que a fragmentação do Vice-Reinado do Prata. No entanto, a realidade política terminou por inverter esse quadro.

José Bonifácio procurou, desde o início de sua gestão, combater as forças centrífugas que levariam à fragmentação do Brasil, procurando reforçar o poder do príncipe regente, que era constantemente solapado pelos decretos das cortes lisboetas. O reforço de D. Pedro passava por sublinhar a autonomia administrativa do Reino do Brasil. Com essa finalidade em vista o ministro patrocinou dois atos administrativos.

O primeiro ato foi a Decisão 11, endereçada ao desembargador do Paço chanceler-mor, que determinava que, a partir daquele dia, 21 de janeiro de 1822, não mais se fizessem conhecer a repartição pública alguma do Brasil as leis, decretos e demais determinações vindas de Portugal, sem que antes fossem submetidas ao conhecimento prévio do príncipe regente para que este, "achando-as análogas às circunstâncias do Brasil", determinasse suas execuções. Essa norma foi reforçada pela Decisão 40, de maio do mesmo ano, reiterando que não se desse exe-

cução a qualquer instrumento legal emanado das cortes sem o "cumpra-se" do príncipe regente.

O segundo ato, datado aos 30 daquele mesmo mês, era um "convite" às juntas governativas de todas as capitanias a aceitarem a autoridade do príncipe regente e a se submeterem à sua regência. Logo surgiu a lembrança da convocação de uma "Junta de Procuradores ou Representantes", no Rio de Janeiro, que serviria "para reunir todas as províncias deste Reino", aconselhando o príncipe na condução dos negócios do Estado. A Junta, cujas reuniões seriam presididas pelo príncipe, com a assistência dos ministros, que teriam "assento e voto", tinham caráter meramente consultivo e propositivo, não decisório.

A convocação da Junta de Procuradores se deu por intermédio de decreto datado aos 16 de fevereiro de 1822, referendado por José Bonifácio. A convocação da Junta de Procuradores gerou uma reação inesperada a José Bonifácio. O grupo político de tendência liberal radical, comandado por Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa contrapôs à Junta a ideia de que se deveria convocar uma "constituinte brasílica", único foro que teria legitimidade

para tratar, soberanamente, dos assuntos específicos da América portuguesa.[70]

A opção da Junta de Procuradores parecia, a Joaquim Gonçalves Ledo e seus aliados, ser alternativa por demais conservadora, ou seja, absolutista e despótica, pois não haveria nela o caráter legislativo ínsito às representações populares. Foram as primeiras críticas que o ministro José Bonifácio recebeu.

De fato, José Bonifácio temia que uma constituinte saísse rapidamente do controle do Governo, tal como presenciara na sua estada na França, na década de 1790. Uma junta de procuradores meramente consultiva seria de mais fácil convivência, podendo o Governo manter a direção dos embates com as cortes de Lisboa.

Em verdade, o litígio com o grupo de Joaquim Gonçalves Ledo se revelaria uma disputa entre projetos políticos distintos. Enquanto José Bonifácio defendia um governo com um Executivo forte, Gonçalves Ledo defendia que a primazia estivesse com o Parlamento. Gonçalves Ledo e seu grupo não apenas defendiam a convocação de uma constituinte, como queriam que ela, ou suas bases, fosse previamente jurada por D. Pedro, de forma a não sobrar dúvidas de que a soberania recairia integralmente

70 Tanto Joaquim Gonçalves Ledo quanto José Clemente Pereira haviam combatido os franceses em Portugal sob as ordens de José Bonifácio no Corpo Militar Acadêmico. Em conjunto com o cônego Januário da Cunha Barbosa, com o tempo, formariam o grupo político de ferrenha oposição a José Bonifácio e a seus irmãos.

sobre a assembleia constituinte. Ou seja, seguiam o modelo de conduta adotado pelas cortes lisboetas com relação a D. João. Já José Bonifácio defendia que nenhum texto de lei, nem mesmo uma constituição, poderia ser promulgada se não passasse antes pelo exame do Executivo.

Dado o ardor com que eram defendidas as duas posições, logo a divergência política transmudou em inimizade pessoal.

Segundo José Bonifácio, em carta enviada a D. Pedro, em abril de 1822, havia movimentações de grupos insatisfeitos. Diziam:

> [...] que eu havia merecido, a princípio, todo o entusiasmo e confiança do povo desta cidade quando entrei no ministério, mas que depois do decreto de 16 de fevereiro tinha perdido muita parte da minha popularidade, por quanto este decreto era um laço que eu armava aos brasileiros para não terem nem constituição nem cortes no Brasil.[71]

Para José Bonifácio, as acusações estavam vinculadas, também, a uma briga pelo poder, pois logo em seguida, na mesma carta, dizia ter informações de que um dos principais cabeças do grupo que lhe fazia oposição tinha

71 Miriam Dolhnikoff data essa ordem em maio de 1822. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 140.

intenção "em querer deitar-me fora do ministério para tomar o meu lugar".

A partir de então, iniciou-se na imprensa intensa campanha pela convocação de uma constituinte, tendo sido reunidas seis mil assinaturas em representação que propugnava por essa ideia. Cabe ressaltar que na representação brasileira nas Cortes de Lisboa ainda se mantinha a perspectiva da manutenção do Reino Unido.

Apesar da oposição de seu ministro, D. Pedro cedeu e convocou uma constituinte para o Brasil. Sobre esse ponto, assim escreveu a seu pai:

> É necessário que o Brasil tenha cortes suas: esta opinião generaliza-se cada dia. O povo desta capital prepara uma representação que me será entregue para suplicar-me que as convoque, e eu não posso a isso recusar-me, porque o povo tem razão, é muito constitucional, honra-me sobremaneira, e também a V.M., e merece toda a sorte de atenções e felicidade. Sem cortes o Brasil não pode ser feliz. As leis feitas tão longe de nós por homens que não são brasileiros, e que não conhecem as necessidades do Brasil, não poderão ser boas. O que hoje é bom amanhã não serve ou se torna inútil, e uma nova necessidade se faz sentir; isto prova que o Brasil deve ter em si tudo quanto lhe é necessário, e que é absurdo retê-lo debaixo de dependência

> do velho hemisfério. O Brasil deve ter cortes; já o disse V.M.: não posso recusar este pedido.[72]

Marcha para a independência

A radicalização dos acontecimentos ia aumentando a distinção entre brasileiros e portugueses. A situação da cidade foi tornando-se cada vez mais tensa. Em ofício, José Bonifácio afirma ter recebido denúncia de que portugueses conspiravam contra brasileiros, planejando ataques armados. Ordenou-se, então aumentar o número de espiões da polícia, colocar em depósitos todas as armas dos regimentos de milícias, prender suspeitos e formar uma junta interina de segurança pública.[73]

Deve-se, no entanto, contextualizar as preocupações de segurança interna de José Bonifácio. Aos olhos

---

72 *Missiva do príncipe regente D. Pedro encaminhada a seu pai el rey D. João VI, datada do Rio de Janeiro, aos 21 de maio de 1822, in* Eugênio Egas, organizador, *Cartas de D. Pedro príncipe do Brasil a seu pai D. João VI rei de Portugal (1821-1822)*, São Paulo: Typographia Brasil, de Rothschild & Cia., 1916, págs. 100 e 101.

73 João Alfredo dos Anjos nos lembra que o Códice 309, do Arquivo Nacional, contém uma série de documentos que Octávio Tarquínio de Sousa denominou como "Ordens Secretas de José Bonifácio de Andrada e Silva". Ali estão registradas as medidas determinadas pelo ministro para "a escolha e aumento do número das pessoas que devem espiar todas as maquinações referidas" e para a vigilância dos "ajuntamentos de pessoas suspeitas", especialmente os *clubs*, que deveriam ser desbaratados, com a detenção de todas as pessoas encontradas e a apreensão dos "papéis e correspondências que forem achadas em suas casas e que pela sua natureza forem suspeitas". *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*, Brasília: Funag, 2007, pág. 81.

modernos, sua atitude indiscutivelmente parece policialesca em demasia. Vivia-se, no entanto, em uma época inflamada. A paixão política descambava para a violência e assassinatos, como os que mataram o sobrinho de Luís XVIII, o duque de Berry, na França, em fevereiro de 1820, herdeiro dos Bourbon de França, e o escritor alemão August von Kotzebue, em 1819, que ridicularizava as ideias liberais pela imprensa, e partidário do absolutismo régio.

No Brasil, o clima de excitação política também estava presente. Segundo Isabel Lustosa, em meados de 1822, o quadro político "fez com que o debate alcançasse níveis de violência tais que incluíram o insulto, o palavrão, os ataques pessoais e até a agressão corporal, anunciada ou levada à prática".[74] Tal clima perduraria, como nos comprova o caso da agressão contra Luís Augusto May, redator do periódico *A Malagueta*, ocorrido em 1823.

Em maio, com a morte do cônsul português em Buenos Aires, e na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros, José Bonifácio nomeou Manoel Correa da Câmara para ocupar o posto. Tratava-se de uma usurpação de funções, pois cabia a Portugal nomear os agentes internacionais. Mais surpreendentes ainda eram as orientações com que José Bonifácio instruiu o primeiro

74 Isabel Lustosa, *Insultos impressos: o nascimento da imprensa no Brasil. In: A Independência brasileira: novas dimensões.* Rio de Janeiro: FGV, 2006, pág. 241.

diplomata indicado pelo Brasil. Permanecer no posto ainda que fosse nomeado um representante do governo português, situação na qual Correa da Câmara passaria a representar especificamente o Brasil.

Ademais, deveria o diplomata estabelecer com os governos das Províncias Unidas do Rio da Prata e do Paraguai uma aliança militar defensiva contra injunções europeias na América meridional. Ao assim agir, José Bonifácio já começava a projetar, no âmbito internacional, o Brasil como ente político autônomo com relação a Portugal. O diplomata também deveria preocupar-se com o desenvolvimento do comércio do Brasil com a América meridional.

Entrementes, em Portugal, os deputados brasileiros, capitaneados por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, faziam uma última tentativa de salvar a união dos dois reinos. Aos 17 de junho de 1822, apresentaram, em conjunto, uma proposta de Ato Adicional à Constituição. O Ato insistia em um governo autônomo na América, com a existência de um parlamento próprio, para tratar de seus particulares assuntos, bem como um Judiciário independente.

De acordo com o Ato Adicional, existiriam dois reinos unidos, mas autônomos. Já "as províncias da Ásia e da África declararão a que reino querem incorporar-se". Unidade e autonomia. Partes iguais e autônomas compondo, juntas, o Império luso.

Os deputados portugueses rejeitaram unanimemente a proposta de um Ato Adicional. O Governo deveria ser centralizado, e em Lisboa. Um neocolonialismo político claro. Diante da intransigência dos deputados portugueses, somente restou a alternativa da separação.

Em Lisboa, o clima era tenso. "A rivalidade já passa a ódio, não só entre os deputados de Portugal e Brasil, como entre o povo; as folhas já principiam a achincalhar-nos, é visível a aversão que nos têm os brejeiros", relatou um deputado brasileiro anônimo ao *Correio do Rio de Janeiro* em junho daquele ano de 1822.

Os ânimos pioraram quando as cortes aprovaram decreto determinando a prisão imediata e remessa a Lisboa, onde seriam julgados por crime de traição, dos membros da Junta Governativa de São Paulo que haviam assinado o manifesto entregue a D. Pedro que o levaram a ficar no Brasil, desobedecendo a determinação das cortes para que voltasse à Europa. O texto do decreto fazia explícita referência a José Bonifácio, visto como articulador da resistência às ordens de Lisboa. Nas palavras do deputado português Borges Carneiro:

> Ali, no Rio, um só homem, José Bonifácio de Andrada e Silva, com energia de seu caráter improvisa forças de mar e terra, acha recursos em abundância e nos põe pela porta afora com a maior sem-cerimônia possível. Nós aqui gastamos

> o tempo em falar e não fazemos senão registrar as desfeitas que vamos recebendo do Brasil. [75]

Aos 3 de junho de 1822, quatro dias após a Junta do Procuradores se reunir e encaminhar a D. Pedro pedido para que convocasse uma constituinte, D. Pedro convoca a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, convidando todas as províncias a elegerem e enviarem seus deputados. Ainda não haviam chegado as últimas de Lisboa, que aportariam no Rio de Janeiro apenas em agosto.

Diante do fracasso do Ato Adicional, no dia 26 de agosto de 1822, a bancada paulista nas cortes de Lisboa solicitou formalmente seu afastamento delas. Compreendiam que falhara sua participação. Quem apresentou o requerimento da bancada foi Antônio Carlos, em discurso que relata a frustração da bancada brasileira, e paulista especificamente, por não haver conseguido se fazer ouvir. Montada comissão para analisar o pedido de afastamento, foi este recusado.

No dia 11 de setembro, ainda ignorando os eventos ocorridos em 7 de setembro, a bancada da Bahia apresenta idêntico requerimento de afastamento, por iguais razões, que também foi negado.

Em fins daquele setembro de 1822, as cortes promulgaram e juraram a Constituição que elaboraram.

75 *Apud* Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 148 e segs.

Vários dos deputados brasileiros recusaram-se a fazer o juramento ou mesmo a subscrevê-la. Um grupo, dentre os quais estava Antônio Carlos, padre Diogo Antônio Feijó e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro fugiram de Lisboa, ainda sem saberem que, no Brasil, o grito do Ipiranga já havia sido dado.

Consolidação da unidade territorial

No Rio de Janeiro, José Bonifácio centralizava sua atenção na manutenção da unidade das províncias. O governo de D. João no Rio de Janeiro havia lançado as bases de uma união que ainda era extremamente frágil. A América lusitana era composta por muitas partes cujos laços eram tênues.

Como o meio de transporte era marítimo, em função das correntes, a comunicação das capitanias do Norte, Maranhão e Grão-Pará, eram muito mais fáceis com Lisboa do que com o Rio de Janeiro.[76] Fazia-se mister transferir definitivamente o eixo de atuação política de Lisboa para o Rio de Janeiro. Das cortes para D. Pedro. Esse era o objetivo da atuação de José Bonifácio.

---

76 Foi justamente esse um dos argumentos dos deputados lusitanos contra a instalação de um governo autônomo no Rio de Janeiro: que as comunicações das capitanias do Norte com Lisboa eram muito mais fáceis do que com o Rio de Janeiro. O contra-argumento dos brasileiros foi defenderem a ideia de uma nova capital no interior, prevista por José Bonifácio nas *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório de São Paulo para os deputados da província de São Paulo*.

Ocorreram problemas no Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Cisplatina.

Em junho de 1822, o Grão-Pará não respondeu à convocação de eleição de procuradores para a Junta convocada por D. Pedro. Diante disso foram tomadas duas atitudes. José Bonifácio inicialmente, já depois de declarada a independência, enviou ofício em que exortava os paraenses a aderirem à causa do Brasil, elencando as vantagens que adviriam dessa adesão. Em seguida, em agosto de 1823, enviou um navio de guerra, comandado pelo capitão-tenente John Grenfell, mercenário inglês contratado pelo governo do Rio de Janeiro, com o objetivo de dobrar a resistência local ao novo Império. No dia 15 de agosto de 1823 a Junta Governativa do Grão-Pará anunciava sua adesão ao Império do Brasil.

No Maranhão, a intervenção militar foi comandada pelo almirante inglês Thomas Cochrane, herói das guerras napoleônicas, que no período vendia seus serviços para novos governos sul-americanos. Contratado em setembro de 1822 para formar a marinha brasileira, Cochrane, cuja ambição monetária era enorme, mesmo devidamente remunerado e titulado marquês do Maranhão, acabou por saquear São Luís, o que lhe legou uma triste memória.

José Bonifácio também remeteu ofício ao governo de Piauí, em dezembro de 1822 através do qual:

> [...] lhe recomenda que, fazendo ajustado uso das suas luzes e zelo pelo bem da pátria, pondere nas ruinosas consequências da desunião em que se conserva com as províncias que se têm declarado pela independência e que constituem a maioria da população do Império. Que se recorde dos males horríveis e incalculáveis que à província da Bahia chamou o seu criminoso governo, sempre contumaz em seguir o partido do Congresso de Portugal.[77]

O fato é que a província somente se submeteu ao Imperador após a sangrenta batalha do Jenipapo, aos 13 de março de 1823, na qual tropas brasileiras compostas por contingentes cearenses, maranhenses e piauienses derrotaram as tropas do major João José da Cunha Fidié, que permanecia fiel a Lisboa.

Em Pernambuco, a Junta de Governo, presidida por Gervásio Pires da Mota, oscilava entre Lisboa e Rio de Janeiro. Ainda que, no andar dos acontecimentos, tenha descartado o vínculo com Lisboa, Pernambuco hesitava em unir-se ao Império. Nas palavras de frei Caneca, um dos líderes locais, não havia sentido em se libertarem do

---

77 *Apud* Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, págs. 154 e 155.

despotismo lusitano para "arrastar os grilhões forjados por uns paulistas e quatro peões d'el rey".[78]

Para garantir a adesão de Pernambuco, José Bonifácio enviou para lá seu aliado Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, que desembarcou em Recife em fevereiro de 1822. Drummond, depois de muitos contatos, conseguiu a deposição da junta presidida por Gervásio, substituindo-a por outra mais disposta a alinhar-se com o Império.

A situação na Bahia era muito mais difícil. Após a Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820, tomou o poder uma junta pró Lisboa, comandada pelo tenente-coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães. Em junho de 1821, a Bahia enviou ofício às cortes comunicando-lhe que tomara a decisão de se "desligar da Província do Rio de Janeiro no tocante à subordinação política e econômica". Ao mesmo tempo, em Lisboa, seus deputados fechavam com os demais deputados brasileiros em defesa de um governo autônomo no Brasil.

A conjuntura deteriorou-se quando as cortes transferiram, em fevereiro de 1822, o comando de armas da capitania, até então exercido pelo brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, ao general português Inácio

78 *Idem*, pág. 155. A referência a José Bonifácio e a Martim Francisco, companheiro do irmão no ministério como responsável pela pasta da Fazenda, é óbvia na passagem "aos paulistas".

Luís Madeira de Melo. Manuel Pedro resistiu. Tinha início a Guerra de Independência da Bahia.

Com Salvador ocupada pelas tropas do general Madeira de Melo, os partidários da independência se entrincheiraram na Vila de Cachoeira, no recôncavo baiano. A guerra que se seguiu foi intensa, tendo o Rio de Janeiro enviado reforços. Apenas em julho de 1823 as tropas brasileiras lograram entrar em Salvador, e expulsar Madeira de Melo de volta para Portugal.

Nas Minas Gerais a solução foi mais simples. Lideranças de Vila Rica e Mariana ressentiam-se com a perda de prestígio frente as das cidades do sul das Minas Gerais, mais próximas ao Rio de Janeiro. A estratégia foi enviar o próprio D. Pedro a Vila Rica. A viagem foi um sucesso, conseguindo-se a adesão completa da capitania ao projeto emancipador. Também na Cisplatina houve resistência.

Como a região fora recentemente incorporada ao Brasil,[79] em 20 de julho de 1822, José Bonifácio, visando favorecer a adesão ao Brasil, promulgou decreto segundo o qual todas as pessoas residentes na província seriam:

> [...] atendidas e consideradas como naturais do Brasil, gozando dos mesmos foros e privilégios

---

79 Desde o século XVII a região da banda oriental do rio Uruguai fora disputada entre Portugal e Espanha. Em 1816, D. João, em resposta à participação de forças espanholas na invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte, determinara a ocupação militar da área. Cinco anos depois ela se incorporava oficialmente ao Reino do Brasil.

> que a estes forem concedidos pela futura constituição política deste Reino.[80]

Proclamada a independência, o comandante de armas da Cisplatina, general Álvaro da Costa, recusou-se a aderir ao novo Império, entrando em conflito com o general Frederico Lecor. Álvaro da Costa encastelou-se na cidade de Montevidéu, enquanto o campo era ocupado por Lecor. Este somente conseguiu entrar em Montevidéu em março de 1824. A cidade foi o último bastão de resistência lusitana na América.

Litígios políticos

Dado seu difícil caráter, José Bonifácio acumulou, ao longo de sua vida política, uma série de ferrenhos desafetos, mas também um grupo não insignificante de aliados fiéis.

Ausente de São Paulo, gerindo os negócios do Reino, José Bonifácio foi inicialmente substituído na vice-presidência da Junta Governativa por seu irmão Martim Francisco. Na briga pelo poder local, logo Martim Francisco viu-se vencido pelo grupo liderado pelo presidente da Junta João Carlos Augusto Oyenhausen e seu aliado Francisco Inácio de Sousa Queiroz.

---

80 *Apud* Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 158.

Na qualidade de ministro, depois de muitas desavenças em São Paulo, José Bonifácio convocou Oyenhausen à corte e, simultaneamente, nomeou novo comandante de armas para São Paulo, José Arouche de Toledo Rendon, seu amigo e aliado. Foi o suficiente para o pronunciamento militar de Francisco Inácio, que, à frente de tropa, solicitou à Câmara da capital a permanência do presidente e a destituição da Junta dos aliados de José Bonifácio, principalmente de Martim Francisco.

Como resposta José Bonifácio decretou a dissolução da Junta Governativa, bem como a formação de uma nova. Em todo caso, Martim Francisco foi excluído do Governo de São Paulo e embarcou para o Rio de Janeiro, onde seria convidado por D. Pedro a ocupar o ministério da Fazenda. Momentaneamente a situação em São Paulo foi controlada.

No Rio de Janeiro, as divergências com o grupo liderado por Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e o cônego Januário da Cunha Barbosa se acirravam. Após a convocação da Constituinte o litígio passou a se centralizar no modelo a ser adotado pelo Estado.

Como já foi dito, o grupo de Gonçalves Ledo defendia um Parlamento forte, já a opção defendida por José Bonifácio privilegiava um Executivo centralizador. Essa divergência aflorava na disputa da natureza do veto imperial às leis a serem promulgadas no futuro Parlamento. Para Gonçalves Ledo o veto teria efeito suspensivo, ou seja,

deveria ser passível de ser levantado pelo Parlamento. Para José Bonifácio, o veto deveria ser absoluto.

Outra questão dizia respeito ao formato do Parlamento em si. Uma só câmara, como defendia Gonçalves Ledo, ou duas, como preferia o ministro. Segundo José Bonifácio, as paixões políticas do momento estariam na câmara baixa. Os grandes e perenes interesses da nação seriam defendidos na câmara alta. Nas palavras do próprio José Bonifácio:

> [...] Nas constituições representativas, o grande número de deputados na Câmara dos Comuns dá mais consideração ao corpo legislativo e excita a emulação dos cidadãos. Na Câmara Alta não devem entrar senão antigos nobres e os que tiverem realmente se distinguido na carreira militar e civil.[81]

Imprensa e Maçonaria

Essas divergências, aparentemente acadêmicas, mas de enorme alcance prático, davam-se em meio aos jornais, espaços públicos e privados. As reuniões das lojas maçônicas ecoavam, com intensidade, sendo as desavenças intelectuais e políticas recheadas de paixão, violência e impropérios.

81 *Apud* Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 161.

José Bonifácio participou dos debates tanto na imprensa quanto no recinto das lojas maçônicas.

Em setembro de 1821, foi fundado o *Revérbero Constitucional Fluminense*,[82] porta voz do grupo político liderado por Joaquim Gonçalves Ledo e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa. Em outubro do mesmo ano surgiu *O Espelho*, cujo redator era Manoel Ferreira Guimarães, que defendia com ânimo e garra o governo de D. Pedro. Inauguravam-se as polêmicas jornalísticas no Brasil.

Em janeiro de 1821, fora fundado o *A Malagueta*, cuja orientação editorial vacilava entre a bajulação ao Governo, leia-se, bajulação a José Bonifácio, e uma opo-

82 O jornal, ainda que tenha aderido ao projeto monárquico constitucional, foi ao longo de sua curta duração (15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822) um periódico radical e apaixonado, dentre os que circulavam no Brasil. Foi fundamental na campanha pelo "fico", com a publicação de manifesto no dia 1º de janeiro de 1822. Por intermédio de outro jornal que se caracterizaria por ser ainda mais radical, o *Correio do Rio de Janeiro*, os redatores justificaram seu fim declarando que era "empreendimento só para o fim de proclamar a independência de seu país, nada mais lhe resta a desejar, uma vez que ele (o Brasil) vai ter uma Assembleia Constituinte e Legislativa, que já tem um Imperador da sua escolha, que é nação e nação livre". A Biblioteca Nacional, em 2005, publicou uma edição fac-similar do jornal, precedido de livro de estudos e indexação do mesmo.
Marcello Ipanema e Cybelle Ipanema. *Instrumentação da edição fac-similar do Revérbero Constitucional Fluminense (1821-1822)*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2005.

sição crítica ao mesmo ministro, conforme variavam os humores e interesses de seu redator, Luís Augusto May.[83]

Em abril de 1822, surgiu um periódico ainda mais inflamado que o *Revérbero*, o *Correio do Rio de Janeiro*, cujo redator, João Soares Lisboa, fazia acirrada oposição ao Governo.[84]

Foi naquele contexto que José Bonifácio, em dezembro de 1822, decidiu criar um periódico que divulgasse e defendesse as ações e opiniões governamentais: *O Diário do Governo*, em que passaria a esgrimir, violentamente, como era de seu perfil, com a oposição.

No período em que se inauguravam as liberdades públicas e o debate político no país, tomaram vulto as associações privadas, das quais logo se destacou a Maçonaria.

De origem controversa, o fato é que as chamadas lojas maçônicas em muito contribuíram para a difusão

83 Nascido em Lisboa em 1782, Luís Augusto May também foi antigo integrante do batalhão acadêmico na luta contra os franceses. Migrou para o Brasil em 1810, originalmente para trabalhar no Morro da Fábrica de Ferro de Ipanema, em Sorocaba, São Paulo, como intérprete de trabalhadores suecos, de onde migrou para o Rio de Janeiro.

84 Português de nascimento, não bacharel, João Soares Lisboa via-se constantemente desprezado pelos colegas, que o acusavam "de poucas letras". Costumava responder: "Mas quantos estúpidos foram a Coimbra e voltaram da mesma forma, senão piores?". Pelo arrojo de suas críticas, foi processado pelo Governo em função de uma lei de imprensa criada na época, antes do "sete de setembro". Absolvido, na edição subsequente, deu mais destaque à sua absolvição do que à proclamação da Independência.
Carlos Chagas. *O Brasil sem retoques 1808-1964: a história contada por jornais e jornalistas,* vol. 1, 2ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005, pág. 48.

dos ideais filosóficos do iluminismo, ou seja, do racionalismo e do hábito de discutir os princípios sobre os quais se assentava até então a sociedade. No Brasil, como alhures, tornara-se espaço privilegiado de encontro e de discussão. Em 1821, havia no Rio de Janeiro uma loja maçônica muito importante: *Comércio e Artes*. Dela faziam parte Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira.

Em meio a suas disputas políticas com Ledo, José Bonifácio resolve abrir outra sociedade secreta, nos moldes da Maçonaria: *Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz*. Ela seria dividida em "palestras",[85] que corresponderiam as lojas maçônicas e que responderiam a um poder central, o "Apostolado" – nome pelo qual a associação acabou conhecida – que seria composto pelos 12 principais membros. Para o cargo principal – arconte-rei, José Bonifácio convidou D. Pedro. Para si, José Bonifácio reservou o cargo de cônsul, o segundo na hierarquia.

Como na Maçonaria, os membros identificavam-se com pseudônimos: Rômulo para D. Pedro e Tibiriçá para José Bonifácio. Idiossincrasias próprias daqueles

85 Em fevereiro de 1823 a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz foi dividida em três palestras cujos nomes eram: "Independência ou Morte", "União e Tranquilidade" e "Firmeza e Lealdade". Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio,* vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 164. Alexandre Mansur Barata. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, Juiz de Fora: Editora UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, pág. 224.

idos, Gonçalves Ledo acabaria por também ingressar no Apostolado.

Provavelmente em resposta à nova sociedade, os membros da loja Comércio e Artes, até então vinculada a suas congêneres lusitanas, resolveram fundar uma sociedade maçônica exclusivamente brasileira: o Grande Oriente do Brasil, cujo líder seria Gonçalves Ledo. Surpreendentemente, pois na época as desavenças entre Ledo e Bonifácio já eram grandes, e ainda que não conste sua presença na reunião inaugural, o nome de José Bonifácio foi escolhido para ser o Grão-Mestre. José Bonifácio aceitou a nomeação, assumindo o pseudônimo de Pitágoras. Ledo, que era quem realmente geria a associação, assumiu o segundo posto na hierarquia: o primeiro vigilante.

D. Pedro logo seria convidado a entrar no Grande Oriente,[86] tendo adotado o pseudônimo Guatimozim, o usado por Martim Francisco no Apostolado.

Ainda que seus principais membros fossem os mesmos, as duas sociedades terminaram por refletir os posicionamentos de seus mentores, passando a travar ferrenha disputa, com o Apostolado defendendo um

---

86 Octávio Tarquínio de Sousa declara que D. Pedro entrou o Grande Oriente contra a vontade de José Bonifácio, ainda que tenha sido seu o convite. "Não lhe parecia ser conveniente ver o príncipe confundido com tanta gente em que não confiava." O fato é que a entrada de D. Pedro no Grande Oriente, bem como no Apostolado, granjeou o acesso de Gonçalves Ledo a D. Pedro. Octávio Tarquínio de Souza. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 160.

Executivo forte e o Grande Oriente, um regime mais voltado ao Parlamentarismo.

Fora do Rio de Janeiro, com posição diametralmente antagônica à do ministro José Bonifácio, cuja visão política julgava imprescindível a existência de um centro de força e união, participavam das discussões, defendendo uma monarquia federativa, vários nomes de destaque, dos quais podemos lembrar Cipriano Barata, na Bahia, e frei Caneca, em Pernambuco.

Retratando o clima litigioso que imperava no momento, inclusive dentro da Maçonaria, Gonçalves Ledo aproveitou uma reunião do Grande Oriente do Brasil, na qual o grão-mestre José Bonifácio estava ausente, para propor, por aclamação, que o grão-mestrado fosse oferecido a D. Pedro, com a consequente destituição de José Bonifácio. A proposta foi aceita e o segundo grão-mestre foi vivamente aclamado.[87]

87 Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, em suas *Anotações de A. M. V. de Drummond a sua biografia* (Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1890, págs. 51 e 52) nos diz que D. Pedro "no seu entusiasmo pela Maçonaria, aceitara a condição de assinar três folhas de papel em branco para ser eleito grão-mestre [...] e as entregou a Ledo, José Clemente e Nóbrega". Diante da gravidade do fato, José Bonifácio, instou o imperador a recuperar as três folhas dizendo-lhe: "Mande V. Majestade chamar a sua presença esses três indivíduos e ordene-lhes que entreguem logo as três assinaturas em branco nas mãos de V. M. Se eles não obedecerem, mande-os recolher à fortaleza da Lage, e manifeste ao país as causas desse seu procedimento". Drummond esclarece que o imperador seguiu o conselho de José Bonifácio e que, depois de recolher as folhas que assinara, "segundo minha lembrança [de Antônio Drummond] foi nesse mesmo dia, 27, e em seguida a esse ato, que o imperador, como grão-mestre, mandou cessar os trabalhos e fechar as lojas maçônicas".

Preocupado com a escalada e virulência da oposição, a 18 de junho de 1822, e com um não muito escondido propósito de calar Gonçalves Ledo, o Governo baixa decreto por meio do qual procurava pôr limites à liberdade de imprensa, *in verbis*:

> [...] Cumpria-me necessariamente e pela suprema lei da salvação pública evitar que pela imprensa ou verbalmente, ou de qualquer outra maneira, propaguem e publiquem os inimigos da ordem e da tranquilidade da união doutrinas incendiárias e subversivas, princípios desorganizadores e dissociáveis, que promovendo a anarquia e a licença, atacassem e destruíssem o sistema que os povos deste grande e riquíssimo Reino por sua própria vontade escolheram.[88]

Ainda que, para os padrões de hoje, consideremos que o decreto reinstituía a censura típica do antigo regime, devemos levar em consideração que no século XIX a medida era plenamente aceitável. Todos os países ocidentais, cujo sistema democrático de governo ia-se desenvolvendo, possuíam legislação similar. Era, na época, considerado necessário, e como justa medida de

88 Carlos Chagas. *O Brasil sem retoques 1808-1964: a história contada por jornais e jornalistas*, vol. 1, 2ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005, pág. 38 e segs. & Miriam Dolhnikoff. José Bonifácio, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 170.

defesa das instituições, do Estado e da liberdade, regulamentar e, eventualmente, punir os excessos da imprensa.

Manifestos de agosto de 1822

Em agosto de 1822, já na antevéspera do "sete de setembro", dois manifestos de importância foram assinados por D. Pedro no espaço de poucos dias.

As notícias que chegavam de Lisboa eram de que cada vez mais as cortes se obstinavam contra todas e quaisquer das reivindicações apresentadas pelos deputados brasileiros. Diante desse quadro, D. Pedro, no dia 1º de agosto de 1822, dirigiu um manifesto aos brasileiros, escrito por Joaquim Gonçalves Ledo. No dia 6 de agosto, em complemento ao primeiro, era publicado um segundo manifesto, dessa feita dirigido aos governos e nações amigas, cujo texto é de autoria de José Bonifácio.

O manifesto de Ledo, o de 1º de agosto, acompanhava decreto, baixado no mesmo dia, em que D. Pedro reiterava sua condição de regente do "vasto Império" do Brasil, reiterando que o fazia pelo "consentimento e espontaneidade dos povos". O manifesto aparecia como a justificar o decreto. Fazia referência aos acontecimentos políticos ocorridos desde a partida de D. João VI e centrava-se no dia do "fico" e na convocação da Assembleia Constituinte. A unidade territorial do país e a legi-

timidade da monarquia repousariam na vontade do povo, que seria expressa na Constituinte.

O manifesto aos governos e nações amigas, de 6 de agosto de 1822, é tido como o principal documento emitido por José Bonifácio no âmbito da sua gestão dos Negócios Estrangeiros, não obstante Octávio Tarquínio de Sousa o haver definido como "extenso, imoderado e inconveniente de linguagem".[89]

Nele estão presentes a paixão e ardor de José Bonifácio, tão presente nas causas que defendia. Ali estão, outrossim, todos os argumentos que deveriam ser utilizados pelos emissários diplomáticos brasileiros, cujas nomeações e instruções seriam emitidas em seguida.

Nesse segundo manifesto, cuja narrativa inicia-se na colonização do Brasil, D. Pedro de dirige aos governos dos outros países como chefe de Estado de um Reino, já reconhecido internacionalmente no Congresso de Viena de 1815, que as cortes de Lisboa procuram reduzir a uma mera colônia transoceânica de um Reino decadente – Portugal.

Logo no primeiro parágrafo declara a "vontade geral do Brasil que proclama à face do universo a sua independência política". Tornando-se porta voz dos sentimentos nativistas, D. Pedro declara abominar a "tirania portuguesa", condena os impostos excessivos e as

89 Octávio Tarquínio de Souza. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 171.

restrições comerciais, responsabilizando-as por inibir o desenvolvimento brasileiro.

O manifesto reclama da falta de instituições científicas e de artes no país, o que obrigava aos seus naturais irem "mendigar" conhecimento em Portugal, "que pouco as possuía". Reclama dos "enxames" de funcionários públicos enviados pela antiga metrópole, todos avaros e corruptos, e brada contra as cortes, que querem reinstituir esse antigo sistema.

D. João VI é lembrado como tendo elevado o país à categoria de Reino por haver reconhecido ser esta a porção mais importante dos seus domínios, mas que então se encontrava prisioneiro das cortes. Reitera que a elevação do país à condição de Reino já fora reconhecida pela comunidade internacional, tanto que o Brasil fora representado no Congresso de Viena.[90] Esse inclusive, seria o argumento que, dentro de alguns poucos meses seria esgrimido por José Bonifácio para conseguir o reconhecimento da independência política plena do país.

As cortes de Lisboa são lembradas como responsáveis pelo início das hostilidades ao instar outros países a que não vendessem armamentos ao Brasil, ao propor à França uma troca territorial por tropas que viessem

90 D. João pode enviar três representantes ao Congresso de Viena, que reestruturou a Europa no período após Napoleão Bonaparte, em função das suas três coroas: Portugal, Brasil e Algarves.

submeter o Brasil,[91] e ao propor à Inglaterra ainda mais vantagens econômicas no trato comercial com o Brasil, também em troca de tropas mercenárias.

Luiz Amado Cervo assim resume os princípios que emanam do Manifesto às Nações Amigas:

> 1. manutenção das relações políticas e comerciais, sem dar prioridade a qualquer nação;
> 2. continuidade das relações estabelecidas desde a vinda da família real;
> 3. adoção plena do liberalismo comercial;
> 4. respeito mútuo ou reciprocidade no trato internacional;
> 5. abertura do país à imigração;
> 6. facilidade de entrada para a vinda de sábios, artistas e empresários;
> 7. abertura do país para investimentos estrangeiros.[92]

Do texto do manifesto depreende-se, ainda, que, além de o Brasil julgar desnecessário um novo reconhecimento político, uma vez que já fora obtido em 1815, o

---

91 Parte do atual Estado do Amapá, cujos confins com a atual Guiana Francesa eram litigiosos, chegou a ser oferecida à França em troca de tropas mercenárias. João Alfredo dos Anjos. *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil,* Brasília: Funag, 2007, pág. 95.

92 Luiz Amado Cervo. *Os primeiros passos da diplomacia brasileira. In:* Relações Internacionais, ano 1, número 3, set./dez., Brasília: UnB, 1978, págs. 47 e 48.

Brasil não reconheceria ataques à sua integridade territorial, à sua soberania, nem à sua liberdade comercial.

O manifesto foi enviado por circular ao corpo diplomático e consular aos 14 de agosto de 1822, já sob a regência de D. Leopoldina. D. Pedro encontrava-se em viagem a São Paulo. Acompanhavam em anexo ao manifesto documentos vários, que subsidiavam a argumentação neste desenvolvida.

Aos 12 de agosto de 1822, eram nomeados representantes brasileiros para a Inglaterra, França, Estados alemães e para os Estados Unidos. Tais nomeações, segundo Amado Cervo, representaram uma ruptura para com a diplomacia portuguesa, doravante formalmente incompetente para tratar dos negócios brasileiros no exterior.

Independência

As cortes de Lisboa não tiveram a lucidez de aceitar a forma de união proposta pelos deputados brasileiros. Permaneceram inflexíveis na defesa da chamada união plena, ou seja, nos antigos moldes políticos centralizadores da era colonial, adotando medidas cada vez mais temerárias. Economicamente, pelo menos desde a restauração portuguesa em 1640, o Brasil era reconhecidamente a parte mais importante da monarquia.

Em julho de 1822, as cortes votaram uma série de resoluções por intermédio das quais imaginavam corrigir

os rumos do Brasil. Negaram a petição que D. Pedro lhes enviara logo após o "fico" para que repensassem a fragmentação do Reino do Brasil em províncias diretamente vinculadas a Lisboa.

As cortes consideravam injuriosa a linguagem usada pela Junta Governativa Provisória de São Paulo no seu ofício de dezembro de 1821 dirigido a D. Pedro, no qual solicitavam a permanência de D. Pedro no Brasil, a despeito de saberem dos decretos das cortes em sentido contrário. Ou seja, as cortes julgaram ofensivo a si que a Junta Governativa de São Paulo houvesse pregado ao príncipe a desobediência a suas deliberações. Por conseguinte, as cortes determinavam que todos os membros da Junta Governativa daquela província, principalmente José Bonifácio, deveriam ser presos e enviados para Lisboa, onde seriam julgados por incitação à desobediência.

Todas as determinações administrativas de D. Pedro eram sumariamente anuladas, declaradas nulas de qualquer eficácia e valor legal.

Por fim, as cortes determinavam, mais uma vez, o imediato retorno de D. Pedro à Europa, onde deveria, através de uma viagem por vários países europeus, complementar sua educação.

Essas notícias chegaram ao Rio de Janeiro aos 21 de agosto, a bordo do navio Quatro de Abril. Ao mesmo tempo, chegava o rumor de que Lisboa preparava uma poderosa frota, e um grande exército, que seria composto

por 7.200 homens, para subjugar o Brasil. Ademais, vinha também a informação de que, no plenário das cortes, durante a discussão dessas determinações, o príncipe regente fora qualificado com palavras de menosprezo por diversos deputados portugueses. Tais ofensas denotavam, tanto para D. Leopoldina como para o próprio D. Pedro, completa falta de respeito para com a família real.

No dia 2 de setembro de 1822, as 11 horas da manhã, reuniu-se o Conselho de Estado sob a presidência de D. Leopoldina, no paço da Boa Vista, para deliberar sobre as últimas determinações das cortes. A convocação foi feita por José Bonifácio, que se convencera de que era chegada a hora de pôr fim à união com Portugal.

O roteiro da reunião foi acertado com Martim Francisco, a quem caberia propor a ruptura total dos laços. José Bonifácio, após estudar a reação dos presentes, apoiaria a proposta. Caberia ainda a Martim Francisco a redação da ata comunicando o parecer do Conselho a D. Pedro, que ainda se encontrava em sua viagem a São Paulo.[93]

93 Emílio Joaquim da Silva Maia. *Elogio histórico do ilustre José Bonifácio de Andrada e Silva, Obras Científicas, Políticas e Sociais*, III, 1838, págs. 269 a 305. Na página 294, nota 1, encontra-se uma descrição da reunião, provavelmente relatada ao autor pelo próprio Martim Francisco ou por José Bonifácio. *Apud* João Alfredo dos Anjos, *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*, Brasília: Funag, 2007, pág. 96.

> [...] e ali se deliberou sem discussão, depois de José Bonifácio ter feito uma exposição verbal do estado em que se achavam os negócios públicos [...] dizendo ter chegado a hora de acabar com aquele estado de contemporizar com os seus inimigos; que o Brasil tinha feito tudo quanto humanamente era possível fazer para conservar-se unido com dignidade a Portugal; mas que Portugal em vez de acompanhar e agradecer a generosidade com que o Brasil o tratava, insistia nos seus nefastos projetos de o tornar à miserável condição de colônia, sem nexo nem centro de governo, que portanto ficasse com ele a responsabilidade da separação. Propôs que se escrevesse ao Sr. D. Pedro para que Sua Alteza Real houvesse de proclamar a independência sem perda de tempo. Todos os ministros foram unânimes em favor dessa ideia. A Princesa Real que se achava entusiasmada em favor da causa do Brasil, sancionou com muito prazer a deliberação do Conselho.[94]

Juntamente com os despachos de Lisboa seguiram três cartas para D. Pedro, a primeira de D. Leopoldina, a segunda de José Bonifácio, e a terceira de Henry Chamberlain,

94 Mello Moraes, Brasil Reino I, pág. 384, *apud* Carlos Henrique Oberacker Jr. *A imperatriz Leopoldina*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Conselho Federal de Cultura/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1973, pág. 274 e segs.

cônsul geral da Inglaterra no Brasil, que informava ao príncipe a situação política reinante na Europa.

Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, presente no paço naquele dia, fez em suas *Anotações* uma interessante observação, logo após narrar o fato de ter D. Leopoldina lido, em voz alta o teor da carta que estava enviando a D. Pedro. Admirado com a sagacidade política da princesa real, o conselheiro comentou com José Bonifácio sua surpresa:

> [...] qual não foi a admiração do conselheiro, quando viu que aquele relato e as reflexões que o acompanhavam, eram de tal maneira que poderiam ter sido escritos pelo mais perfeito diplomata e que os conselhos que dava uma jovem princesa de 22 anos [na verdade D. Leopoldina contava então com 25 anos] eram as do gênio e da experiência! [...] quando o mesmo confidente deu conta a José Bonifácio da sua surpresa, e das suas impressões, o venerável velho que todos os dias via a princesa no trabalho, disse:
>
> Meu amigo, ela deveria ser ele![95]

Em sua missiva a D. Pedro José Bonifácio escreveu:

95 Carlos Henrique Oberacker Jr. *A imperatriz Leopoldina,* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Conselho Federal de Cultura/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1973, pág. 275.

> [...] o dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha V.A. quanto antes e decida-se; porque irresoluções e medidas d'água morna, à vista desse contrário que não nos poupa, para nada servem e um momento perdido é uma desgraça.[96]

Logo se seguiu o "sete de setembro". Aos 12 de outubro, dia de seu aniversário natalício, D. Pedro foi aclamado imperador. Em 1º de dezembro de 1822, D. Pedro e D. Maria Leopoldina foram coroados como os primeiros imperadores do Brasil, na Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, a Catedral Velha do Rio de Janeiro. Em 25 de março de 1824, o casal imperial jurou a Constituição do país.

96 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, págs. 174 e 177.

IV

SAÍDA DO MINISTÉRIO E CONSTITUINTE

CAPÍTULO IV

Saída do ministério e Constituinte

> Ninguém deve contar nem com a amizade de um rei, nem com a de uma criança, porque aquele muda com a mais leve suspeita e esta de um momento para outro.
>
> ***Saadi de Shiraz***[97]

Primeira crise ministerial

Por meio de ofício-circular, José Clemente Pereira, na qualidade de presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, convidou a todas as câmaras, de todas as províncias, a aclamarem D. Pedro como imperador. Escolheu o dia 12 de outubro como homenagem ao jovem soberano, pois era seu natalício.

No ofício, no entanto, José Clemente Pereira fez referência a um juramento constitucional prévio, que D. Pedro deveria fazer à Constituição que ainda estava por ser escrita.

97 Este pensamento do poeta persa medieval Saadi de Shiraz figura entre as notas íntimas deixadas por José Bonifácio. Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, pág. 207.

José Bonifácio opôs-se terminantemente a esse juramento. Cabia ao imperador o direito de apreciar o texto depois de redigido, exercendo, inclusive, seu direito de veto.

Em torno dessa questão, dava-se o rompimento definitivo entre o grupo de Gonçalves Ledo e o grupo dos irmãos Andrada. Com o acirramento das discussões, José Bonifácio fechou os jornais que faziam oposição ao Governo e prendeu e exilou seus redatores. Iniciou sua repressão com o *Correio do Rio de Janeiro*, o mais radical dos periódicos que então circulavam no Rio de Janeiro. Em seguida, determinou que as lojas maçônicas do Rio de Janeiro fossem fechadas. Ao presidente do Senado da Câmara, José Clemente Pereira, fez saber que deveria demitir-se. Ao padre Antônio João Lessa, um dos mais exaltados adversários do Governo, ordenou que se retirasse do Rio de Janeiro para um sítio distante, a vinte léguas da cidade.[98]

As medidas de José Bonifácio não lograram pacificar os ânimos. Ao contrário, exaltaram-nos, como não podia

98 A postura de Joaquim Gonçalves Ledo e seus aliados, ainda que aos olhos de hoje nos pareça ter um teor mais democrático ao pretender submeter o poder Executivo do príncipe à vontade do povo, representada pelo Parlamento, em realidade escondia uma luta pelo poder, como bem denunciava José Bonifácio. Tanto que D. Pedro, ao dissolver a Constituinte, não encontraria entre os resistentes à medida nem Gonçalves Ledo, nem José Clemente Pereira. Pelo contrário, esse último seria ministro durante o período autoritário de D. Pedro. Já os irmãos Andrada, acusados de partidários de um regime despótico, seriam presos e exilados.

deixar de ser. Geraram ruidosas manifestações de Gonçalves Ledo, que conseguiu levar a D. Pedro seus reclamos.

D. Pedro oscilava entre influências contrárias. Desde o retorno de D. João VI a Portugal, em abril de 1821, até setembro de 1822, operara-se no espírito do príncipe uma transformação sensível. Ganhara consciência do papel que tinha a desempenhar. Criara fé no seu destino e confiança em si próprio. Entretanto, essa transformação não debelou as hesitações e dubiedades próprias de seu temperamento. Características que herdara de seu pai, e que nunca o abandonariam, não obstante a postura enérgica que adotava após haver-se decidido.

Na época encontrava-se entre o grupo de Gonçalves Ledo, que controlava tanto a Maçonaria quanto o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, e o grupo dos irmãos Andrada, que dirigia o Ministério.

Em meio a duas correntes, como que querendo realçar sua autonomia frente ao seu Ministro, bem como sua capacidade de tomar decisões por conta própria, D. Pedro mudou bruscamente de atitude. Desautorizou as últimas medidas tomadas por seu ministro José Bonifácio contra os oposicionistas. Autorizou o regular funcionamento da Maçonaria e a volta à circulação do *Correio do Rio de Janeiro*.

Sentindo-se desprestigiados, José Bonifácio e Martim Francisco pediram demissão, aos 27 de outubro de 1822.

Tornada pública a demissão, surgiu forte movimento a favor dos Andrada. José Joaquim da Rocha, amigo e correligionário de José Bonifácio, que desde 1821 lograra grande influência no Rio de Janeiro e que tivera preponderante papel no dia do "fico", pôs-se a preparar representações populares a favor da manutenção dos Andrada no Ministério. A 30 de outubro, em uma tumultuada sessão do Senado da Câmara, José Clemente Pereira é destituído da Presidência. Organizou-se manifestação popular pela volta dos Andrada. A ela aderiu D. Pedro que vai pessoalmente, acompanhado de D. Leopoldina, à casa de seu antigo ministro solicitar seu retorno ao governo.

D. Pedro cruzou com José Bonifácio nas vias do Rio de Janeiro. Cumprimentaram-se e reconciliaram-se em meio ao povo, voltando juntos para a residência de José Bonifácio situada, na época, no largo do Rossio. Naquela ocasião, como que querendo realçar suas ideias políticas, bem como o rumo de sua gestão, José Bonifácio, da janela de sua residência, acompanhado de D. Pedro bradou ao povo, que se aglomerava embaixo: "Viva D. Pedro I, II, III, IV".

Volta ao ministério

José Bonifácio, então homem já de sessenta anos e de saúde frágil, voltava ao Ministério mais forte do que nunca. Disposto ao trabalho, e na iminência da reunião

da Assembleia Constituinte, preparou representações sobre os grandes problemas que afligiam o país. Redigiu memórias, que pretendia enviar à Constituinte, sobre vários assuntos, dentre os quais destacavam-se os referentes à civilização dos indígenas, e sobre a necessidade de abolição da escravidão.

Ao mesmo tempo, recrudesceu sua repressão à oposição, àqueles que identificava como os "furiosos demagogos e anarquistas" – os liberais radicais, e aos "pés de chumbo" – os reacionários, contrários à independência.[99] No dia 2 de novembro de 1822 a loja maçônica do Rio de Janeiro foi, mais uma vez, fechada. Abriu-se uma devassa contra Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, cônego Januário da Cunha Barbosa, Luiz Pereira da Nobrega[100] e João Soares Lisboa.[101] Foram todos acusados de inconfidência, conjuração e demagogia. Joaquim Gonçalves Ledo escapou para Buenos Aires, donde escreveu para D. Pedro defendendo-se das acusações e negando ser republicano. O cônego Januário e Clemente Pereira foram exilados para a França.

99 Se não se podia chamar José Bonifácio de brando, por outro lado o clima político do Rio de Janeiro não era tão carregado como o discurso de seus oposicionistas dá a entender. Tanto que, em 5 de julho de 1823, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro absolveu os presos políticos de 30 de outubro do ano anterior. Os mesmos que Bonifácio tachara de "furiosos demagogos e anarquistas".

100 Ministro da Guerra recém demitido e partidário de Gonçalves Ledo.

101 Redator do *Correio do Rio de Janeiro*.

Em junho de 1822, Luís Augusto May, que depois de longa oscilação optou por dar ao seu periódico cunho eminentemente oposicionista,[102] foi seriamente agredido por homens que invadiram sua casa. José Bonifácio negou qualquer envolvimento com o assunto. Acredita-se que o próprio D. Pedro é quem teria ordenado a surra, por haver-se sentido ultrajado pelos comentários publicados por May. Em todo caso, o evento estava destinado a ter grande repercussão política, tendo representado um enorme desgaste para José Bonifácio.

Pela imprensa José Bonifácio patrocinava a monarquia constitucional, o Senado vitalício e o veto absoluto do imperador. A França, com sua República e sua Revolução, era mostrada como um espantalho. Como a consequência que inevitavelmente adviria a todas as sociedades quando os limites de um governo moderado não mais fossem respeitados. E os limites do governo moderado, no caso, estavam materializados nas três bandeiras defendidas por José Bonifácio.

Constituinte

Em maio de 1823, reuniu-se a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. José Bonifácio, o

102 Consta que se teria decidido pela oposição ao governo de José Bonifácio ao lhe ser negada a nomeação de representante brasileiro em Londres ou em Washington, conforme desejava.

então mais poderoso ministro de Estado, eleito deputado constituinte por São Paulo, chefiou a "deputação" encarregada de comunicar ao imperador a data da sessão inaugural.

O velho dissídio entre os partidários de um Estado em que preponderaria o Executivo, ou o Legislativo, anteriormente já travado nos jornais e nas sociedades secretas entre o grupo de Joaquim Gonçalves Ledo e o de José Bonifácio, voltaria à baila, agora agravado por outro elemento de discórdia: o federalismo.

Aos deputados das províncias do então chamado "Norte", principalmente os de Pernambuco, o que lhes importava era saber como seriam as relações entre o governo central e os governos periféricos. Reivindicavam uma larga autonomia administrativa, que os defensores de um Estado unitário, representados principalmente pelos deputados das províncias centrais Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, não estavam dispostos a dar. A monarquia, em si, não era seriamente contestada.

José Bonifácio defendia a solução da monarquia constitucional por acreditar que era o caminho do meio, entre o despotismo – ditadura de um só, e a demagogia – ditadura do povo. Por isso combateria os "demagogos" e os absolutistas. Em suas próprias palavras:

> O partido dos corcundas (absolutistas) pouco mal pode fazer, porque suas doutrinas são tão ridículas e desprezíveis que nem ousam

> imprimi-las. Mas as dos ultraliberais são tão congeniais com os desejos e interesses da plebe e da grande multidão dos viciosos, que todos os esforços do governo e dos homens sábios virtuosos e pacíficos devem reunir-se contra eles e contra os seus periódicos, contra suas tramas tenebrosas e infernais.[103]

José Bonifácio defendia um Executivo forte porque acreditava ser urgente implantar uma série de reformas na sociedade brasileira. Reformas que somente seriam possíveis se houvesse um Estado suficientemente forte para impô-las.

As reformas pelas quais José Bonifácio tanto se batia eram fruto de sua longa meditação e já estavam presentes nas *Lembranças e Apontamentos* que havia preparado para os deputados de São Paulo às cortes de Lisboa. Aqueles mesmos projetos seriam, dessa feita, apresentados à Constituinte do Rio de Janeiro.

José Bonifácio acreditava que, a par do fim da escravidão e civilização dos indígenas, dever-se-ia promover a mestiçagem da população brasileira, homogeneizando-a, tanto em termos linguísticos, como culturais e raciais. Acreditava, seguindo corrente de ideias que seriam preponderantes ao longo de todo o século XIX e primeira

103 *Apud* Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 192.

metade do século XX, ser a homogeneidade da população elemento essencial para a existência de qualquer nação.

Em seguida, haveriam questões referentes à educação da sociedade, com a criação de uma série de escolas por todo o país.

A preservação das matas também era assunto que lhe preocupava, pois como cientista, repugnava-lhe o ignorante e predatório ato das queimadas, que, já se sabia, terminavam por empobrecer o solo.

A regulamentação do uso das terras de forma a incentivar as pequenas e médias propriedades rurais, mais produtivas e, por agruparem mais as populações rurais, muito dispersas em função da enormidade do tamanho das diversas sesmarias, também seria objeto de sua atenção.

Por fim, advogava a consolidação da união do país com a transferência da capital para o interior, cujo nome sugeriu que fosse Petrópolis ou Brasília, e a abertura de vias internas, interligando a nova capital com as diversas províncias e estas entre si.

O agente da consolidação de todos esses projetos haveria de ser o Estado, e para isso fazia-se mister que fosse centralizado – daí o combate ao federalismo, e forte – daí sua repulsa ao parlamentarismo.

A atuação de José Bonifácio nos debates constituintes foi discreta, mesmo porque, no primeiro momento, encontrava-se à frente do ministério. Ademais,

desde Portugal, reclamava de seu estado de saúde (que o levou a pedir, em dois momentos distintos, dispensa de comparecer ao plenário da Constituinte). O mais ativo defensor de suas ideias, e muito melhor orador, era seu irmão Antônio Carlos, que participou ativamente da redação do projeto de Constituição, na função que hodiernamente corresponderia à de relator.

Depois de enfrentar o grupo ultraliberal de Gonçalves Ledo, José Bonifácio teria pela frente os ultraliberais das províncias, que se reuniam na Constituinte. Um dos seus líderes, ainda que não fosse constituinte, era o senhor de engenhos também paulista padre Antônio Diogo Feijó.

Defensor de um arranjo federativo e da escravidão, o padre Feijó, posteriormente senador, ministro e regente do Império, chegou a escrever, em 1835, que a escravidão era a causa da tranquilidade do país, pois daria aos livres o sentimento de serem iguais. Ademais, a continuidade da escravidão impediria a existência do proletariado, este sim fonte de desordens.[104]

---

104 Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 222.

Segunda crise ministerial e demissão definitiva

O jogo de pressões para influenciar D. Pedro continuou. Aos 15 de julho de 1823, talvez para mostrar, mais uma vez, que não era um "pupilo" e sim o imperador, D. Pedro solicitou ao ministro da Justiça, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, futuro marquês de Praia Grande, que lavrasse decreto anulando as devassas abertas por José Bonifácio, soltasse os presos e fizesse voltar os exilados. Por fim, trocou o intendente geral da polícia por um inimigo dos irmãos Andrada.

Antes de publicar os documentos, D. Pedro mostrou-os a José Bonifácio, que lhe teria respondido: "Ontem eu já esperei que V. M. me falasse nisso. Estou informado que é empenho da Domitila e que essa mulher recebe para isso uma soma de dinheiro".[105] Argumentou ainda que seria judicioso dar eventual perdão apenas após os julgamentos, lembrando que o Governo estava em frente a uma constituinte, cujas orientações eram incertas.

Além dos inimigos políticos, José Bonifácio enfrentava feroz oposição de Domitila de Castro Canto e Mello, cuja inimizade era pública. O ministro mantinha-se firme ao lado de D. Leopoldina, a esposa ultrajada publicamente pela publicidade do romance adúltero de D. Pedro.

---

105 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 205.

Também se indispôs seriamente com o grupo palaciano mais próximo ao imperador, que a este favorecia as aventuras libidinosas.

O grupo palaciano, também chamado "áulico", era basicamente composto por membros da nobreza próximos a D. Pedro e funcionários do palácio, todos desgostosos com o temperamento de José Bonifácio e cuja influência combatiam. Seu núcleo era composto por: Francisco Gomes da Silva – o Chalaça; Plácido Antônio de Abreu – tesoureiro, barbeiro e alcoviteiro de D. Pedro; João Maria da Gama Freitas Berquó – marquês de Cantagalo; e Francisco Maria Veloso Gordilho de Barbuda – marquês de Jacarepaguá, ambos portugueses de nascimento e camaristas do imperador.[106]

Quando de sua conversa com D. Pedro, José Bonifácio julgou-se demitido, sendo acompanhado por seu irmão Martim Francisco, ministro da Fazenda, na manhã seguinte. Em solidariedade aos dois, D. Maria Flora Ribeiro de Andrada, irmã dos ministros demissionários, também solicitou sua demissão do prestigiado cargo de camareira-mor da imperatriz.

Para demonstrar a radicalidade do rompimento, D. Pedro determinou o fechamento do Apostolado.

---

106 Camarista era o título do fidalgo que tinha a incumbência de organizar os serviços íntimos nos aposentos do monarca. No antigo regime era o mais importante membro da Corte, uma vez que compartilhava da mais plena intimidade do soberano.

Ainda que o decreto de demissão dos ministros tenha sido redigido em termos honrosos, louvando-os pelo zelo à "causa do Brasil", D. Pedro fez acompanhar a demissão dos Andrada por uma proclamação na qual dizia:

> [...] O despotismo e as arbitrariedades são por mim detestados, há pouco vos acabei de dar uma prova [...] todos podemos ser enganados, mas os monarcas poucas vezes ouvem a verdade se não a procuram, ela nunca lhes aparece. Quando a chegam a conhecer, devem-na seguir, e isto eu fiz.[107]

Homem arrebatado por paixões, vivendo em tempos em que a serenidade não era uma virtude cultivada, José Bonifácio não conseguiu, e talvez nem tenha tentado, ficar indiferente ao que identificou como agressões gratuitas do monarca.

No dia 2 de setembro de 1823,[108] o periódico *O Tamoio*, publicava longa conversa que José Bonifácio manteve com seu amigo Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, que assina a matéria como *Tapuia*.

---

107 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 208.

108 Octávio Tarquínio de Sousa se engana com a data, pois diz que a publicação se teria dado no dia 5 de setembro. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, pág. 208.

O ex-ministro, denominado no periódico "Velho do Rossio",[109] com referência ao poder, declarava que "não levava saudades dele, porque nunca dera peso ao fumo das grandezas humanas" e aludiu a um plano de "acolher-se ao retiro dos campos e serras que o tinham visto nascer, e folhear ali algumas páginas do grande livro da natureza, que aprendera a decifrar com aturado e longo esforço".

Segundo o "jornalista", com uma "ironia socrática", Bonifácio declarava perdoar seus inimigos, tal qual o imperador Tito: "por que não deveria seguir tão generoso exemplo um caipira de São Paulo, homem de bem e bom cristão, que não era, nem desejava ser imperador?".

Não obstante suas quase que bucólicas declarações, na mesma "entrevista", logo o seu lado arrebatado se manifestaria. José Bonifácio, com indisfarçável orgulho, reivindicava o fato de que:

> [...] fui o primeiro que trovejei das alturas da Pauliceia contra a perfídia das cortes, o primeiro que preguei a independência e liberdade do Brasil, mas uma liberdade justa e sensata debaixo das formas tutelares da monarquia constitucional.

Esclarecia que foi a busca dessa liberdade "justa e sensata" que conduziu sua ação nos dezoito meses em

109 Uma referência à residência de José Bonifácio no Rio de Janeiro, situada no largo do Rossio, atualmente praça Tiradentes.

que foi governo. E que em seu governo combatera "os corcundas, anarquistas, pés-de-chumbo, ladrões, alcoviteiros e outras lesmas *utriusque sexus*".

Por fim declarou que gostaria de "deixar para sempre a malfadada Corte". Pedir licença à Constituinte e seguir para sua vida de estudioso.

A licença não chegou a ser pedida. Pouco depois de instalada a Constituinte declarou: "protesto à face da Assembleia e à face do povo que não concorrerei para a formação de uma Constituinte demagógica". Era uma declaração que evidenciava sua disposição em lutar na arena política. Seus irmãos, Antônio Carlos e Martim Francisco o seguiriam.

Na imprensa, dois eram os periódicos que faziam eco à postura política dos Andrada, *O Tamoio* e a *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*. No que diz respeito ao primeiro, nunca houve dúvida quanto à ascendência que os Andrada lhe tinham. Já quanto ao segundo, os irmãos sempre negaram possuir qualquer ingerência sobre ele.

Em sua vibrante vida de três meses, *O Tamoio*, cujo nome já denotava seu cunho nacionalista, consumiu-se em campanhas apaixonadas contra o elemento áulico que rodeava o imperador. Na visão dos Andrada, sua influência colocava em risco a independência do Império.

Fim da Constituinte e exílio

Após sua demissão do Ministério da Fazenda, Martim Francisco passou a atuar ativamente na Constituinte, fazendo companhia a Antônio Carlos. Já José Bonifácio, nas palavras de Francisco Adolfo Varnhagen, visconde de Porto Seguro, que nunca foi simpático aos Andrada:

> [...] Era mais velho, mais benévolo, mais generoso, mais homem do mundo, e achava-se mais alquebrado e com menos ambição de voltar a grandes lutas e sofrimentos [...] somente arrastado pela fraternidade tomava tal ou qual parte nessa oposição acintosa.[110]

O fato é que José Bonifácio, acometido de erisipela, pouco saia de sua residência. Aos 11 de setembro de 1823, encaminhou um pedido de dispensa por três meses à Constituinte no qual declarava que:

> [...] O trabalho desta Assembleia mais essencial já está feito, que era o projeto de Constituição, e eu por mim já o aprovo todo, e cuido que pequenas mudanças se poderão fazer; alguma emenda de palavra, algum erro de redação e para isso não faço falta. Se algum ponto de mais

110 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 210 & Affonso d'Escragnolle Taunay. *Grandes vultos da Independência brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1922, pág. 30.

> circunstância se debater também não faço falta, porque já disse aprovei tudo, e para estes casos há nesta Assembleia homens muito capazes.[111]

O projeto de Constituição, apresentado dez dias antes, havia sido escrito por comissão da qual fizera parte tanto José Bonifácio quanto seu irmão, Antônio Carlos. Nele era prevista uma monarquia constitucional, o governo seria representativo, estariam assegurados direitos individuais e a liberdade de imprensa. Três seriam os poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo o Legislativo dividido em duas Câmaras, a temporária – dos deputados, e a vitalícia – dos senadores. As eleições seriam indiretas e censitárias.

O veto do imperador seria suspensivo, porém derrubar um veto era um processo complicado e difícil, pois implicaria na aquiescência de duas legislaturas sucessivas. As províncias seriam governadas por presidentes nomeados pelo imperador, e sua atuação seria acompanhada por um conselho eletivo local. Ainda que aos olhos do início do século XXI possa não parecer, tratava-se de um projeto avançado.

Quando a Constituinte foi fechada, a discussão arrastava-se, estando em pauta o artigo 24. O projeto

111 Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 234.

consistia de 272 artigos. No entanto, o debate já estava bastante acalorado.

Fora do Ministério, os Andrada passaram a fazer oposição ao governo e a D. Pedro, tanto na tribuna quanto na imprensa. Pintavam o novo Ministério como corrupto e incompetente. Desconfiavam da influência do elemento áulico, que julgavam vinculado estreitamente aos interesses portugueses. Chegaram a afirmar que a influência dos que rodeavam D. Pedro punham em risco a independência do Brasil.

Os rumos do governo bem como o acirramento das posições políticas levaram José Bonifácio a ser mais assíduo à Constituinte. O imperador, por outro lado, mostrava-se cada vez mais incomodado pelas críticas que se iam tornando frequentes. O embate entre os deputados e o imperador tornava-se cada vez mais forte, até que, em um gesto de força, em novembro de 1823, D. Pedro optou por dissolver a Assembleia.

O estopim para a dissolução da Assembleia relacionava-se diretamente aos Andrada, e os faria suas principais vítimas.

O ministro do Império, Francisco Vilela Barbosa, enviou ofício à Assembleia Constituinte no qual informava que os oficiais da guarnição do Rio de Janeiro, em larga porção portugueses de nascimento, bem como o imperador, haviam ficado ofendidos com matéria recen-

temente publicada.[112] Lido o ofício, Martim Francisco propôs a criação de uma comissão para estudar o caso.

Integrante da comissão, José Bonifácio pediu maiores esclarecimentos ao Governo. A resposta não se fez esperar. *O Tamoio* e o *Sentinela*, ambos vinculados aos Andrada, foram indicados como os jornais que haviam despertado a ira dos oficiais.

Antônio Carlos propôs uma vigília em defesa da independência da Assembleia. Eram 11 de novembro de 1823, os deputados permaneceram reunidos por 27 horas – foi a chamada "Noite da Agonia". No dia 12 de novembro, o ministro do Império compareceu pessoalmente ao recinto para exigir a feitura de novas leis, que regulassem a imprensa, assim como a cassação dos mandatos parlamentares dos três Andradas. Após a saída do ministro chegou um oficial portando decreto do imperador que dissolvia a Constituinte.

---

112 A razão da indignação dos oficiais portugueses foram artigos publicados nos jornais, cujas linhas editoriais eram influenciadas pelos Andrada, em apoio às reivindicações de Davi Pamplona Corte Real. Davi Pamplona era um boticário que, em 5 de novembro de 1823, foi espancado pelos oficiais portugueses, engajados no Exército brasileiro, major José Joaquim Januário Lapa e capitão Zeferino Pimentel Moreira Freire, sob a errônea acusação de ser o "brasileiro resoluto" – o anônimo autor de carta contrária aos militares portugueses engajados no Exército brasileiro. A carta do "brasileiro resoluto" criticava os oficiais portugueses em geral, mas apontava especialmente os dois militares, acusando-os de conspirar contra a independência do Brasil. Davi Pamplona fez requerimento à Comissão de Legislação e Justiça da Constituinte, pedindo maior segurança pública e individual aos cidadãos.

O prédio encontrava-se cercado pela tropa. Os deputados são intimados a deixar o local. O deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, ao sair, sarcasticamente descobriu a cabeça, inclinou-se reverentemente diante da boca de um dos canhões levados pela tropa, e proclamou em alta voz: "Saúdo Sua Majestade".[113]

José Bonifácio e seus irmãos foram presos e exilados.

No ano seguinte, 1824, D. Pedro outorgou uma Carta Constitucional que não diferia, nas grandes linhas, do projeto discutido na Constituinte. A grande novidade foi a criação do quarto poder, o Moderador, a ser exercido pelo monarca. Em alguns aspectos a constituição era inclusive mais liberal do que o projeto: natureza da renda para o exercício do voto e escolha dos senadores, por exemplo.

---

113 José Honório Rodrigues em seu livro *Assembleia Constituinte de 1823* (Petrópolis: Vozes, 1974, págs. 216-7 e 222) escreve que Antônio Carlos haveria dito: "Respeito muito seu poder." *Apud* Marco Antônio Vila. *História das constituições brasileiras*, São Paulo: Leya, 2011.

V

EXÍLIO E MORTE

CAPÍTULO V

Exílio e morte

> O céu me dotou de uma alma toda de fogo para defender a honra e os sentimentos que podem enobrecer minha existência; mas esta chama ativa se muda em um muro de aço contra os reveses; meu coração se cresta pelos obstáculos e se anima pelos perigos; é possível que eu sucumba, será porém ao menos dando o último suspiro.
>
> ***José Bonifácio***[114]

Exílio

Com a dissolução da constituinte, seis foram os deputados presos e deportados: José Bonifácio de Andrada e Silva; Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva; Martim Francisco Ribeiro de Andrada – os três irmãos Andrada; José Joaquim da Rocha – mineiro, militar, amigo e correligionário de José Bonifácio; padre Belchior Pinheiro de Oliveira – sobrinho de José Bonifácio; e Francisco Gomes Brandão – que no movimento nativista

114 José Bonifácio de Andrade e Silva. *Projetos para o Brasil*; organização Miriam Dolhnikoff, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, págs. 370 e 371.

do imediato pós-Independência passara a assinar Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, e viria a ser, no Segundo Reino, titulado como visconde de Jequitinhonha. Ou seja, o alvo principal eram aqueles que mais próximo estavam de José Bonifácio. Os demais deputados puderam retornar às suas províncias natais.[115]

No dia 20 de novembro de 1823, os prisioneiros, e respectivas famílias, foram embarcados rumo à França. Após longa viagem, repleta das mais diversas peripécias,[116] José Bonifácio instalou-se no centro de Bordeaux, mudando-se depois para Talence, uma pequena vila situada nos arredores da cidade.

O retorno de José Bonifácio ao Brasil durara apenas quatro anos.

---

115 Segundo Afonso d'Escragnolle Taunay, a ideia de exilar os Andrada adveio de lorde Cochrane, em contraposição à ideia de prisão perpétua ou mesmo morte que estavam sendo discutidas. *Grandes vultos da Independência brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1922, pág. 31.

116 Antônio Drummond relata, em suas *Anotações*, que houve um complô para desviar o navio da França – destino ostensivo – para Portugal, onde todos seriam fatalmente presos e processados por traição – Portugal somente reconheceu a Independência do Brasil em 1825. Note-se que o desvio de rota havia sido sugerido a D. Pedro que, liminarmente, o proibiu: "Não consinto, porque é uma perfídia". No entanto, o complô seguiu seu curso entre os palacianos, inimigos de José Bonifácio. A certa altura da viagem, já na barra do rio Tejo, os passageiros perceberam o desvio de rota e, com a ajuda do imediato – que se recusou a seguir ordens verbais que contrariavam expressamente as escritas que recebera, produziram um verdadeiro motim, que os desviou para Vigo, na Espanha, o que, depois de diversos outros incidentes, os salvou. Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, *Anotações de A. M. V. de Drummond a sua biografia*. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1890, págs. 100 a 102.

Seis anos duraria o exílio do José Bonifácio, retornando apenas em 1829. Seus irmãos o haviam precedido e, apresentando-se aos tribunais, lograram obter a absolvição do delito de rebeldia que lhes era imputado.

No exílio, José Bonifácio procurou voltar às ciências, um dos seus maiores prazeres, e ao cultivo da poesia, tendo publicado, em 1826, um livro de poesias sob o nome de Américo Elysio, que distribuiu aos amigos. Dedicava-se, ainda, à leitura e tradução de clássicos tais como Virgílio e Píndaro.

A preocupação pelas dificuldades financeiras sempre foi uma constante na vida adulta de José Bonifácio, problema que se agravou sobremaneira durante seu exílio. Vivia de uma pensão de seis mil francos do Governo brasileiro que, além de insuficiente, atrasava com frequência.[117]

As ciências e a poesia, no entanto, não o fizeram se desinteressar pela política. Pedia, frequentemente, em suas cartas, notícias do Brasil. Interessou-se principalmente pelos resultados das eleições para a Assembleia Geral de 1824. Um desses resultados foi sua eleição a senador pela Bahia. Em cartas, revela que ansiava por voltar ao Brasil, mas não tinha certeza se gostaria de regressar à política.

117 As cortes de Lisboa, em 1821, haviam suspendido os pagamentos que recebia em função dos cargos que exercera em Portugal.

> Confesso que me fez algum bem ao coração ver que os baianos não se esqueceram de todo de um homem que tanto gritou e forcejou para que fossem socorridos contra os vândalos de Portugal. Mas como o que por ora ambiciono é ir acabar meus cansados dias em um cantinho bem escuro e solitário da minha bestial província, rogo a Deus que S. M. Imperial me queira preterir na escolha.[118]

A referência ao imperador se explica pelo mandamento da Carta Constitucional de 1824 de que a ele caberia a escolha dos senadores, apresentados pelos eleitores da província em uma lista tríplice.

José Bonifácio não deixou de criticar os tratados de reconhecimento da independência, principalmente o firmado com a Inglaterra. "A soberania nacional recebeu um coice na boca",[119] escreveu.

Em troca do reconhecimento, dois tratados foram assinados com a Inglaterra. Um garantia a manutenção das tarifas alfandegárias preferenciais aos produtos ingleses nas alfândegas brasileiras. No segundo o Brasil comprometeu-se a terminar o tráfico negreiro três anos após a ratificação do tratado.

---

118 Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 261.

119 *Idem*, pág. 263.

O primeiro tratado, segundo Bonifácio, era um prejuízo certo aos cofres públicos.

Quanto ao segundo, ainda que pessoalmente abominasse a escravidão, julgava que apenas o Parlamento brasileiro poderia regular a questão. "O Brasil não pretende imiscuir-se na política *tortueuse* da Europa, e não permitirá que esta tenha aqui a menor ingerência",[120] havia declarado quando ministro. Ademais, o tratado permitia à Inglaterra participar da repressão ao tráfico, o que significava permissão prévia para a marinha inglesa apreender em alto-mar navios brasileiros, levando as suas respectivas tripulações às barras dos tribunais, em terras estrangeiras, por pirataria.

Também teceu dura crítica à cláusula que previa uma indenização a Portugal, pelo patrimônio pessoal de D. João que aqui havia ficado. "O pérfido gabinete de Londres procura engodar o Brasil, para repartir a carga do agonizante Portugal, que tanto lhe pesa aos ombros, com os estúpidos poltrões do grande império nominal do Equador."[121]

Em suas cartas, as críticas ao imperador eram uma constante, Bonifácio se considerava pessoalmente traído, além de julgar que o soberano também traíra a nação. Chamava-o de "rapazinho", "sultão", "mau filho, mau marido, mau pai", dentre outros apodos. "Enganei-me, mas

120 *Idem*, pág. 263.

121 *Idem*, pág. 264.

julguei que só Pedro era o homem que poderia efetuar as reformas políticas que nos convinham, firmar o governo que requeriam nossos costumes, nossos vícios e funestas divisões e partidos."[122] Não lhe perdoava a dissolução da Constituinte.

A escandalosa vida mundana do imperador dava-lhe motivos para vituperar. Sentia-se pessoalmente ofendido pelo título escolhido por sua arquirrival: "Quem sonharia que Michela Domitila seria viscondessa da pátria dos Andradas? Que insulto desmiolado".[123]

Retorno e tutela de D. Pedro II

Em 1828, Antônio Carlos e Martim Francisco optaram por retornar ao Brasil, com o objetivo de patrocinar pessoalmente suas respectivas defesas contra a devassa que tinha sido aberta em desfavor deles com a dissolução da Constituinte em novembro de 1823.

Embarcaram aos 28 de abril e, em julho, ao aportarem no Rio de Janeiro, apresentaram-se voluntaria-

---

122 Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 266 e segs.

123 Domitila de Castro Canto Mello fora titulada viscondessa de Santos e, posteriormente, marquesa da terra natal dos Andrada. José Bonifácio viu nessa titulação uma ofensa gratuita do imperador a sua pessoa. Bonifácio, quando da coroação de D. Pedro, havia recusado o título de marquês que D. Pedro insistiu em lhe conceder. Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 235.

mente às autoridades policiais. Foram presos e enviados à ilha das Cobras. Em setembro o processo chegava ao fim com a absolvição dos três irmãos.

Um ano depois, em julho de 1829, José Bonifácio, com sessenta e seis anos de idade, desembarcava no Brasil. Chegava viúvo. Sua mulher, D. Narcisa Emília, morrera durante a viagem.

Dessa feita pretendia efetivamente se aposentar. Internou-se na ilha de Paquetá, longe do centro e então pouco habitada. O Parlamento votou-lhe uma pensão de quatro contos de réis, com a qual garantiria sua subsistência.

José Bonifácio desembarcou no Brasil a tempo de presenciar a queda de D. Pedro.[124] A oposição, desarticulada com a dissolução da Constituinte em 1823, reagrupou-se novamente em 1826, com a abertura da primeira legislatura. Inicialmente tímida paulatinamente foi-se fortalecendo. Na segunda legislatura, reunida em 1830, apresentava-se bem mais aguerrida.

A impopularidade de D. Pedro vinha de muitas razões: a derrota na Cisplatina, com seu alto custo em recursos humanos e materiais; a violência desmedida com que puniu a insurreição pernambucana de 1824 – a

---

124 O marquês de Barbacena, que escoltara a segunda esposa de D. Pedro ao Brasil, transmitiu o convite para que José Bonifácio voltasse ao Ministério. Chegou mesmo a insistir com alguma veemência. Bonifácio recusou terminantemente. Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 245.

Confederação do Equador; a submissão à Inglaterra, consubstanciada nos tratados com ela firmados, principalmente quanto à promessa do fim do tráfico negreiro; o permanente envolvimento do imperador com questões portuguesas, que fora agravado em 1826, com o falecimento de D. João VI e sua consequente ascensão ao trono português – acendendo o receio de uma reunificação das duas coroas;[125] a dissolução da Constituinte de 1823;[126] e, principalmente, o enorme desgaste moral sofrido perante toda a sociedade brasileira em função da acintosa forma com que tornou público seu envolvimento com a marquesa de Santos, ofendendo publicamente D. Leopoldina, levando-a à morte.

Isolado politicamente, D. Pedro I, aos 7 de abril de 1831, abdicou a coroa brasileira na pessoa de seu único

125 D. Pedro, vendo a impossibilidade de manter as duas coroas, logo renunciou a suas pretensões ao trono lusitano em favor se sua filha mais velha, D. Maria da Glória. Antes, porém, como D. Pedro IV, outorgou a Portugal uma Carta Constitucional, calcada na brasileira, e indicou, como regente do Reino português, seu irmão, D. Miguel. Uma vez na gestão do Estado, D. Miguel deu um golpe e tomou para si o trono, revogando a Constituição que D. Pedro havia outorgado. Depois disso, as atenções de D. Pedro centralizaram-se nos assuntos portugueses, preocupado em defender o trono da filha.

126 Uma vez recolhido à prisão, José Bonifácio teria proferido as seguintes palavras ao general Moraes, que o escoltava: "Diga ao imperador [...] que trate de salvar a coroa para eles [os filhos do imperador] porque para si está perdida desde hoje, a sentença o imperador mesmo a lavrou e já não pode subtrair-se aos seus efeitos". Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, *Anotações de A. M. V. de Drummond a sua biografia.* Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1890, pág. 84.

filho homem vivo, D. Pedro de Alcântara, que contava então com cinco anos de idade, embarcando para a Europa com sua segunda esposa, D. Amélia de Leuchtenberg, e sua filha mais velha, D. Maria da Glória. Deixava no Brasil o infante imperador bem como três outras filhas: D. Januária, D. Paula e D. Francisca.

Em 1832, em discurso proferido no Senado, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro realçou a conexão entre a dissolução da Constituinte de 1823 e a crise política que levou à abdicação de D. Pedro I em 1831: "Pouco é necessário refletir para compreender que o dia 7 de abril de 1831 tem íntima relação com o dia 12 de novembro de 1823".[127]

---

127 Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 279.

Amicus certus in re incerta cernitur.
He chegada a occasião de me dar mais
hũa prova de amizade tomando
de conta da educação de meu mui
to amado, e prezado Filho seu Im
perador.
Eu delego em tão Patriotico Cida
dão a Tutoria de Meu querido Fi
lho, e espero que educando-o naque
les sentimentos de honra, e de Patrio
tismo com que devem ser educados
todos os Soberanos para serem di
gnos de reinar, Elle venha hum
dia a fazer a fortuna do Brasil
de quem me retiro saudoso.
Eu espero que me faça este obse
quio acreditando que a não mo
fazer eu viverei sempre atormen
tado

Seu Amigo Constante

Pedro

Bordo da Náo
Ingleza surta neste
porto do Rio de Janeiro
7 de Abril de 1831

P.S.

Carta de D. Pedro I a José Bonifácio delegando a tutoria do futuro imperador

Fonte: Acervo dos Andrada.

José Bonifácio, ao voltar do exílio, visitara o imperador, tendo sido muito bem recebido e reatando cordiais relações com o soberano. Ainda assim, não deixou de ser surpreendente que D. Pedro, ao abdicar, tenha-se lembrado do velho adversário, pedindo-lhe que aceitasse a tutoria de seus filhos. Ainda que tivessem sido amigos, nos primeiros tempos, a política os distanciou a tal ponto

que D. Pedro não hesitou em exilá-lo por anos a fio. Uma vez no exílio, seu antigo ministro, por sua vez, tornou-se um dos seus mais ferozes críticos.

D. Pedro solicitou que José Bonifácio aceitasse a tutoria de seus filhos em carta redigida nos seguintes termos:

> *Amicus certus in re incerta cernitur.*[128]
>
> É chegada a ocasião de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação do meu muito amado e presado filho, seu imperador.
>
> Eu delego em tão patriótico cidadão a tutoria do meu querido filho, e espero que, educando-o naqueles sentimentos de honra e de patriotismo com que devem ser educados todos os soberanos para serem dignos de reinar, ele venha um dia a fazer a fortuna do Brasil, de quem me retiro saudoso.
>
> Eu espero que me faça este obséquio, acreditando que a não m'o fazer eu viverei sempre atormentado.
>
> Seu amigo constante
>
> Pedro
>
> Bordo na nau inglesa, surta neste porto do Rio de Janeiro, 7 de abril de 1831.

128 "O amigo certo se manifesta na ocasião incerta." Frase atribuída a Quinto Ênio, dramaturgo e poeta épico romano de meados do século III e II a. C.

> P.S. Veja se as filhas poderão vir comigo para as fazer bem educar na Europa e serem um dia dignas Princesas do Trono Brasileiro.[129]

Sensibilizado, José Bonifácio aceitou a incumbência.

Tendo maduramente reflectido sobre a posição politica d'este Imperio, conhecendo quanto se faz necessaria a minha Abdicação, e não desejando mais nada n'este mundo senão Gloria para mim e Felicidade para a minha Patria: Hei por bem usando do direito que a Constituição me concede, no Capitulo 5º Artigo 130, Nomear, como por este meu Imperial Decreto Nomeio, Tutor de Meus Amados e Prezados Filhos, ao muito Probo, Honrado, e Patriotico Cidadão José Bonifacio de Andrada e Silva, meu verdadeiro Amigo. Boa Vista aos seis de Abril de mil oito centos, e trinta e hum Decimo da Independencia e do Imperio.

Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil.

Decreto Imperial de Nomeação de Tutoria de José Bonifácio. 6 de abril de 1831

Fonte: Arquivo da Câmara dos Deputados.

Aceitar a tutela dos filhos de D. Pedro significou, para José Bonifácio, voltar ao centro da política. Influenciar a formação do novo soberano revestia-se de obvia fundamental importância.

José Bonifácio, em vista de suas funções de tutor, foi obrigado a se mudar para o palácio da Quinta da Boa

129 Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond. *Anotações de A. M. V. de Drummond a sua biografia*. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1890, págs. 47 e 48.

Vista, onde os costumes eram diametralmente opostos aos da vida simples que cultivava.

Devido à menoridade do imperador, a direção do Estado foi entregue a uma regência escolhida pelo Parlamento. Ao tutor caberia velar pelos interesses patrimoniais, pela educação e bem-estar de seus pupilos.

Quando da abdicação, o Parlamento encontrava-se em recesso. Em função disso foi composta uma primeira regência, chamada de Regência Trina Provisória. Reunido o Parlamento, a primeira preocupação foi eleger a Regência Trina Permanente.

A partir de então, e em contraposição ao que consideraram uma excessiva concentração de poder por D. Pedro, os deputados passaram a ser extremamente ciosos de suas atribuições constitucionais. Foi dentro desse espírito de defesa das atribuições do Parlamento que este reivindicou a competência para decidir a quem deveria caber a nomeação da tutoria de D. Pedro II.

Em realidade, tratava-se de saber se, no caso do imperador, prevaleceriam as normas ordinárias do Direito Civil, segundo as quais caberia ao genitor nomear os tutores de seus filhos, ou o interesse público derrogaria esse direito subjetivo do pai, delegando a escolha do nome do tutor aos representantes da nação, ao Parlamento. Afinal, o jovem imperador não era um cidadão comum.

Ainda que não tenha sido colocada em dúvida a pertinência do nome de José Bonifácio, a Assembleia Geral

desconheceu a indicação de D. Pedro I, e reivindicou para si a função de nomear o tutor do imperador infante.

Na eleição para a escolha do tutor, realizada pela Assembleia Geral, aos 30 de junho de 1831, José Bonifácio venceu o escrutínio, derrotando Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o marquês de Caravelas, confirmando a vontade de D. Pedro I. No entanto, foi votado um regimento regulamentando as funções do tutor, no qual o Parlamento se reservava o direito de substituir o tutor a qualquer tempo.

De volta à cena política, José Bonifácio, eleito suplente de deputado pela Bahia, passou a frequentar a Câmara dos Deputados. Ainda que tendo, através de seus escritos do exílio, participado ativamente da oposição a D. Pedro I, na companhia dos liberais moderados, que tomariam o poder na regência, uma vez de volta à arena política, José Bonifácio entraria em choque com esse grupo político.

Havia pontos cruciais que o dissociariam do projeto de país defendido pelos liberais moderados: a ordem escravista, abominada por José Bonifácio e vista por ele como fonte principal da barbárie em que a sociedade brasileira estava mergulhada, e defendida como fundamental para a existência da economia e da ordem pelos proprietários de terras que formavam o sustentáculo do grupo liberal moderado.

A federação era outro item do projeto de nação que afastava completamente José Bonifácio dos liberais moderados. Nos debates parlamentares de 1831 e 1832 a adoção ou não da federação foi o assunto que dominou a cena política. Para os federalistas, era a forma de contentar as aspirações locais, afastando o perigo das secessões.

Em 1832, Evaristo da Veiga, defendendo as reformas constitucionais escreveu:

> Por toda parte deseja-se a federação e a reforma, todos a querem e seria uma imprudência não ceder; combati-a enquanto não a julguei voto geral; hoje é necessária e pugno por ela, faça-se; faça-se, mas com ordem e moderação.[130]

Já Vergueiro, no mesmo ano, dizia:

> O único meio de conservarmos unidas todas as nossas províncias consiste em habilitá-las para poderem curar de suas necessidades e promover a sua prosperidade por meio da influência dos seus próprios governos.[131]

Para o grupo político de José Bonifácio, o arranjo institucional dever-se-ia centralizar no Rio de Janeiro. Como já foi dito, José Bonifácio possuía uma série de

130 Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 288.

131 *Idem.*

projetos que visavam reformar tanto o Estado quanto a sociedade e eles somente seriam viáveis caso o poder estivesse centralizado, jamais disperso entre as províncias.

Nessas suas últimas batalhas políticas José Bonifácio era acompanhado por Martim Francisco, Antônio Pereira Rebouças[132] e Francisco Montezuma.

No vocabulário político da época, "república" era sinônimo de "democracia", que por sua vez era associado a desordens e explosões irracionais das paixões populares. Tais como teriam ocorrido na França há pouco tempo. O único antídoto verdadeiramente eficaz contra o terror seria a monarquia constitucional, mas a federação a colocava em risco. Para Antônio Rebouças:

> Com a federação em vez de uma monarquia constitucional representativa, teríamos um dos piores governos de que tem sido capaz a espécie humana, a oligarquia! Sim, meus senhores, a oligarquia![133]

---

132 Filho de escrava liberta Rita Brasília dos Santos e do alfaiate português Gaspar Pereira Rebouças, foi dos primeiros mulatos a chegar ao Parlamento, tendo sido eleito seguidas vezes, ocupando, simultaneamente, cadeira de deputado provincial na Assembleia da Bahia. Autodidata e rábula, ainda em vida ficou conhecido como uma das maiores autoridades em Direito Civil do Brasil. Conselheiro de D. Pedro II. Foi pai dos irmãos Rebouças, Antônio e André, que se tornariam célebres no final do século XIX. Apesar de suas posições liberais na Câmara dos Deputados, Rebouças sempre repudiou veementemente qualquer associação entre sua cor e posições políticas ou condição social.

133 Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pág. 292.

Em 1832, os contrários às reformas constitucionais – basicamente José Bonifácio e seus correligionários –, estavam em oposição aos planos do Governo, cujo homem forte era o ministro da Justiça, padre Antônio Diogo Feijó. De espírito tão ardente quanto os Andradas, também paulista, Feijó estivera ao lado de Bonifácio na independência. Deputado de São Paulo às cortes de Lisboa, fora um dos que portara as instruções de José Bonifácio. Tornaram-se, porém, em função da disparidade de projetos para o país, adversários irreconciliáveis e inimigos pessoais.

Ao participar dos debates políticos na Câmara dos Deputados, e mais ainda, ao liderar a oposição ao Governo, combatendo suas propostas reformistas, José Bonifácio politizou sobremaneira sua função de tutor do imperador. Nesse momento, tornou-se imprescindível à Regência destituí-lo.

Em 1834, após muitas discussões, era aprovado o Ato Adicional à Constituição, de caráter nitidamente federativo. Era uma derrota política significativa para José Bonifácio.

Enquanto isso, continuava a campanha contra a tutela de José Bonifácio, principalmente nas páginas dos jornais. O *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, grande aliado de padre Feijó, publicava ferozes artigos contra o idoso tutor, então com setenta anos, acusando-o de traidor e irresponsável. Por fim, acusado de estar

conspirando pelo retorno de D. Pedro I, foi destituído da tutoria por decreto da Regência datado aos 14 de dezembro de 1833.

José Bonifácio recusou-se a obedecer voluntariamente ao decreto, alegando sua ilegalidade. Permaneceu no palácio da Boa Vista. Dessa forma, à Regência somente sobrou o expediente de emitir ordem de prisão por desobediência e enviar, para cumpri-la, comissão de juízes de paz, acompanhados por numerosa força militar.

Conduzido a sua residência particular, em Paquetá, foi-lhe declarada prisão domiciliar. Destituído em dezembro de 1833, o processo crime, no entanto, somente foi aberto em 1835. José Bonifácio recusou-se a se defender, ou a apresentar advogado, posto que a destituição da tutoria, e o processo em si, eram uma “cabala pueril”, não havendo cometido crime algum. “Não preciso, portanto, de defesa, que não seja o negar positivamente o de que sou acusado em um processo irregular, injusto e absurdo.”[134]

José Bonifácio foi efetivamente absolvido. No entanto, viu seu grande adversário, padre Antônio Diogo Feijó, eleger-se regente único do Império. Consolidavam-se no poder os adversários de José Bonifácio. Anunciava-se sua definitiva aposentadoria da vida pública.

---

134 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 263.

Morte

"Demos com o colosso em terra."

Foi assim que Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, o futuro visconde de Sepetiba,[135] então ministro da Regência, comunicou a D. Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, camareira-mor dos infantes e inimiga de José Bonifácio,[136] a sua destituição do cargo de tutor do imperador e de suas irmãs.

José Bonifácio passaria seus últimos anos no ostracismo de sua residência em Paquetá, na companhia de sua filha caçula, Narcisa Cândida. Já passara dos setenta anos, idade bem avançada para a época. Em 1834, redigiu seu testamento nomeando sua filha caçula sua herdeira universal e nomeando o irmão, Martim Francisco, seu testamenteiro e tutor de sua filha, então com quinze anos de idade.

---

135 Ironicamente, Aureliano Coutinho, em segundas núpcias, casar-se-ia com uma neta de José Bonifácio.

136 Octávio Tarquínio de Sousa, a respeito de D. Mariana de Verna Magalhães escreve: "Desde que nasceram [D. Pedro II e suas irmãs] tinham-se habituado a ver no paço, como segunda mãe, D. Mariana. Com essa senhora parece que José Bonifácio nunca se entendeu bem, e acabou brigando. Essa e outras aias e damas do paço se tornaram pouco simpáticas ao tutor e não tiveram pequena parte na campanha subterrânea movida contra ele", em *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 254.

Casa em Paquetá onde Bonifácio viveu seus últimos anos

Fonte: Imagem em Exposição José Bonifácio: centenário da morte do patriarca da independência*, 1938.*[137]

No final da vida, de Paquetá raramente saía. Nas poucas vezes que se dirigia ao Rio de Janeiro "notaram-lhe, ao passar apoiado no braço do sobrinho capitão Pizarro Gabiso, a palidez, a magreza, os cabelos inteiramente brancos, a lentidão no andar, todos os sinais enfim de uma irremediável velhice".[138]

O retiro de Paquetá dificultava-lhe a assistência médica que se tornava cada vez mais frequente. Os irmãos

---

137 Brasil. Ministério da Educação e Saúde. Exposição José Bonifácio: Centenário da Morte do Patriarca da Independência, 1838-1938. – Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde, [1938]. 131 p., [8] f. : il. retrs., fotogrs., fac-sims. ; 37 x 28 cm.

138 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 265.

e amigos aconselhavam-no a se instalar em algum local de mais fácil acesso. Depois de muita insistência, aceitou sair da ilha, mas não voltar ao Rio de Janeiro. Optou por Niterói, na outra margem da baía da Guanabara.

Segundo o testemunho de sua neta, a futura viscondessa de Sepetiba, que nos foi transmitido por Octávio Tarquínio de Sousa, embora piorando de saúde, José Bonifácio guardou completa lucidez de espírito, a ponto de conseguir fazer troça com Bernardo Pereira Vasconcelos, seu parente, mas não aliado político, que, constrangido, percebera os pequenos buracos e rasgões do lençol que o cobria: "Não te incomodes, Bernardo. Irregularidades do crivo, irregularidades do crivo".[139]

Às quinze horas do dia 6 de abril de 1838, com quase setenta e cinco anos, após uma longa agonia de cerca de doze dias, faleceu José Bonifácio de Andrada e Silva.

José Clemente Pereira, seu figadal inimigo político, que sofrera exílio imposto pelo ministro José Bonifácio, aos 25 de maio daquele mesmo ano de 1838, assumiu a tribuna da Câmara dos Deputados para, em discurso emocionado, lamentar a morte de José Bonifácio, ao mesmo tempo em que reconhecia ter sido ele:

---

139 Octávio Tarquínio de Sousa. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988, pág. 272.

> O único homem apontado então para dirigir a revolução, porque, além de ter o favor da popularidade, [...] reunia vasto saber, imaginação viva, atividade sem igual e intrepidez remarcável. [...] Os serviços deste grande homem nunca poderão ser assaz remunerados; honrou com seus talentos a sua pátria no país e no estrangeiro, e o seu nome será sempre inseparável da independência do Brasil, a qual lhe é devida em grande parte (muitos aprovados). Eu espero portanto que seus serviços sejam ainda mais remunerados, não com dinheiro, que isso fora ofender a sua glória, que sempre consistiu em desprezar fortuna (apoiados), mas com honras ao seu nome, que são a remuneração mais própria dele.[140]

D. Pedro I, quando da Independência, insistiu em lhe conceder um título de marquês e a grã-cruz do Cruzeiro. Bonifácio recusara terminantemente.

Sepultado em Santos, sobre o seu jazigo mandou gravar os versos do poeta quinhentista Antônio Ferreira:

> Eu desta glória só fico contente
> Que a minha terra amei, e à minha gente.

Por escolha do barão do Rio Branco é José Bonifácio quem representa o Brasil na galeria dos grandes vultos

140 *Anais do Parlamento brasileiro, Câmara dos Deputados,* Sessão de 25 de maio de 1838. Rio de Janeiro, 1886, t. 1, págs. 206 e 207.

da União Pan Americana, em Washington, ao lado de George Washington, Benjamim Franklin, Simon Bolívar e San Martin.

VI

LEGADO: PROJETOS PARA UMA NAÇÃO

CAPÍTULO VI

Legado: projetos para uma nação

> Chegada a época feliz da regeneração política da nação brasileira, e devendo todo cidadão honrado e instruído concorrer para tão grande obra, também eu me lisonjeio que poderei levar ante a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa algumas ideias, que o estudo e a experiência têm em mim excitado e desenvolvido.
>
> ***José Bonifácio***[141]

Monarquia constitucional e unidade territorial

Acadêmico, tendo passado grande parte de sua vida na Europa, José Bonifácio sempre se mostrou amigo da escrita. Assim sendo, deixou um vasto material impresso e manuscrito dos diversos períodos de sua vida. Como intelectual e naturalista, produziu uma série de textos científicos, tendo tido o cuidado de publicar os resultados

141 José Bonifácio de Andrade e Silva. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura, in José Bonifácio: A defesa da Soberania Nacional e Popular*, Brasília: Fundação Ulysses Magalhães, 2012, pág. 161.

de suas pesquisas nas mais importantes revistas científicas de sua época.[142]

De volta ao Brasil, realizou, em companhia de seu irmão, Martim Francisco, uma última viagem de pesquisas mineralógica, em São Paulo, da qual resultou uma memória escrita,[143] para em seguida dedicar-se exclusivamente à causa da emancipação e consolidação do Brasil como nação.

A principal fase da carreira política de José Bonifácio foi muito curta. Iniciou-se em junho de 1821, quando de sua eleição para vice-presidente da Junta Governativa de São Paulo, e encerrou-se em 1823, quando de sua deportação para a França, já com sessenta anos de idade. Foi nesse período que redigiu seus principais projetos para o país que ajudava a forjar. Um brevíssimo retorno à vida pública ocorria em 1831, quando assumiu uma cadeira de deputado, bem como a tutoria de D. Pedro II, porém não mais terá o brilho de sua primeira fase, encerrando-se em 1833, quando de seu definitivo afastamento da vida pública.

Ainda que não tenha podido levar a cabo seus projetos de nação, uma vez que viu seus esforços tragados pela brutal luta política que acompanhou a nascimento do Brasil como ente político autônomo, José Bonifácio

142 Vide Capítulo I, item Produção Científica, do presente trabalho.

143 Vide Capítulo II, item Viagem Mineralógica por São Paulo, do presente trabalho.

deixou registradas no papel várias de suas ideias para o país, deixando claro que estudara e refletira profundamente acerca da nação que ajudava a criar.

Os escritos de José Bonifácio que vão do período de 1820 a 1822 nos mostram sua substancial inflexão quanto à possibilidade da conciliação dos interesses do Brasil com os de Portugal. Inflexão devida exclusivamente à atuação das cortes de Lisboa. O andamento dos debates, bem como o teor das proposições que aquela assembleia ia votando, levou José Bonifácio a concluir que a integridade territorial e política do Reino do Brasil – obra de D. João VI – corria grande risco.

Perdida a esperança de mudar o rumo das cortes lisboetas, José Bonifácio passa a dedicar seus esforços, e escritos, na direção da construção de uma nação completamente independente, de uma monarquia constitucional separada de Portugal, sob o cetro de D. Pedro. A opção pela monarquia constitucional advinha de sua experiência pessoal de vida, pois nascera em uma monarquia absolutista e presenciara as vicissitudes, exageros e desordens frutos da república instituída pela Revolução Francesa. Em suma, José Bonifácio concluíra que a monarquia constitucional era o único regime capaz de resguardar e defender as liberdades individuais. Já a opção por D. Pedro tinha origem na crença que sua legitimidade dinástica, como herdeiro do antigo trono lusitano,

seria de fundamental importância para a manutenção de integridade territorial do Brasil.

Unidade, centralização e monarquia constitucional, em meio a um ambiente em que fervilhavam ideias federalistas e republicanas, foram o principal legado institucional deixado pela liderança de José Bonifácio.

O mestiço como elemento formador da sociedade brasileira

Os escritos de José Bonifácio nos demostram que para ele não seria suficiente a independência política, com a fundação de um novo Estado nacional, fazia-se mister forjar uma nova nação, cujas condições sociais fossem distintas daquelas existentes durante o longo período colonial. Dentro de uma mentalidade jurídica iluminista-positivista, José Bonifácio acreditava que as condições para o surgimento da nova nação seriam criadas por meio de uma legislação que abarcasse um grande projeto de reforma social. O Estado construiria a nação.

Os grandes problemas "brasílicos" eram associados à herança portuguesa, e teriam de ser enfrentados e superados, principalmente os referentes à escravidão africana e ao tratamento dispensado aos indígenas. A heterogeneidade racial e cultural bem como a profunda ignorância intelectual que grassava em toda a população, entre

brancos, negros, índios, ricos e pobres, eram outros dois grandes desafios a serem superados.

Para José Bonifácio, o brasileiro era, por natureza, preguiçoso, indolente e ignorante, em função do clima e de vícios coloniais. Entretanto, adotada uma correta política reformista, esse quadro poderia ser alterado. Em suas próprias palavras: "Por que a educação política e religiosa de mãos dadas com as leis e costumes, seus filhos, não farão heróis de valor e indústria ao desleixado brasileiro?".[144]

Entretanto, qualquer educação seria estéril se antes de tudo a heterogeneidade da população brasileira não fosse unificada. Unificada nos sentidos racial, cultural e legal. Só com a homogeneização da população seria possível criar uma identidade nacional. Transformar em compatriotas inimigos seculares – brancos senhores, negros escravos e índios selvagens – era tarefa ingente, mas também urgente: "Será mais fácil propagar as luzes e aumentar a riqueza no Brasil, do que vencer as dificuldades que se opõem, por causa das raças e escravidão, a que seus moradores sejam sociais entre si e se olhem como irmãos e concidadãos".[145]

Para vencer essas dificuldades, José Bonifácio pregava não apenas o fim da escravidão, mas a adoção de mecanismos de suporte social para os negros, assim

---

144 José Bonifácio de Andrade e Silva. *Projetos para o Brasil*; organização Miriam Dolhnikoff, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pág. 22.

145 *Idem*, pág. 23.

como a integração dos índios à sociedade nacional e, principalmente, a mestiçagem. A criação de uma nova "raça" brasileira seria uma condição para a integração da sociedade. A mestiçagem criaria um repertório comum, em que naturalmente haveria prevalência da cultura de matriz europeia. Ou seja, a mestiçagem seria, em última análise, um elemento civilizador da sociedade. Dessa forma, deveria ser obrigação de Estado "animar por todos os meios possíveis os casamentos dos homens brancos e de cor com as índias, para que os mestiços nascidos tenham menor horror à vida agrícola e industrial".[146]

A população, devidamente homogeneizada e, por conseguinte, nacionalizada por meio da miscigenação, deveria ser educada por um governo de sábios, por uma elite ilustrada. Governo que, na monarquia constitucional, se concentraria no Parlamento, pois "o legislador, como o escultor faz de pedaços de pedra estátuas, faz de brutos homens".[147]

Somente pela homogeneização da população seria possível criar condições à existência perene da nova nação e ao seu desenvolvimento econômico, pois apenas com ela preservar-se-ia a ordem interna, liquidando-se os principais focos de tensões sociais.

---

146 José Bonifácio de Andrade e Silva. *Projetos para o Brasil*; organização Miriam Dolhnikoff, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pág. 23.

147 *Idem*, pág. 24.

Representação à Constituinte sobre a escravatura

Os males que o trabalho servil causava à sociedade brasileira, como um todo, assim como a premente necessidade de preparar sua extinção, já haviam sido discutidos por José Bonifácio em suas *Lembranças e apontamentos para os deputados de São Paulo* às cortes de Lisboa de 1820. O tema voltaria à baila em representação, acompanhada de projeto de lei, enviada à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império.

A construção de um Estado moderno, capaz de gerenciar os conflitos e de implementar um plano civilizador, mantendo a ordem – preocupação fundamental para quem presenciou, como testemunha ocular, os excessos da Revolução Francesa – está presente como pano de fundo do projeto de emancipação gradual da escravidão que José Bonifácio apresentou à Assembleia Constituinte de 1823, cujo título era "Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura".[148]

José Bonifácio propôs projeto de lei para regulamentar a escravidão, enquanto instituição jurídica, de forma a viabilizar sua transição para a prestação de serviços assalariada. Os artigos de lei propostos tinham

148 José Bonifácio de Andrada e Silva. *José Bonifácio: a defesa da soberania nacional e popular*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2012, pág. 161.

como escopo primeiro garantir que as relações escravistas fossem mediadas pelo Estado. Para José Bonifácio, a intervenção estatal nas relações senhor – escravo apresentava-se como mecanismo que, aos poucos, humanizaria aquelas relações retirando dos grandes proprietários, verdadeiros régulos, o exclusivo arbítrio que detinham sobre a vida dos cativos.

Em seu artigo primeiro o projeto previa o fim do tráfico negreiro "dentro de quatro ou cinco anos". Nos demais artigos, o projeto procurava proteger as famílias dos escravos (arts. IX e XX), regular as condições de trabalho dos escravos ao delimitar as jornadas de trabalho diárias (art. VI), impunha limites à exploração dos menores (art. XVI) e das mulheres (arts. XVIII e XIX), obrigava o senhor a fornecer alimentação e vestuário adequados aos cativos (arts. VIII e XVII), prescrevia que deveriam ficar a cargo do poder público, e não dos senhores, o julgamento e a punição de escravos delinquentes (art. XIII), e favorecia a instrução dos escravos (art. XXII).

Tais propostas investiam diretamente contra o principal pilar da escravidão moderna: o poder de vida e morte do senhor com relação ao escravo. O objetivo declarado era diminuir a tensão entre os dois polos da relação escravista, preservando a ordem e criando condições de transição para a adoção do trabalho livre. Para tanto o Estado teria de transpor uma difícil barreira física,

que até então limitava soberanamente os poderes do Estado: a porteira das fazendas.

O modelo de colonização adotado no Brasil colocara boa parte da população sob o arbítrio dos grandes proprietários rurais, o que comprometia as capacidades legislativa e coercitiva do Estado, condição primeira para constituição de um Estado moderno. O proprietário era o único real legislador e juiz de seus escravos. Era-lhe franqueado o uso da violência sem mais restrições do que sua consciência privada. Exercia, dessa forma, um poder que naturalmente se estendia às relações com os homens livres pobres, que dependiam do favor dos grandes senhores para sobreviver.

Ao redigir seu projeto José Bonifácio, ainda que fazendo veemente apelo aos ideais cristãos de fraternidade universal, tinha, em última análise, como intenção submeter o poder privado ao público, na análise de Miriam Dolhnikoff.[149] Ademais, segundo José Bonifácio, os malefícios da escravidão, além do atraso do exercício da cidadania, se estenderiam por toda a sociedade, denegrindo moralmente a própria classe dos senhores. O inevitável convívio diuturno com a violência embrutecia moralmente os senhores, tornando-os inaptos para o exercício da cidadania moderna: "A maior corrupção (dos

149 José Bonifácio de Andrade e Silva. *Projetos para o Brasil*; organização Miriam Dolhnikoff, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pág. 26.

costumes) se acha onde a maior pobreza está ao lado da maior riqueza".[150]

Apontamentos para a civilização dos índios

A questão indígena também já havia sido lembrada por José Bonifácio nas *Lembranças e apontamentos para os deputados de São Paulo* às cortes lisboetas de 1820. Esse foi um tema que muito sensibilizou José Bonifácio, tendo merecido de sua parte atenção especial. Miriam Dolhnikoff chega a dizer ser "notável a quantidade de (seus) escritos destinados à análise desse problema"[151] que chegaram até nós. Tal fato nos demonstra ter-lhe sido caro o tema da civilização do indígena.

A mesma estudiosa identifica três fatores que, a seu ver, justificavam para José Bonifácio a importância do tema da integração do indígena à comunidade brasileira.

Primeiro. Ser José Bonifácio paulista, e nascido em um tempo (1763) em que a escravidão negra mal penetrara na capitania. Na época era o braço indígena que alimentava a economia paulista.

Segundo. A forte influência do pensamento, concepções e valores iluministas que José Bonifácio recebeu, que, em Portugal, tinha o problema indígena em destaque.

150 *Idem*, pág. 28.

151 *Idem*, pág. 33.

Terceiro. O fato de que José Bonifácio acreditava ser possível encontrar no autóctone o braço que viria a substituir o negro africano, uma vez extinto o tráfico negreiro, como textualmente explicita nos *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, um projeto de lei que apresentou à Assembleia Constituinte em 1823.

José Bonifácio realça em seus *Apontamentos para a civilização dos índios* que esta era objeto que mereceria o sumo interesse dos legisladores, pois era de importância capital para o Brasil pelas mais diversas razões. A primeira seria que, com a incorporação de novas comunidades na economia nacional, tanto a produção de gêneros alimentícios como a criação e disponibilidade de gado deveria aumentar, o que certamente redundaria em imediato bem-estar da população como um todo e aumento da fartura.

Em seguida, José Bonifácio arrola os meios de que se deveria lançar mão para a pronta civilização dos índios:

> 1º) Justiça, não esbulhando as terras indígenas, pois Deus lhas deu. Admitida, porém, a sua compra.
>
> 2º) Brandura, constância e sofrimento da nossa parte, que nos cumpre como usurpadores, e cristãos.
>
> 3º) Abrir comércio com os bárbaros, ainda que seja com perda nossa.

> 4º) Procurar com dádivas e admoestações fazer pazes com os índios inimigos, debaixo das condições que o Governador Mem de Sá estabeleceu em 1558.
>
> Que não comam carne humana;
>
> Que não façam guerra aos outros índios sem consentimento;
>
> Que estabeleçam um governo e um comércio, para que comecem a distinguir o "meu" do "teu".
>
> 5º) Favorecer os casamentos mistos, proibindo-se-lhes, no momento, que vendam suas terras de lavoura.
>
> 6º) Criar colégios de missionários para a catequese e civilização dos índios.[152]

O documento, em seguida, traz diversas observações de como deveriam comportar-se os missionários e da estrutura que o Estado deveria dispensar para ajudá-los a cumprir sua missão. As observações demonstram ter José Bonifácio estudado com atenção os aldeamentos jesuíticos dos séculos XVII e XVIII, mas ao recomendar que todos os índios sejam "instruídos na vacinação" – item 35 –, por exemplo, demonstra seu olhar de naturalista do século XIX.[153]

---

152 José Bonifácio de Andrade e Silva. *Projetos para o Brasil*; organização Miriam Dolhnikoff, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pág. 102 e segs.

153 *Idem*, pág. 115.

Por fim, previa a criação de um "tribunal conservador dos índios" cujo presidente seria o presidente do governo provincial e composto pelo bispo, pelo mais alto magistrado civil local, por um secretário e "dois oficiais papelistas necessários" – item 43 e seguintes.[154]

Termina seus *Apontamentos* relembrando que à causa da catequese dos índios, os deputados constituintes deveriam "concorrer, até por utilidade nossa, como cidadãos e cristãos".

Apontamentos sobre as sesmarias

A lógica da construção de um Estado moderno, com a consequente limitação do arbítrio privado, justificou a defesa, por parte de José Bonifácio, de uma reforma e regulamentação das propriedades agrárias no país. Tema que também já bordara nas *Lembranças e apontamentos aos deputados de São Paulo*.

154 *Idem*, págs. 118 a 121.

Até então, propriedades rurais no Brasil tinham como origem a liberalidade régia que concedia a particulares, a título gratuito, largos fundos rurais a título de sesmarias.[155]

Difusa e incerta, a legislação das sesmarias tristemente se celebrizou entre nós. Seus resultados foram bem resumidos na memória que Gonçalves Chaves, anonimamente, publicou em 1822,[156] *in verbis*:

> 1º – Nossa população é quase nada, em comparação da imensidade de terreno que ocupamos há três séculos.

---

155 A mais remota origem da transladação das sesmarias ao Brasil é a carta patente de Martim Afonso de Souza, datada na vila do Crato, aos 20 de novembro de 1530. Martim Afonso de Souza veio para o Brasil, em sua expedição de 1530, munido de três cartas régias. A primeira o autorizava a tomar posse em nome d'el rey das terras que viesse a descobrir e organizar os respectivos governos civil e militar. A segunda lhe conferia o alto título de capitão-mor e governador das terras do Brasil. Já a terceira lhe permitia conceder sesmarias das terras que achasse e se pudessem aproveitar. Sob a autoridade dessa terceira carta régia Martim Afonso de Souza, em 1531, concedeu, a título de sesmaria, a Braz Cubas, as terras da ilha de Guaíbe. Note-se que as capitanias hereditárias foram instituídas após, em 1532. A segunda sesmaria concedida, a João Ramalho, de terras em Piratininga, foi concedida em outubro de 1532, muito provavelmente antes da ciência, por parte de Martim Afonso, da instituição do regime das capitanias hereditárias, determinada pelo monarca naquele mesmo ano. Ruy Cirne Lima. *Pequena história territorial do Brasil*, Brasília: Escola de Administração Fazendária (Esaf), 1988, pág. 36.

156 Memórias sobre a administração pública do Brasil, compostas no Rio Grande de São Pedro do Sul e oferecidas aos deputados do mesmo Brasil, por um português, residente no Brasil, há 16 anos. Rio de Janeiro, 1822. Apud Ruy Cirne Lima. Pequena história territorial do Brasil, Brasília: Escola de Administração Fazendária (Esaf), 1988, pág. 46.

> 2º – As terras estão quase todas repartidas, e poucas há a distribuir, que não estejam sujeitas a invasões dos índios.
>
> 3º – Os abarcadores possuem até 20 léguas de terreno, e raras vezes consentem a alguma família estabelecer-se em alguma parte de suas terras, e mesmo quando consentem, é sempre temporariamente e nunca por ajuste, que deixe ficar por alguns anos.
>
> 4º – Há muitas famílias pobres, vagando de lugar em lugar, segundo o favor e capricho dos proprietários das terras, e sempre faltas de meios de obter algum terreno em que façam um estabelecimento permanente.
>
> 5º – Nossa agricultura está em o maior atraso, e desalento, a que ela pode reduzir-se entre qualquer povo agrícola, ainda o menos avançado em civilização.[157]

Fazia-se, portanto, necessário restringir os latifúndios e incentivar as pequenas e médias propriedades rurais, caminho seguro para não apenas remediar os males apontados por Gonçalves Chaves, mas também aumentar e diversificar a produtividade agrícola e, não

157 Gonçalves Chaves. *Memórias sobre a administração pública do Brasil, compostas no Rio Grande de São Pedro do Sul e oferecidas aos deputados do mesmo Brasil, por um português, residente no Brasil, há 16 anos.* Rio de Janeiro, 1822. Apud Ruy Cirne Lima. Pequena história territorial do Brasil, Brasília: Escola de Administração Fazendária (Esaf), 1988, pág. 46.

menos importante, essencial para a interiorização do poder estatal.

Na medida em que fossem limitadas as largas possessões territoriais, diminuiria o poder dos grandes latifundiários e se viabilizaria o adensamento das mui esparsas povoações, diminuindo o isolamento em que viviam. Restringir as sesmarias também era visto como um meio de ajudar na integração à sociedade dos índios e negros libertos, pois forneceria ao Estado terras que, a eles distribuídas, lhes confeririam meios de sobrevivência, tornando-os pequenos proprietários.

José Bonifácio expôs suas ideias nesse tema nos seus *Apontamentos sobre as sesmarias* nas quais advogou o retorno das terras improdutivas ao Estado e recomendou que essas glebas de terras fossem "empregadas nas despesas de estradas, canais e estabelecimentos de colonização de europeus, índios, mulatos e negros forros".[158]

Projetos outros

Os planos e projetos de José Bonifácio para o Brasil abarcavam ainda diversos outros campos, dentre os quais julgamos importante lembrar os seguintes.

No campo dos estudos, além das escolas primárias e ginásios, que deveriam ser abertos em todas as capitais,

158 José Bonifácio de Andrade e Silva. *Projetos para o Brasil*; organização Miriam Dolhnikoff, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pág. 27.

José Bonifácio advogava, ainda nas *Lembranças e Apontamentos para os deputados de São Paulo*, a abertura de escolas práticas de medicina, veterinária, matemática, de física e química, de botânica e de horticultura, de zoologia e mineralogia. E advogava também por uma universidade.

Existe, outrossim, entre seus papéis, uma memória pugnando pela necessidade de uma academia de agricultura no Brasil. Neste assunto, José Bonifácio deixou consignada a repulsa que sentia pela destruição insensata e descontrolada das matas, o que comprometia o futuro do país.[159]

José Bonifácio acreditava ser necessária a transferência da capital do Brasil para o interior, tendo mesmo sugerido o nome de Petrópolis, ou Brasília, para a nova capital. Com a mudança da capital, tornar-se-ia fundamental a abertura de novos caminhos no *hinterland* do país, com a consequente inauguração de comunicações internas entre as diversas províncias.

---

159 José Bonifácio de Andrada e Silva. *José Bonifácio: a defesa da soberania nacional e popular*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2012, pág. 37 e segs.

POSFÁCIO

OS 200 ANOS DO RETORNO DE JOSÉ BONIFÁCIO AO BRASIL

POSFÁCIO

Os 200 anos do retorno de José Bonifácio ao Brasil

João Alfredo dos Anjos[160]

Em 2019 comemoramos os 200 anos do regresso ao Brasil, em 1819, de José Bonifácio de Andrada e Silva, personagem central no processo de independência que se desenvolveria a partir de 1820, com o levante dos liberais do Porto e desordens militares ao longo de 1821. O papel de político de Bonifácio a partir de 1822 é já conhecido e analisado pela historiografia. Entretanto, o período lusitano, iniciado em 1783, quando Bonifácio contava apenas 20 anos, foi em grande medida definidor de traços centrais do seu caráter.

Em Coimbra, o jovem Bonifácio se mostraria inquieto intelectualmente. Nos manuscritos da Coleção José Bonifácio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, encontra-se o que parece ser um recurso de Bonifácio à mesa de exames de Coimbra, em 1787, sobre tese defendida por ele no sentido de serem danosos aos interesses portugueses os tratados assinados com

160 Diplomata e autor do livro *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil.*

a Grã-Bretanha. Não era razoável, dizia ele, que "uma tese insignificante" pudesse "tomar corpo capaz de escandalizar a nação inglesa". Defendia ele que os portugueses, sim, deviam escandalizar-se, pois, "desde o Tratado de Methuen de 1703 até o princípio deste ano de 1787, os ingleses exportaram 80 milhões de libras esterlinas, que vêm a ser em moeda portuguesa 720 milhões de cruzados, tudo produto das suas manufaturas e gêneros mercantis, conforme os cálculos de lord Stormont, cuja exportação lhes havia procurado uma balança ativa, saldada por nós com 40 milhões de libras esterlinas [...]". Se Portugal manteve-se fiel ao acordado, embora com prejuízo comercial palpável, a Grã-Bretanha usava do "direito do mais forte" e oferecia privilégios comerciais aos vinhos franceses e espanhóis. No final do arrazoado, uma ressalva: "Eu não quero dizer que em geral a amizade e relações mercantis nos sejam prejudiciais, era preciso ser toupeira: o sentido da minha tese é somente que os tratados, como foram concebidos e o modo com que se executaram, trouxeram mil males à nação".[161]

Em 1789, o jovem contestador foi denunciado à Santa Inquisição por negar a existência de Deus. Vivia-se a chamada Viradeira e a Universidade de Coimbra retomava seu vezo jurisprudencial e filosófico, abandonando a ênfase da fase pombalina nas ciências naturais e matemáticas. Nessa época Bonifácio morava com o médico Francisco de Mello

161 Coleção José Bonifácio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 175, pasta 70.

Franco, com quem teria colaborado na composição do poema satírico *O Reino da Estupidez*. Também desse período foi o seu primeiro contato com os chamados pedreiros-livres ou maçons e suas sociedades secretas, como ele mesmo relataria em discussão, anos mais tarde, na Constituinte.[162]

A migração de Bonifácio para o campo das ciências da natureza, após cursar jurisprudência e filosofia, é simbólica de um período da história de Portugal. Brasileiro, de família abastada e dotado intelectualmente, o jovem Bonifácio encaixava-se perfeitamente nos planos de modernização da recém-criada Academia Real de Ciências de Lisboa. Como assinala Latino Coelho no *Elogio a José Bonifácio*, prestado na mesma Academia em 1877, "As ciências da natureza eram pelas classes eminentes da sociedade havidas na conta de suspeitas ou ignóbeis. [...] Não era com os *Princípios* de Newton que se alcançavam as mitras em Portugal, nem com o *Systema Naturae* de Linneu que se poderia ascender aos conselhos e tribunais". Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, brasileiros,

162 Para a denúncia à Inquisição, ver Rodrigues, José Honório. *Independência*, V, pp. 271-273. No *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, de 1847, Varnhagen atribui a José Bonifácio a coautoria do poema *O Reino da Estupidez*, ver pp. 15 e 16. A atribuição pode ser decorrente do manuscrito de 25 páginas que se encontra na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-7,16,14: "O Reino da Estupidez: poema heroicômico, por Francisco de Mello Franco e José Bonifácio de Andrada e Silva". O poema satírico, como indica José Murilo de Carvalho, foi escrito na época da Viradeira, movimento de reação à modernização universitária de Pombal. Ver Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem/Teatro de sombras*, p. 69. Sobre o contato com a Maçonaria, *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, I, p. 157.

e o português Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira foram selecionados, entre diversos candidatos, para a realização de viagem pela Europa com o objetivo de frequentar os melhores professores e os mais modernos laboratórios da época. Há indícios de que a relação de Bonifácio e Ferreira da Câmara seguiu pelos anos, ambos ocupando responsabilidades no campo mineralógico, um em Portugal, outro no Brasil. Em 1822, Ferreira da Câmara era conselheiro de Estado. Quando Bonifácio foi eleito presidente da Assembleia em 2 de junho de 1823, Ferreira da Câmara, deputado por Minas Gerais, foi eleito vice-presidente.[163]

---

163 Coelho, José Maria Latino. Elogio histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva, nas *Obras científicas*, políticas e sociais, III, pp. 329-400. Ver p. 336. Sempre que se trata desse trecho da biografia de Bonifácio os autores repetem que a seleção para a viagem de estudos, assim como o ingresso na Academia, foram devidos à proteção que teria recebido do duque de Lafões, um Bragança. Lafões era figura política importante no Reino e foi incumbido, aos 82 anos, da organização das forças de resistência à invasão franco-espanhola, em 1801. Numa demonstração do bom senso que acompanhava os estadistas lusos, Lafões teria dirigido carta ao seu contraparte espanhol na qual raciocinava: "Para que havemos de bater-nos? Portugal e Espanha são duas bestas de carga. A Inglaterra aguilhoa-nos e a França vos espicaça. Toquemos, pois, as nossas sinetas; mas, pelo amor de Deus, não nos façamos mal, porque será ridículo", em Soares, Teixeira, *Diplomacia do Império no Rio da Prata*, p. 40. Sousa, Octávio Tarquínio de, José Bonifácio, p. 67. Bonifácio ingressaria na própria Academia, anos depois, e substituiria o renomado cientista e diplomata português, o abade Corrêa da Serra, nas funções de secretário, como recorda Kenneth Maxwell, em *Por que o Brasil foi diferente? Os contextos da Independência*, p. 172. Para os dados acerca da Constituinte, *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, I, p. 162. Ferreira da Câmara aparece como conselheiro na coroação do imperador. Ver a *Gazeta do Rio de Janeiro*, suplemento ao número 145, de 3/12/1822, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, acervo digital em (www.bn.br).

Na Paris de 1790, Bonifácio pôde não apenas testemunhar um dos mais importantes momentos políticos da história, – que influenciaria sua visão acerca da necessidade de estabilidade para governar – como também entrar em contato com o que havia de mais avançado no campo científico. Nesse período, estudou no laboratório de Antoine François, conde de Fourcroy, um dos primeiros químicos a apreciar e divulgar os trabalhos de Lavoisier, entre os quais o *Traité élémentaire de Chimie*, publicado em 1789.[164]

Da França revolucionária, Bonifácio passaria a estudar na Alemanha. Dos seus dois anos em Freiberg (Saxônia), traria a marca e o rigor metodológico de Abraham Gottlob Werner. Nas palavras do professor Liberalli, "o amor do método, a paixão da classificação, o espírito didático levado ao mais alto grau" influiriam decisivamente na formação do jovem Bonifácio. Aliás, o próprio Bonifácio, numa homenagem ao mestre alemão, deu o nome "wernerite" a um dos minerais que classificara, contra a sua prática de selecionar nomes de origem grega. A produção científica de Bonifácio, pouco apreciada pelos que estudam sua ação política e social, foi excepcional em seu tempo. Durante os cursos que fez e explorações que realizou, nunca deixou de registrar seus achados e publicar seus estudos. É notável, por exemplo,

---

164 Sousa, Octávio Tarquínio de. *José Bonifácio*, pp. 67 e seguintes. Hobsbawm, Eric, *A era das revoluções*, p. 305.

encontrar seu nome ligado à descoberta do lítio. Em sua viagem pela Suécia, Bonifácio identificou o mineral a que deu o nome de "petalite", rico em lítio, como viria a comprovar Johan Arfvedson, em 1817.[165]

Em 1800, ele estava de volta a Portugal. Serviu como professor de mineralogia em Coimbra, como responsável pelos reparos nas margens do Mondego, por sementeiras e por minas portuguesas. De cientista e professor passou, pelas circunstâncias da guerra com a França, a soldado. No princípio, enviava armas e espingardeiros das ferrarias de Tomar a Coimbra, em seguida uniu-se à brigada de estudantes da Universidade como major e, depois, tenente-coronel, com aproximadamente 45 anos de idade. Se faltavam evidências da importância do domínio da siderurgia ou metalurgia como garantia de melhores meios para a defesa bélica, foi essa a oca-

165 Liberalli, C. H. *Werner, o mestre de José Bonifácio*, nas *Obras científicas, políticas e sociais*, III, pp. 260-266.

são para Bonifácio comprovar na prática sua necessidade crescente já no início do século XIX.[166]

No seu período como professor e funcionário público da Coroa em Portugal, José Bonifácio serviu em diversos cargos e funções. Há realizações importantes e pouco destacadas desse período de sua vida, como foi o estudo sobre as minas de carvão. Bonifácio avaliou a situação das minas antigas e indicou novas minas desse mineral, que passaria a ser essencial para o desenvolvimento industrial no século XIX. O carvão, combustível que moveria as novas máquinas na indústria e no transporte, foi objeto da atenção especial de Bonifácio, que publicou estudo sobre o assunto em Lisboa, em 1809. Por outro lado, a *Memória sobre a necessidade e a utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*, de 1815, marca a visão do homem de ciência voltado para a necessidade do

166 Maia, Emílio Joaquim da Silva. *Elogio histórico do ilustre José Bonifácio de Andrada e Silva, lido na sessão pública da Academia Imperial de Medicina, 30 de junho do corrente ano [...] e publicado ainda em 1838, nas Obras científicas, políticas e sociais*, III, pp. 269-305. Maia chama atenção para o fato de que Bonifácio teria tratado com clemência os portugueses que se "afrancesaram" durante a invasão napoleônica, "de modo a conciliar o que exigia a justiça com a clemência que se devia ter com homens enganados ou iludidos". No mesmo sentido se manifesta o *Esboço biográfico e necrológico do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva (1838)*, publicado nas *Obras científicas, políticas e sociais*, III, pp. 307-326. Aí se lê que Bonifácio "acalmou o exagerado desejo de castigo contra os afrancesados, e soube conciliar o que exigia a justiça contra os verdadeiros inimigos de sua pátria com a indulgência que se devia mostrar à simples sedução e aos erros d'entendimento, que cumpre tolerar", pp. 316-317. Pode-se ler também referência a tentativa de aliciamento de Bonifácio por parte do Governo francês com "palavras açucaradas", às quais o tenente-coronel Andrada teria sido "sempre surdo".

manejo racional dos recursos vegetais, algo raro em sua época. Nos anos seguintes, publicou estudos sobre a mina de ouro do Tejo, conhecida como "Príncipe Regente" e sobre as lavras de chumbo em Trás-os-Montes.[167]

Em 1816, Bonifácio solicitou a sua aposentadoria a D. João VI, alegando achar-se "falto de saúde e forças, como é de notoriedade pública, e sem esperanças de completo restabelecimento, por serem as moléstias de que padeço de natureza crônica e já envelhecidas, a que a medicina não sabe curar [...]". No requerimento relata ter duas filhas e que "em todo o tempo do seu longo serviço nunca o suplicante pôde ou soube fazer casa para lhes deixar, mas apenas sustentá-las honradamente [...]". A lista de serviços prestada por José Bonifácio até então é impressionante. Além de professor em Coimbra, esteve, em 1800, na Estremadura e na Beira "para diligências do real serviço"; em 1801, examinava os vinhais reais em Almada e Cizinha e era nomeado membro do Tribunal de Minas, das Casas de Moeda, Minas e Bosques e intendente geral das Minas e Metais do Reino; ainda em 1801, realizou trabalho nas Minas de carvão de Buarcos e restabeleceu as "antigas ferrarias de Figueiró das Vinhas e Avelar"; por Decreto de 12 de novembro de 1801, foi nomeado "diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda

167 Maia, Emílio Joaquim da Silva. *Elogio histórico.* Sobre a visão da natureza em José Bonifácio, ver Pádua, José Augusto. *A profecia dos desertos da Líbia: conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio.*

de Lisboa, um dos melhores da Europa"; em 1802, foi encarregado de dirigir a sementeira dos Pinhais e do Couto de Lavos – o que só fez, efetivamente, em 1805; em 1807, foi nomeado superintendente do Rio Mondego e obras públicas da cidade de Coimbra; em 1808, auxiliou o reitor de Coimbra na resistência aos franceses; em 1809, serviu como major no Douro, sob o comando do general Nicolao Trant; conquistado o Porto, foi nomeado intendente de polícia e superintendente da Alfândega e da Marinha; em 1810, comanda o Corpo Militar Acadêmico na resistência aos franceses. Apesar desse impressionante rol de serviços, Bonifácio não obteve a aposentadoria que almejava, provavelmente com o objetivo de retornar ao Brasil.[168]

Como aponta Jorge Caldeira, a partir de 1817, ano do *Elogio acadêmico da senhora D. Maria I*, Bonifácio "não escreve mais como um estudioso, mas como um homem de Estado". Nesse discurso ele ressalta os benefícios dos Tratados de Madri (1750), El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777), "que dando grande fundo ao Brasil, estendem nossa raia e seguram as ricas minas das capitanias do sertão; e a comunicação destas com as de beira-mar pela navegação interior dos grandes rios, que vão enriquecer com imensos cabedais os dois mares fluviais do Amazonas e do Prata". Posicionava-se contra as guerras de conquista: "De que

168 Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Augusto de Lima, I-33, 29, 20.

servem terras inúteis e apartadas quando faltam braços para cultivar as que temos à porta; quando o preço do que se ganha, ou se conserva por capricho, não vale o sangue que se perde".[169]

Em 1820, de passagem pelo Rio de Janeiro, segundo relato de Martim Francisco, foram ambos, Martim e José Bonifácio, saudar o rei. Nessa ocasião, D. João VI convidou Bonifácio a assumir novas funções públicas no Brasil, como "diretor da Universidade, que então se projetava criar no Brasil, ao que ele disse que responderia de Santos". Os dois irmãos, de retorno a São Paulo, empreenderam excursão na qual determinaram a existência de diversas reservas de ferro em São Paulo. Nesse mesmo ano, em carta a Tomás Antônio de Vila-Nova Portugal, de 28 de agosto, Bonifácio informa estar instalado nas terras que comprou "no termo de Parnaíba", criando gado. Ademais, tinha recebido terras da municipalidade de Santos para a construção de "casas de residência, livraria e museu, em que trabalho dia e noite, e tudo isso

169 Introdução de Jorge Caldeira a *José Bonifácio de Andrada e Silva*, organizado por ele mesmo, ver p. 21. Para o Elogio a D. Maria I, ver *Obras científicas, políticas e sociais*, II, pp. 62 e 63. Bonifácio acreditava na importância essencial da boa organização e eficiência das Forças Armadas, mas era contrário ao seu uso quando não estritamente necessário. No exílio criticaria o uso excessivo da força contra os confederados em Pernambuco: "[...] não é com atos de violência e sangue desnecessário que se ganham vontades desvairadas ou iludidas, mormente em um Império nascente e ainda mui fraco". Carta de 23/2/1825, Arquivo Histórico do Museu Imperial em Petrópolis, I-POB 23.02.1825 Sil.c.

com gente livre e alugada, sem precisar de escravatura, que detesto, e querendo dar a esta gente exemplo do que devem fazer para se pouparem para o futuro as grandes infelicidades que ameaçam aos vindouros no Brasil".[170]

A relativa abundância de material escrito de caráter pessoal e reflexivo – notas, poesias, cartas – tanto anterior a 1822 quanto posterior a 1823, é substituída nesse biênio por textos de caráter político e pelos instrumentos de governo que marcaram a sua ação política e administrativa propriamente dita. Como indica Octaciano Nogueira, o Bonifácio ministro assinou 149 decretos e

---

170 Maia, Emílio Joaquim da Silva. Elogio histórico. No Esboço biográfico e necrológico do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, nas Obras científicas, políticas e sociais, III, p. 317, se atribui a sua não designação para o cargo "à amarela inveja, que já o espiava, para roubar-lhe a glória", tendo o projeto da Universidade "mangrado". A carta a Tomás Antônio Vila-Nova Portugal está no Arquivo Histórico do Itamaraty, lata 180, maço 5, pasta 8, e foi reproduzida por José Antônio Soares de Souza, em seu estudo histórico para a edição de Obra política de José Bonifácio, p. vi. Vila-Nova Portugal era compadre de Bonifácio pelo apadrinhamento de uma de suas filhas. No manuscrito se lê que Bonifácio havia enviado parte do relato de suas viagens por São Paulo, assim como um projeto para a fundação de uma academia de ciências naturais em São Paulo. Do mesmo modo, trata dos trâmites de sua aposentadoria, pede sementes da Europa e "plantas das drogas asiáticas da Lagoa de Freitas", que pretendia aclimatar nas suas terras em Santos. Em carta anterior, de 18 de maio, publicada por Jorge Caldeira em José Bonifácio de Andrada e Silva, pp. 115 a 118, Bonifácio oferece a Vila-Nova a sua "livraria e coleções" para uma "universidade parcial de ciências naturais", a ser instalada em São Paulo. Nessa mesma carta, diz Bonifácio: "[...] Se eu fora fidalgo de polpa ou europeu e tivesse mais saúde e energia, ousaria dizer francamente a Sua Majestade que, se quisesse ver a minha Capitania aumentada em minas, agricultura, pescarias, povoação, moralidade e indústria, devia lembrar-se de mim para capitão-general dela, ao menos por 12 anos [...]", p. 118.

decisões ministeriais, número que ultrapassaria a 200, se acrescentássemos avisos, instruções, portarias, cartas--régias, manifestos, proclamações e alvarás. Ao lado do político, cujo objetivo era a independência com unidade, estava o administrador capaz de gerir o novo Império em seus primeiros movimentos.[171]

No período da Constituinte, observa-se a influência de autores da época que, a exemplo do publicista francês De Pradt, parecem ter estado sempre na atenção de homens como Bonifácio. Embora trabalhos como o de Laura Bornholdt procurem diminuir a influência intelectual que poderia ter tido De Pradt sobre o surgimento do pensamento autonomista nas Américas, parece evidente que seus livros e escritos influenciaram estadistas no continente. Assim é possível flagrar José Bonifácio, em uma de suas intervenções no plenário da Constituinte, em 15 de julho de 1823, às vésperas de sua demissão do Ministério, invocando De Pradt para justificar a necessidade de dar uma Constituição ao país: "[...] O que todo brasileiro quer é a Constituição que lhe foi prometida; e é mais fácil, como diz Mr. De Pradt, arrancar-se uma estrela do

171 Nogueira, Octaciano. *José Bonifácio, ministro e estadista*, p. 71.

firmamento do que o espírito constitucional uma vez plantado no coração do homem".[172]

Bonifácio sempre entendeu e defendeu a importância da Constituição, como limite à ação dos soberanos e garantia do equilíbrio do Governo. "Desde que qualquer nação chega a conhecer o seu poder e a desejar Constituição, o único remédio para evitar revoluções é que os ministros se conformem com as ideias do tempo e daqueles que podem destruir o governo atual." Tinha ele claro, contudo, que as revoluções não eram garantia de desenvolvimento e de ganhos concretos para os povos: "Enquanto o povo não souber unir-se entre si e obrar debaixo de um plano, não podem as revoluções mudar para sempre o governo atual". Após as revoluções liberais, vivia-se, nos anos 1820, a restauração monárquica e reacionária.[173]

Em decorrência do golpe contra a Constituinte, Bonifácio seria forçado ao exílio, acompanhado por sua mulher, D. Narcisa Emília, duas de suas filhas, os irmãos Martim Francisco e Antônio Carlos, suas respectivas

---

172 Bornholdt, Laura. *The Abbé de Pradt and the Monroe Doctrine*, pp. 201-221. "His own preference was for monarchies over republics. He looked for strength in a central government and he believed monarchies to be at once stronger and of greater stability than republics." O que De Pradt queria era uma aliança entre as potências continentais, especialmente a França, e as novas nações americanas para contrabalançar o poderio britânico nos mares. Para o discurso de Bonifácio na Constituinte, *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, II, p. 409.

173 Coleção José Bonifácio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 175, pasta 81.

famílias, e alguns correligionários próximos, como Antônio Vasconcelos de Drummond, um dos redatores de *O Tamoio*. Da França, acompanharia os acontecimentos políticos no Brasil. Defenderia, por exemplo, as funções de controle do Legislativo sobre a ação do soberano: "Se pertence ao imperador fazer, como fez, tratados com Portugal, Inglaterra e França, pertence às Câmaras tomar contas ao Ministério destas transações diplomáticas; pesar a utilidade ou os danos que fazem ou não ao Brasil; saber as despesas que se fizeram nas embaixadas e missões extraordinárias".[174]

No exílio faria reflexões sobre o papel dos militares na política brasileira, apenas iniciada, especialmente no episódio do golpe contra a Constituinte, em novembro de 1823: "A obediência dos militares deve ser inteira e absoluta quando têm a cara voltada para os inimigos de fora; porém não quando o soldado tem a cara voltada para os seus concidadãos e ainda menos para os delegados invioláveis e legisladores da nação".[175]

Após 6 anos em Bordeaux, Bonifácio retornaria a um Brasil muito diferente daquele que havia deixado em 1823. O Primeiro Reinado caminhava para o seu epílogo. Num primeiro momento, Bonifácio procuraria o isolamento em Paquetá, onde estudava e mantinha correspondência

174 Coleção José Bonifácio do Museu Paulista, D-1510.

175 Coleção José Bonifácio do Museu Paulista, D-1511.

com cientistas de renome na Europa, como Alexander von Humboldt. Seu médico nesse período afirma ter lido carta de Humboldt a Bonifácio em que relata excursão "para determinar a altura do Himalaia" e promete realizar visita ao Brasil para encontrar-se com o colega cientista. Muito provavelmente se conheceram nas classes de Werner em Freiberg, com quem também estudara Humboldt no início dos anos 1790. De Paquetá seria chamado outra vez à vida pública pelo mesmo personagem que o havia mandado para o exílio: D. Pedro I. Em carta dirigida ao seu antigo ministro, na qual lhe reconhecia a verdadeira amizade, D. Pedro pedia que o amigo cuidasse dos seus filhos, que permaneceriam no Brasil, no turbilhão dos dias que se sucederam ao 7 de abril de 1831.[176]

Dentre os legados mais importantes de José Bonifácio, tanto no campo político, quanto no campo das ideias, está a sua posição definida contra a escravidão. Essa posição, associada ao seu modo simples de vida, granjeou popularidade ao ministro. Machado de Assis, na obra *O passado, o presente e o futuro da literatura*, viu em Bonifácio a "reunião de dois grandes princípios pelos quais sacrificava-se aquela geração: a literatura e a política. Seria mais poeta se fosse menos político; mas não seria talvez tão conhecido das classes inferiores". A esse

176 Maia, Emílio Joaquim da Silva, *Elogio histórico*. Para informações sobre a esposa de Bonifácio, D. Narcisa Emília, ver Andrade, Wilma Therezinha Fernandes de, *Narcisa Emília: uma irlandesa na vida de José Bonifácio*.

mesmo propósito, ainda em vida de Bonifácio, notara Maria Graham a sua imensa popularidade: "Encontrei-o cercado de moços e crianças, algumas das quais ele punha nos joelhos e acariciava; via-se facilmente que era muito popular entre a gente pequena". No mesmo sentido, recordaria Nabuco a popularidade dos Andrada entre os africanos e seus descendentes.[177]

No primeiro cinquentenário da Independência, a 7 de setembro de 1872, inaugurou-se, no Rio de Janeiro, uma estátua em bronze de José Bonifácio, uma das raras homenagens a ele prestadas durante o Segundo Reinado, ocasião em que o barão Homem de Mello salientou o pensamento abolicionista do ministro de Pedro I. Viviam-se, ainda, as consequências da promulgação da Lei do Ventre Livre, ocorrida no ano anterior. Uma década mais tarde, Joaquim Nabuco, em *O Abolicionismo*, destacaria o papel de José Bonifácio como estadista que via que "o Brasil com a escravidão não era uma pátria digna de homens livres". A visão de Bonifácio – e dos revolucionários

---

177 Assis, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*, III. Graham, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*, pp. 340 a 343. Nabuco, Joaquim. *O Abolicionismo*, p. 23. Nabuco se pergunta se o abolicionismo de Bonifácio não teria sido determinante no encerramento precoce de sua carreira política, sugestão que também se encontra em Octávio Tarquínio de Sousa, *José Bonifácio*, p. 112. Sobre a participação popular no movimento da Independência, inclusive sobre a expectativa de abolição vinculada às lutas contra Portugal, há diversos estudos recentes, a exemplo de Kraay, Hendrik. *Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825).*

de 1817, acrescenta Nabuco – era a da integração social do Brasil independente, o que só poderia ocorrer com a abolição da escravidão, uma "promessa" resultante da "aliança tácita que reunia em torno da mesma bandeira todos os que sonhavam e queriam o Brasil independente por pátria".[178]

A posição de Bonifácio, especialmente no período em que atuou como ministro de Estado, levou-o a tomar decisões políticas, antes pragmáticas que idealistas, com o objetivo de preservar o que para ele era o mais importante no processo de independência do Brasil: a obtenção e preservação da unidade territorial brasileira, do Amazonas ao Prata. Por isso, talvez, a crítica de Oliveira Lima em *O reconhecimento do Império*, de 1901, onde afirma que as "inclinações abolicionistas" de Bonifácio foram "infelizmente platônicas", em virtude de não ter o ministro tomado as medidas solicitadas pela Grã-Bretanha e que ele próprio acreditava justas. Poucos anos depois, em 1907, em conferência realizada em São Paulo, o autor de *D. João VI no Brasil* matizaria a sua opinião sobre José Bonifácio: "Aclamado por uns, denegrido por outros, em vida e depois da morte, o sentimento público, quero dizer

178 *Discurso feito pelo dr. F. I. M. Homem de Mello*, p. 4. Sobre a estátua, iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ver Carneiro, David. *A vida gloriosa de José Bonifácio de Andrada*, pp. 423 e seguintes. Nabuco, Joaquim. *O Abolicionismo*, pp. 55 a 57. Para a Representação sobre a escravatura, *José Bonifácio de Andrada e Silva*, organizado por Jorge Caldeira, pp. 200 a 217, trecho citado na p. 217.

a voz popular, atribuiu-lhe a autoria da Independência [...] José Bonifácio foi um homem de sentimentos muito vivos: seus entusiasmos eram fortes como seus ódios". Reconhecia Lima o papel de Bonifácio na consolidação da unidade territorial e na construção da nação brasileira, "ameaçada de dissolução". Se não conseguira extinguir a escravidão "simultaneamente com o resto da dependência colonial [...] foi porque os acontecimentos decidiram diversamente, não porque lhe faltassem coragem e vontade".[179]

Para Manoel Bomfim fora o "brasileirismo" de José Bonifácio que levara o Brasil a sua independência de Portugal, contra os desejos de D. Pedro. A leitura de Bomfim dos episódios de 1823 não deixa dúvida quanto aos objetivos de D. Pedro, que acabaria "reduzido à insignificância do seu próprio valor: generosamente alijado do Brasil, grosseiramente apupado nas ruas de sua última capital". Gilberto Freyre, por sua vez, dedicaria dois textos a José Bonifácio, ambos com o mesmo título, o primeiro de 1963, como parte da comemoração do bicentenário de nascimento, e o segundo de 1972, sesquicentenário da Independência. Neste último, Bonifácio é analisado em seu "humanismo científico" como homem capaz de tratar de modo

179 Lima, Manuel de Oliveira. *História diplomática do Brasil: o reconhecimento da independência*, pp. 53, 54, 86 e 87. Do mesmo autor, *O papel de José Bonifácio no movimento da independência*, pp. 412 a 425. A conclusão idêntica chegou José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, p. 19.

objetivo não só "os assuntos minerais", mas também os problemas "humanos, sociais, culturais – inclusive econômicos, políticos e jurídicos". Para Freyre, "a verdade é que suas ideias, suas atitudes, seus atos foram os de um contraditório revolucionário-conservador [...] diante das circunstâncias singularmente brasileiras dentro das quais teve de proceder". Essa visão do estadista de sensibilidade social teria marcado não apenas o seu modo de agir no Governo, mas a sua capacidade de projetar o Brasil do futuro.[180]

A partir dos anos 40 do século passado, surgem biografias de Bonifácio, dentre as quais a escrita por Octávio Tarquínio de Sousa, ainda hoje a mais completa e bem documentada. Nas palavras de José Honório Rodrigues, trata-se da "síntese mais lúcida e iluminadora" sobre a obra de Bonifácio. Dessa mesma época são análises da figura histórica de Bonifácio, incorporadas aos mais

180 Bomfim, Manoel. *O Brasil Nação*, p. 62. Chama a atenção do leitor de *Casa-Grande & Senzala* que o seu autor, ao se referir à *Representação* de Bonifácio sobre a escravidão, não destaque o "amalgamar" de raças proposto por ele para o Brasil. Freyre, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, pp. 350 a 352. De fato, Freyre deu-se conta de que Bonifácio foi um visionário social na medida em que foi o primeiro brasileiro a entrever e a desejar a integração social dos índios e africanos que compunham a sociedade brasileira nascente. Por isso, em sua reavaliação histórica, Freyre vê em Bonifácio um "futurólogo", que propôs o "desenvolvimento do Brasil numa população e numa cultura nacionais" e não numa adaptação tropical da sociedade europeia. Freyre, Gilberto. *A Propósito de José Bonifácio* (opúsculo de 1972), pp. 15, 17, 19. No artigo, publicado em *Polianteia: consagrada à vida e obra de José Bonifácio de Andrada e Silva* (1963), Freyre sugere nesse texto que o Itamaraty deveria promover a publicação de textos sobre Bonifácio "em várias línguas", sublinhando seu papel como "homem público, a negação do caudilho".

importantes estudos que se realizaram sobre a formação da identidade nacional brasileira. Para Caio Prado Júnior, o papel de José Bonifácio no contexto da Independência deveria ser entendido como "resultante de um conflito intenso e prolongado de classes e grupos sociais". Bonifácio, "conservador por excelência", era o representante de sua classe, restrita, naquele momento, às elites rurais e urbanas das províncias sudestinas. A conclusão aponta "parcela de responsabilidade" ao ministro na perpetuação, no Império, de "traços fundamentais, econômicos e sociais, do regime colonial". Apesar disso, o autor reconhece que Bonifácio "lutou em duas frentes". De um lado, os "democratas" de Joaquim Gonçalves Ledo e da Maçonaria; do outro, os portugueses, associados à elite brasileira, especialmente a fluminense. Nessa posição, diz Caio Prado, Bonifácio "não podia deixar de ferir os interesses da classe que representava no Governo".[181]

De modo análogo, Raymundo Faoro viu a figura de Bonifácio como o "laço" para ligar os "grupos urbanos e as preocupações do interior" ao príncipe. O ministro de D. Pedro defenderia o que o autor chama "ditadura mental" ou "despotismo pedagógico", típico da elite brasileira no contexto do Estado patrimonialista. Por isso, Bonifácio,

---

181 Prado Júnior, Caio. *Introdução à edição fac-similar do Tamoio*, pp. xiii a xvii. Rodrigues, José Honório. *O pensamento político e social de José Bonifácio*, p. 15. Exemplo de biografia da época é a obra de Armando Caiuby, *O Patriarca, gênio da América*, de caráter laudatório.

D. Pedro II ou Getúlio Vargas teriam em comum a função de perpetuadores, em suas épocas e circunstâncias, da estrutura de poder secular herdada de Portugal. Faoro, contudo, dá crédito a Bonifácio por ter combatido a formação de uma aristocracia no Brasil.[182]

A partir dos anos 1970, surgem estudos que reproduzem, em linhas gerais, as visões de Caio Prado e Faoro acerca do papel de Bonifácio, a exemplo de *José Bonifácio, homem e mito*, de Emília Viotti da Costa. Para a autora, o papel de Bonifácio foi de aliado "dos grandes proprietários de terra, senhores de escravos, altos funcionários", em uma aliança "precária" se consideradas as suas ideias sobre a abolição gradual da escravidão e contrárias "à posse improdutiva da terra [e aos] títulos de nobreza [...]". Já Carlos Guilherme Mota e Fernando Novais, em *A independência política do Brasil*, não fazem ressalvas ao apontá-lo como líder do "setor conservador". Os autores reconhecem a ação de Bonifácio para a união das províncias e a organização do Estado, mas o seu "conservadorismo" não lhe

182 Faoro, Raymundo. *Os donos do poder*, pp. 314, 426, 452, 557, 814 e 815. Apesar disso, como lembra Faoro, D. Pedro concederia mais títulos nos primeiros anos do seu reinado do que a monarquia portuguesa em 736 anos.

teria permitido ir além dos "limites ditados por sua condição social".[183]

Em virtude do seu esquematismo metodológico, esses autores muitas vezes ignoram as circunstâncias e vicissitudes daqueles que exercem o Governo. Sem negar ou esquecer o seu idealismo e o seu projeto de nação, Bonifácio viu-se na difícil posição de governar o Brasil no período crítico de sua transição para a independência política. A despeito de pertencer à elite de seu tempo, pode-se afirmar que José Bonifácio defendia ideias dissonantes em seu meio social e que o levariam, em última instância, ao afastamento do Governo e ao exílio. Ele entendia que a conservação da ordem escravocrata e latifundiária não seria um bom negócio para o Brasil.

De um modo geral, a historiografia trata a política exterior do ministro José Bonifácio de modo secundário

---

183 Costa, Emília Viotti da. *José Bonifácio, homem e mito* (1972). Este artigo foi incorporado à obra Da Monarquia à República (1977). Novais, Fernando A. e Mota, Carlos Guilherme. *A independência política do Brasil*, pp. 18, 43 e 52. No estudo introdutório à *Obra política de José Bonifácio*, José Antônio Soares de Souza reúne diversas fontes de época com o objetivo de caracterizar a ação política de Bonifácio no biênio 1822/23, inclusive indicando o seu ideal de uma "monarquia federativa".
Da mesma época é o *José Bonifácio*, de Pedro Pereira da Silva Costa, exemplo de trabalho de divulgação, sem informações novas, mas que traz curiosa reprodução de retrato de Bonifácio com trajes maçônicos. No campo do ensaio, pode-se destacar o trabalho de Aristheu Achilles. Para ele, Bonifácio estaria entre os homens que são "tiranizados pelas ideias que os levam ao poder" e não entre aqueles que se utilizam das ideias "como instrumento de galgar o poder", o que explica em parte tanto o sucesso da gestão do ministro, quanto a sua queda (pp. 152 e 153).

em relação a sua atuação na política interna e no campo das ideias fundadoras do Estado e da nacionalidade brasileira. Dentre os estudiosos da história das relações internacionais, a ideia que prevalece é que, embora rica em ideias e propostas, a gestão de José Bonifácio não trouxe consequências concretas para a política externa brasileira. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, em sua *História da política exterior do Brasil*, afirmam que "o americanismo brasileiro foi um ideário preciso e prático, que emergiu [no período da Independência] em dois momentos, por motivações concretas. O primeiro corresponde ao pensamento, às intenções e iniciativas de José Bonifácio, em 1822-23, e se explica pela necessidade de defender a Independência; o segundo corresponde à reação que se delineia no Parlamento, a partir de 1828, contra o sistema de vinculações europeias estabelecido pelos tratados".[184]

No mesmo sentido se expressa outro estudioso da história diplomática, Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos. Para ele, embora rica em "intenções" e "iniciativas", a gestão de Bonifácio à frente do Ministério não trouxe maiores resultados práticos: "Os sentimentos americanistas de José Bonifácio são um tema já explorado pela historiografia. Contudo, assim como os seus

184 Cervo, Amado e Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*, pp. 37 e 38. Emília Viotti da Costa, em *Da Monarquia à República*, p. 48, destaca a atuação de Bonifácio no campo internacional. Na avaliação da autora "José Bonifácio realmente dava grande importância à aliança com os países latino-americanos".

sentimentos antiescravistas, sua tradução concreta em políticas de Estado não foi verificada na prática".[185]

Como se procura demonstrar ao longo do trabalho, mesmo considerado o curto espaço de tempo em que Bonifácio guiou a primeira diplomacia eminentemente brasileira, podem-se recolher elementos que indicam que ele legou resultados práticos e permanentes importantes para a política externa brasileira. Além de organizar e tornar autônoma a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e dotar o Brasil de seus primeiros representantes diplomáticos, Bonifácio estabeleceu em suas instruções e correspondência diplomática as diretrizes de uma política externa audaciosa e inovadora para o Brasil. Pode-se, ainda, estabelecer vinculação entre os dois momentos do "americanismo brasileiro" no Primeiro Reinado, segundo a periodização de Cervo e Bueno. O segundo desses momentos, a chamada reação parlamentar de 1828, foi, em parte, inspirada na política externa de Bonifácio e em oposição à política externa seguida por D. Pedro após 1823.[186]

185 Santos, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa*, p. 71, onde afirma que "Os sentimentos americanistas de José Bonifácio são um tema já explorado pela historiografia. Contudo, assim como os seus sentimentos antiescravistas, sua tradução concreta em políticas de Estado não foi verificada na prática".

186 Cervo, Amado; Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*, pp. 37 e 38.

José Joaquim Carneiro de Campos, antes de aceitar a missão de ministro de Estado, em julho de 1823, consultara o próprio Bonifácio, colega constituinte, a respeito do cargo. Segundo Alberto de Sousa, foi Bonifácio uma influência forte, embora discreta, na gestão do seu primeiro sucessor, a quem coube a difícil tarefa de administrar as negociações com a missão Rio Maior, que chegaria ao Rio em setembro de 1823, após a vitória de D. João VI sobre os liberais, com o objetivo de buscar a conciliação dos interesses luso-brasileiros. Luiz Moutinho, oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, teria sido o correio entre os dois, Bonifácio e Carneiro de Campos, para consultas que levariam à redação das duras notas com que o Governo brasileiro fixou a sua posição negociadora, no sentido de exigir que os representantes portugueses tivessem trazido consigo autorização para o reconhecimento imediato da independência brasileira. Tal posição era obviamente destinada ao rompimento de todo e qualquer entendimento, já que não seria razoável supor que os representantes de D. João VI, cujos poderes absolutos haviam sido restaurados por golpe militar, pudessem vir ao Brasil com outro objetivo que não o de procurar a reunião dos dois reinos. A distância imposta a Bonifácio pelo exílio e a passagem do Ministério a Carvalho e Mello, em novembro de 1823, marcaram definitivamente a mudança de diretriz da política externa do Brasil. Os acordos comerciais e os empréstimos lesivos contraídos

pelo Governo imperial, nos anos seguintes, passariam por severa crítica parlamentar.[187]

Como aponta Gomes Santos, Francisco Carneiro de Campos, em seu relatório de gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiros, publicado após a abdicação de D. Pedro, manifestou o desejo de voltar a trilhar uma política americanista. Fica por se examinar o fio condutor desse aspecto do pensamento andradino, que se estendeu pelas primeiras legislaturas brasileiras, a partir da reabertura do Parlamento, em 1826. Do mesmo modo, a queda de D. Pedro I, em 1831, trouxe de volta José Bonifácio ao cenário político, no papel de tutor do príncipe e princesas, e os irmãos José Joaquim e Francisco Carneiro de Campos a ocuparem, respectivamente, a Regência e a Pasta dos Negócios Estrangeiros. Antônio Carlos e Martim Francisco ocupariam cadeiras no Parlamento e liderariam, anos depois, o Gabinete da Maioridade.[188]

Apesar dos indícios de que Bonifácio tenha deixado um legado vivo ao longo do Primeiro Reinado,

---

187 Sousa, Alberto. *Os Andradas,* II, 787, 788. O autor indica que Carneiro de Campos consultava José Bonifácio sobre a missão Rio Maior e este o aconselhou a não negociar, a não ser que houvesse o reconhecimento "*in limine* da independência e integridade do Império do Brasil". Sousa menciona também a informação de que as notas a serem assinadas por Carneiro de Campos teriam sido submetidas "secretamente" a Bonifácio, por meio de Moutinho.

188 Bethell aponta no Gabinete da Maioridade medidas que visaram a combater o comércio escravo. Pode-se dizer que Antônio Carlos e Martim Francisco deram prosseguimento ao projeto andradino após a morte do irmão. Bethell, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos*, p. 110, 111.

não há como se concluir diversamente do que fez o autor de *O Brasil entre a América e a Europa* no sentido de que o Brasil não pôde seguir a política americanista, "na medida em que faltavam bases econômicas" para essa política. Nossa economia continuaria escravista e latifundiária; nossos produtos, dependentes das oscilações da demanda internacional, o que queria dizer, naquela época, da demanda europeia. Do ponto de vista das ideias, Bonifácio, embora bacharel em Coimbra como todos os integrantes do que José Murilo de Carvalho chama de "ilha de letrados" do Brasil colonial-imperial, marcou a cisão dessa elite em duas: uma tinha como projeto para o Brasil a autonomia política, econômica e cultural, com integração social; outra se conformava com um papel de subalternidade em relação aos interesses das grandes potências e buscava a preservação da situação *in statu quo ante*, ou seja, dos privilégios e das mercês recebidas do Estado joanino.[189]

O papel que se impôs Bonifácio, de condutor de um processo revolucionário, como definiu José Honório Rodrigues, ou de construtor do país independente "como

---

189 Santos, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa*, p. 72 e 74. Pode-se acrescentar ao que afirma Santos, em sua tese *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*, p. 35, que o ímpeto americanista de Carneiro de Campos decorria não apenas da abdicação, mas do fato de que ela trouxe de volta ao cenário político José Bonifácio e muitos dos seus mais próximos colaboradores, especialmente na Chancelaria brasileira. Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem; Teatro de sombras, passim*, a exemplo da p. 65.

um passo na consolidação de uma nação", nas palavras de Jorge Caldeira, encontraria não somente a resistência das elites locais e portuguesas, mas as dificuldades inerentes ao cenário internacional do período da Independência. Vivia-se a preeminência militar e comercial da Grã-Bretanha, o revigoramento do conservadorismo absolutista nas nações da Europa continental e a instabilidade política e social das ex-colônias espanholas, por sua vez também envolvidas em processo de independência em relação à antiga metrópole.

"Cada dia encontro novos motivos para ver em José Bonifácio a maior, a mais alta, a mais completa figura brasileira de todos os tempos."

Gilberto Freyre – Sociólogo

"Seu país lhe deveria erguer estátuas que possam perpetuar a memória imortal de um dos maiores sábios de uma época tão fecunda em grandes homens."

Frédéric Le Play – Sociólogo francês, 1855

"Ele [José Bonifácio] foi o maior Brasileiro de todos os tempos, incomparável nos seus valores, virtudes, e que nos deu a todos os brasileiros, a posse de nós mesmos, e ao Brasil a liberdade nacional e a independência."

José Honório Rodrigues – Historiador

"Patriarca respeitável da nossa regeneração política cujos serviços relevantes o Brasil nunca saberá reconhecer e a quem a posteridade se mostrará mais agradecida que seus contemporâneos o têm feito."

José Clemente Pereira – Estadista, 1838

"Ali, no Rio, um só homem, José Bonifácio de Andrada e Silva, com a energia de seu caráter improvisa forças de mãos e ferro, acha recursos em abundância, e nos põe pela porta fora com maior sem cerimônia possível."

Borges Carneiro – Deputado português nas cortes de Lisboa, 1822